



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-Bio
Diretoria de Gestão da Biodiversidade



PREFEITURA DE BRAGANÇA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente



DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA PARA CRIAÇÃO LEGAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL NO RIO CAETÉ – ILHA CHAÚ E RECATEGORIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAL ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PERMANENTE ILHA DO CANELA, MUNICÍPIO DE BRAGANÇA, ESTADO DO PARÁ.



Belém - Pará
2022



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO
ESTADO DO PARÁ – IDEFLOR-Bio
Diretoria de Gestão da Biodiversidade



PREFEITURA DE BRAGANÇA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

Karla Lessa Bengtson

Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio

Crisomar Lobato

Diretor de Gestão da Biodiversidade

Jocilete Ribeiro

Gerente de Sociobiodiversidade

Raimundo Nonato de Oliveira

Prefeito Municipal de Bragança

Mário Ribeiro da Silva Junior

Vice-Prefeito Municipal de Bragança

Danilo Cesar Lima Gardunho

Secretário Municipal de Meio Ambiente

**EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO
SOCIOECONÔMICO E FUNDIÁRIO**

Pedro Henrique Oliveira Simões

Engenheiro Florestal / Dr. em Ciências Florestais
Técnico em Gestão Ambiental

Jocilete Ribeiro

Socióloga / Msc. em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na
Amazônia
Técnica em Gestão Pública/ Gerente de Sociobiodiversidade

Rosângela Rodrigues

Tecnóloga em Gestão Financeira / Assistente Administrativa

Rosigrêde Lima da Silva

Engenheira Agrônoma / Dr^a em Agronomia
Técnica em Gestão Ambiental

APOIO

Nívia Gláucia Pinto Pereira

Bióloga / Técnica em Gestão de Meio Ambiente

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Categorização da ocupação em percentual da mesorregião Nordeste Paraense.....	16
Figura 2. Municípios da região de integração Rio Caeté.....	18
Figura 3. Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Rio Caeté, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.....	25
Figura 4. Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010.....	29
Figura 5. Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, em 2019.....	33
Figura 6. Arrecadação estadual de 2016 a 2020.....	38
Figura 7. Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.....	38
Figura 8. Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da R.I. Rio Caeté, 2016-2020.....	39
Figura 9. Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Caeté, 2016-2020.....	42
Figura 10. Mapa de localização da Ilha do Chaú, município de Bragança-PA.....	58
Figura 11. Sexo da população das comunidades.....	60
Figura 12. Faixa Etária da População das comunidades do Chaú e Portinho do Chaú.....	60
Figura 13. Nível de escolaridade da população amostrada nas comunidades.....	61
Figura 14. Estado civil da população das comunidades visitadas.....	61
Figura 15. Religião da população das comunidades visitadas.....	62
Figura 16. Tempo de residência da população entrevistada nas comunidades.....	63
Figura 17. Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Livramento.....	64
Figura 18. Merenda escolar na escola.....	65
Figura 19. Abordagem sobre Educação Ambiental na escola.....	65
Figura 20. Posto de Saúde do Jiquiri, que atende as comunidades do Chaú e Portinho.....	67
Figura 21. Doenças ocorridas nas comunidades.....	68
Figura 22. Atendimento à saúde da população das comunidades.....	69
Figura 23. Atividades produtivas nas comunidades.....	70
Figura 24. Segurança alimentar da população das comunidades.....	70
Figura 25. Local de compras da população da Gleba.....	71
Figura 26. Visita à sede da COOMAC.....	73
Figura 27. Tipos de violência ocorridas nas comunidades.....	74
Figura 28. Moradores que já presenciaram casos de assalto nas localidades.....	74
Figura 29. Problemas enfrentados pela população das comunidades.....	75
Figura 30. Atividades produtivas locais nas Comunidades Chaú e Portinho.....	75
Figura 31. Acesso ao crédito da População das comunidades do Chaú e Portinho.....	76
Figura 32. Tipos de créditos recebidos pela população das comunidades.....	76
Figura 33. Renda média mensal da população das comunidades.....	77
Figura 34. Estrada de acesso às comunidades do Chaú e Portinho.....	78
Figura 35. Meios de transporte utilizados pelos moradores das comunidades.....	78
Figura 36. Fontes de energia utilizadas para produção de alimentos nas comunidades.....	79

Figura 37. Características dos imóveis visitados nas comunidades.....	80
Figura 38. Aspectos relacionados ao abastecimento e consumo de água nas comunidades.....	81
Figura 39. Serviço de telefonia móvel nas comunidades.....	82
Figura 40. Aspectos relacionados a destinação de esgoto doméstico.....	82
Figura 41. Espaços de lazer nas comunidades.....	83
Figura 42. Formas de utilização da área destinada a criação de UC.....	84
Figura 43. Mapa de localização da Ilha Canela, na zona costeira do município de Bragança-PA (Imagem TM-Landsat 5, composição 1R2G3B). Fonte: adaptado de Sousa et al. (2008).....	85
Figura 44. Mapa de localização das Reservas Extrativistas Federais e da Ilha Canela, Bragança-PA.....	87
Figura 45. Divisão por sexo da população da Ilha Canela.....	89
Figura 46. Faixa Etária da População amostrada.....	90
Figura 47. Nível de Escolaridade da População amostrada.....	90
Figura 48. Estado Civil da população.....	91
Figura 49. Religião da população entrevistada.....	91
Figura 50. Tempo de residência da população entrevistada.....	92
Figura 51. Doenças ocorridas nas comunidades.....	96
Figura 52. Atendimento à saúde da população da Ilha Canela.....	96
Figura 53. Atividades produtivas no entorno da ilha.....	97
Figura 54. Segurança alimentar da população das comunidades.....	98
Figura 55. Registros da situação atual do Porto do Castelo.....	98
Figura 56. Sede da Colônia de Pescadores Z-17 de Bragança-PA.....	99
Figura 57. Tipos de violência relatadas.....	100
Figura 58. Moradores que já presenciaram casos de assalto nas localidades.....	100
Figura 59. Problemas enfrentados pela população das comunidades.....	101
Figura 60. Atividades produtivas locais.....	101
Figura 61. Acesso ao crédito da população da Ilha Canela.....	102
Figura 62. Renda média mensal da população.....	103
Figura 63. Problemas ambientais encontrados na Ilha Canela.....	103
Figura 64. Estrada de acesso ao Porto do Castelo e estrutura local.....	105
Figura 65. Instalação de placa solar na Ilha Canela.....	106
Figura 66. Fontes de energia utilizadas para o preparo de alimentos.....	106
Figura 67. Aspectos relacionados aos imóveis visitados na Ilha Canela.....	107
Figura 68. Aspectos relacionados ao abastecimento e consumo de água.....	108
Figura 69. Poços comunitários para captação de água na Ilha Canela.....	108
Figura 70. Banheiro de uso comunitário na Ilha Canela.....	109
Figura 71. Formas de utilização e sugestão de melhorias para a área destinada a criação de UC.....	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Superfície, ecossistemas naturais e de áreas ocupadas pelos sistemas produtivos na microrregião Bragantina, Nordeste Paraense, Pará, Brasil.....	17
Tabela 2. PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Caeté, 2018.....	19
Tabela 3. Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Rio Caeté, 2018.....	20
Tabela 4. Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública- RI Rio Caeté, 2018.....	21
Tabela 5. Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2020.....	22
Tabela 6. Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté.....	23
Tabela 7. Estrutura Logística da Região de Integração Rio Caeté.....	24
Tabela 8. Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2020.....	26
Tabela 9. Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2019-2020.....	27
Tabela 10. Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté.....	28
Tabela 11. Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RM. – 2018* e 2019.....	30
Tabela 12. Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios. – 2019.....	30
Tabela 13. Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010.....	31
Tabela 14. Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Rio Caeté, 2019-2020.....	33
Tabela 15. Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e RI Rio Caeté, 2010.....	34
Tabela 16. População cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios - dezembro/2020.....	34
Tabela 17. População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, RI Rio Caeté e Municípios, 2018-2020.....	35
Tabela 18. Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2019.....	36
Tabela 19. Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Caeté (2015-2019).....	37
Tabela 20. Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2016-2020).....	39
Tabela 21. Área Total, Desmatamento Acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da RI Rio Caeté, 2020.....	40
Tabela 22. Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na RI Rio Caeté, 2021.....	41
Tabela 23. Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da RI Rio Caeté, 2016 e 2020.....	42
Tabela 24. População, área e densidade demográfica, no período de 2000 a 2016.....	48
Tabela 25. População segundo situação da unidade domiciliar (2000/2007/2010).....	48
Tabela 26. População por faixa etária (2000/2007/2010).....	49

Tabela 27. População residente, segundo características específicas 1991/2000/2010.....	49
Tabela 28. Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água (1991/2000/2010).....	50
Tabela 29. Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário (1991/2000/2010).....	50
Tabela 30. Número de ocupações de saúde no município.....	51
Tabela 31. Unidades ambulatoriais no município.....	51
Tabela 32. Número de leitos hospitalares por habitantes.....	52
Tabela 33. Estabelecimentos por dependência administrativa e graus de ensino (2000-2015).....	52
Tabela 34. número de estabelecimentos com vínculos empregatícios segundo setor de atividade econômica do cadastro RAIS (2014-2015).....	53
Tabela 35. Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM (1991/2000/2010).....	54
Tabela 36. Eleitores por sexo (2000/02/04/06/08/10/12/2014/2016).....	54
Tabela 37. Produto Interno Bruto per capita a preço de mercado corrente (2002-2014).....	54
Tabela 38. Produtos das lavouras temporárias.....	55
Tabela 39. Produtos das lavouras permanentes.....	55
Tabela 40. Principais Rebanhos Existentes (2013-2015).....	55
Tabela 41. Quantidade e valor dos produtos de origem animal.....	56
Tabela 42. Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal (2013-2015).....	56
Tabela 43. Receitas Municipais no período de 2011-2015 / R\$1,00 (Valores Nominais).....	56
Tabela 44. Número de famílias e pessoas da área de estudo (Comunidades do Chaú e portinho do Chaú).....	59
Tabela 45. Número de famílias e pessoas da área de estudo.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IDEFLO-Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
DGBio	Diretoria de Gestão da Biodiversidade
GSBio	Gerência de Sociobiodiversidade
PMB	Prefeitura Municipal de Bragança
SEMMA/Bragança	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bragança
DOE	Diário Oficial do Estado
UC	Unidade de Conservação
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
SAD	Sistema de Alerta de Desmatamento
APs	Áreas Protegidas
APP	Área de Proteção Permanente
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
COOMAC	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas dos Caetés
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
RESEX	Reserva Extrativista
APA	Área de Proteção Ambiental
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
RI	Região de Integração
PIB	Produto Interno Bruto
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SEDUC-PA	Secretaria de Educação do Estado do Pará
ACS	Agente Comunitário de Saúde
PNADc	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
SEGUP-PA	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	8
2. INTRODUÇÃO	10
3. OBJETIVOS	13
3.1 OBJETIVO GERAL DO DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E FUNDIÁRIO	13
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
4. METODOLOGIA	13
5. MESORREGIÃO NORDESTE PARAENSE: CONTEXTO FUNDIÁRIO, SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL	15
5.1 REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAETÉ	17
5.1.1 Aspectos gerais	17
5.1.2 Economia	19
5.1.3 Balança comercial	22
5.1.4 Emprego	23
5.1.5 Infraestrutura	23
5.1.6 Educação	24
5.1.7 Saúde	28
5.1.8 Saneamento e Habitação	29
5.1.9 Segurança	32
5.1.10 Desigualdade de Renda	33
5.1.11 Juventude	35
5.1.12 Finanças Públicas	37
5.1.13 Dinâmica Ambiental	40
6. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E ÁREAS DE ESTUDO	42
6.1 Município de Bragança-PA	43
6.1.1 Aspectos históricos e culturais	43
6.1.1.1 Histórico	43
6.1.1.2 Cultura	45
6.1.2 Aspectos físico-territoriais	46
6.1.2.1 Localização	46
6.1.2.2 Limites	46
6.1.2.3 Solos	46
6.1.2.4 Vegetação	46
6.1.2.5 Patrimônio natural	47

6.1.2.6	Topografia	47
6.1.2.7	Geologia e Relevo	47
6.1.2.8	Hidrografia.....	47
6.1.2.9	Clima.....	48
6.1.3	Dados estatísticos.....	48
6.1.3.1	Demografia.....	48
6.1.3.2	Saúde.....	51
6.1.3.3	Educação	52
6.1.3.4	Mercado de trabalho.....	53
6.1.3.5	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	54
6.1.3.6	Político Eleitoral.....	54
6.1.3.7	Produto Interno Bruto Municipal (PIB)	54
6.1.3.8	Agricultura.....	55
6.1.3.9	Pecuária	55
6.1.3.10	Produtos de origem animal	56
6.1.3.11	Extrativismo vegetal	56
6.1.3.12	Finanças Públicas	56
6.2	Caracterização da área de estudo 01: ILHA DO CHAÚ	57
6.2.1	Contextualização e localização	57
6.2.2	Características da População do entorno da Ilha do Chaú: Comunidades do Chaú e Portinho do Chaú	58
6.2.2.1	População.....	58
6.2.2.2	Sexo	59
6.2.2.3	Faixa etária.....	60
6.2.2.4	Escolaridade	60
6.2.2.5	Estado civil.....	61
6.2.2.6	Religião	61
6.2.3	Padrão de Ocupação: origem dos moradores, tempo de residência e intenção de se mudar	62
6.2.3.1	Origem dos moradores.....	62
6.2.3.2	Tempo de Residência no Local	62
6.2.3.3	Pretensão de mudança para outro lugar	63
6.2.4	Aspectos Sociais: educação, saúde, segurança alimentar, organização social, violência e problemas mais citados.	63
6.2.4.1	Educação	63
6.2.4.2	Saúde.....	66
6.2.4.3	Segurança Alimentar	69

6.2.4.4	Organização Social	71
6.2.4.5	Violência	73
6.2.4.6	Problemas mais citados	74
6.2.5	Aspectos Econômicos	75
6.2.5.1	Acesso ao Crédito e Renda Familiar	75
6.2.5.2	Renda Média Mensal Familiar	76
6.2.6	Potencialidades e Problemas Ambientais	77
6.2.7	Infraestrutura e Saneamento Básico	77
6.2.7.1	Estradas e meio de Transportes	77
6.2.7.2	Fontes de Energia	79
6.2.7.3	Aspectos relacionados aos imóveis	79
6.2.7.4	Abastecimento de água	80
6.2.7.5	Comunicação: telefonia celular e internet	81
6.2.7.6	Esgoto e lixo doméstico	82
6.2.7.7	Espaços de lazer	83
6.2.7.8	Utilização da área	83
6.3	Caracterização da área de estudo 02: Ilha Canela	85
6.3.1	Contextualização e localização	85
6.3.2	Características da População da Ilha Canela	88
6.3.2.1	População	88
6.3.2.2	Sexo	89
6.3.2.3	Faixa Etária	89
6.3.2.4	Escolaridade	90
6.3.2.5	Estado Civil	90
6.3.2.6	Religião	91
6.3.3	Padrão de Ocupação: origem dos moradores, tempo de residência e intenção de se mudar	92
6.3.3.1	Origem dos moradores	92
6.3.3.2	Tempo de Residência no Local	92
6.3.3.3	Pretensão de mudança para outro lugar	92
6.3.4	Aspectos Sociais: educação, saúde, segurança alimentar, organização social, violência e problemas mais citados	92
6.3.4.1	Educação	93
6.3.4.2	Saúde	93
6.3.4.3	Segurança Alimentar	97
6.3.4.4	Organização Social	99

6.3.4.5	Violência	99
6.3.5	Aspectos Econômicos	101
6.3.5.1	Acesso ao Crédito e Renda Familiar	101
6.3.5.2	Renda Média Mensal Familiar	102
6.3.6	Potencialidades e Problemas Ambientais	103
6.3.7	Infraestrutura e Saneamento Básico.....	104
6.3.7.1	Estradas, porto e meio de transportes	104
6.3.7.2	Fontes de Energia	105
6.3.7.3	Aspectos relacionados aos imóveis	106
6.3.7.4	Abastecimento de água	107
6.3.7.5	Comunicação: telefonia celular e internet.....	108
6.3.7.6	Esgoto e lixo doméstico	109
6.3.7.7	Utilização da área	109
7.	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS	110
8.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	115
8.1	ILHA CHAÚ.....	115
8.2	ILHA CANELA.....	116
	REFERÊNCIAS	119

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio), criado pela Lei nº 8.096, de 01/01/2015, é uma autarquia de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira, tendo por finalidade, entre outras, a execução das políticas de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, da fauna e da flora terrestres e aquáticas no Estado do Pará e, entre suas funções básicas, se destaca “executar a política estadual de unidades de conservação do Estado relativas à sua proposição, criação, implementação e gestão em observância às normas gerais previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000).

É de responsabilidade da Diretoria de Gestão da Biodiversidade (DGBio), planejar, coordenar, supervisionar e promover a execução de planos, programas e projetos relativos à preservação, proteção e conservação da biodiversidade, apoiando a realização de pesquisas nestas áreas, a promoção do zoneamento da fauna e flora silvestres, a seleção e definição de espécies da fauna e flora a serem protegidos, e a promoção de atividades de recomposição florestal inclusive de APP e ARL em Unidades de Conservação. Nesse contexto, a DGBio executa o Projeto “Apoio a Criação de Unidades de Conservação da Natureza Municipais”, inserido no Programa “Meio Ambiente e Ordenamento Territorial”, ação “Elaboração de Estudo e Instrumento para Conservação e Monitoramento de Biodiversidade”.

Em março de 2016 a Prefeitura Municipal de Bragança (PMB) protocolou na sede do IDEFLOR-Bio o Ofício nº 2095/2016/PMB que posteriormente foi reiterado pelo Ofício nº 211/2018/PMB em junho de 2018 (Apêndice 01). Esses ofícios apresentavam a solicitação de apoio técnico na recategorização da Unidade de Conservação Municipal “Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha Canela” assim como, a solicitação da análise e apoio para a criação de uma Unidade de Conservação da Natureza na Ilha Chaú no referido município.

Em 2019, a DGBio realizou reuniões com a Secretaria de Municipal de Meio Ambiente (SEMMA/Bragança) e realizou visitas técnicas de reconhecimento das áreas propostas para a criação das unidades de Conservação no município. Devido à pandemia do COVID-19 (Decreto Estadual Nº 687 de 15/04/2020), os trabalhos só retornaram no ano de 2021. A DGBio por meio de suas gerências, GBio e GSBio, realizou levantamentos do meio físico, vegetação, flora, fauna e observações de ocupação por populações humanas para subsidiar a Criação de Unidade de Conservação na Ilha Chaú/ Rio Caeté e a Recategorização da Ilha Canela junto a Secretaria de Municipal de Meio Ambiente (SEMMA/Bragança).

Os estudos técnicos representam a primeira etapa de criação de unidade de conservação da natureza, de acordo com o Capítulo IV, Art. 22 da Lei Federal nº 9.985 de 18/07/2000, que trata dos procedimentos para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, a qual determina que a criação de uma Unidade de Conservação deve ser precedida de Estudos Técnicos e de Consulta Pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme dispuser em regulamento.

A partir dos estudos técnicos, foram propostas a criação de 02 (duas) Unidades de Conservação Municipais, ambas na categoria de manejo de Proteção Integral, cujas nomeações propostas são: Refúgio da Vida Silvestre Ilha Chaú e Monumento Natural Ilha Canela. A criação dessas áreas protegidas no município de Bragança tem como premissa e como instrumento legal a sustentabilidade ambiental, no que tange os aspectos de conservação de lagos, igarapés, nascentes, espécies da fauna e flora endêmicas e a conservação do solo, além da geração de serviços ambientais às comunidades locais por meio da promoção do ecoturismo.

Os estudos técnicos dividiram-se em quatro etapas. A primeira se deu no período de 19 a 22/11/2019, como objetivo de reunir com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bragança (SEMMA/PMB) para organização e planejamento, visando os estudos para Recategorização e Criação de Unidade de Conservação Municipal, bem como realizar levantamentos exploratórios das áreas de interesse ambiental, com o registro de coordenadas geográficas e descrição geral da vegetação e identificação da flora, autorizada pela Portaria nº 971 de 13/11/2019, publicada no DOE nº 34040 de 21/11/2019.

A segunda etapa ocorreu no período de 22/02 a 01/03/2021 (Portaria nº 77, de 04/03/2021, publicada no DOE nº 33510, de 08/03/2021), cujos objetivos foram realizar os levantamentos do meio físico, vegetação, flora, fauna e observações de ocupação por populações humanas para subsidiar a Criação de Unidade de Conservação na Ilha Chaú e a Recategorização da Ilha Canela.

A terceira se deu no período de 09/08 à 14/08/2021 e contou com os levantamentos da flora, da fauna, identificação dos ecossistemas e checagem das fitofisionomias das ilhas Canela e Chaú, e águas costeiro-oceânicas e de rio, no período sazonal de estiagem; e observações de ocupação humana, conforme Portaria nº 375 de 15/07/2021, publicada no DOE nº 34644 de 20/07/2021.

Por fim, a quarta expedição à Bragança ocorreu no período de 04/10 à 08/10/2021, a qual teve como objetivo realizar os levantamentos socioeconômico, fundiário e institucional, a fim de subsidiar os estudos para a Recategorização da Unidade de Conservação Municipal Ilha Canela e a Criação de Unidade de Conservação na Ilha Chaú, autorizada pela Portaria nº 555 de 29/09/2021, publicada no DOE nº 34717 de 30/09/2021.

É importante ressaltar que, em todos os levantamentos realizados e reuniões organizadas, o IDEFLOR-Bio contou com o apoio da SEMMA/PMB. Na ocasião, registramos os nossos agradecimentos ao município de Bragança e sua gestão municipal pelo acolhimento e todo suporte prestado.

2. INTRODUÇÃO

As áreas estudadas e indicadas para serem legalmente protegidas como Unidades de Conservação da Natureza - UC, em nível estadual, tiveram seu marco inicial registrado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), nos trabalhos de Crisomar Lobato, publicados nas Revistas Pará Desenvolvimento – A Amazônia na Constituição: Áreas de Conservação Ambiental para o Estado do Pará, 1988, onde constam 34 (trinta e quatro) áreas relevantes sobre a biodiversidade, integridade dos ecossistemas e das paisagens, de importância arqueológica, espeleológica e cultural, e na edição especial Amazônia Eco-Visões, 1992, com o título Unidades de Conservação no Estado do Pará, lançada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIO-92), a autor amplia para 42 (quarenta e duas) áreas a serem legalmente protegidas.

O artigo 254 da Constituição do Estado do Pará (1989) determina que “O Poder Público Estadual realizará o zoneamento ecológico-econômico do Estado, de modo a compatibilizar o desenvolvimento com a preservação e a conservação do meio ambiente, bem como promoverá o levantamento e o monitoramento periódico da área geográfica estadual, de acordo com as tendências e desenvolvimento científico e tecnológico, de modo que o zoneamento ecológico-econômico esteja sempre atualizado, garantindo a conservação das amostras representativas dos ecossistemas”.

Para as Unidades de Conservação da Natureza (UC), no contexto brasileiro, quando se trata dos seus processos de criação, há grande atenção no objetivo de promover a preservação da floresta amazônica e o combate ao desmatamento, resguardando o máximo possível os habitats das espécies da flora e da fauna endêmica, migratória e ameaçadas de extinção, assim como os ecossistemas aquáticos e os marítimos; com o intuito de contribuir para a manutenção de serviços ambientais, ecossistêmicos; e principalmente na garantia do direito de permanência de populações, comunidades tradicionais e povos indígenas de regiões da Amazônia.

O Brasil, mais especificamente, o Bioma Amazônico é responsável pela gestão do maior patrimônio de biodiversidade do mundo, abrigando mais de 49.520 espécies de plantas, 120 mil espécies de invertebrados e aproximadamente 8930 espécies vertebrados (734 mamíferos, 1982 aves, 732 répteis, 973 anfíbios, 3150 peixes continentais e 1358 peixes marinhos), das quais 1.173 estão listadas como ameaçadas de extinção, sendo uma obrigação do poder público e da sociedade protegê-las (ICMBio, 2021). Por apresentar extensas áreas de florestas contínuas é muito importante para a estabilidade do clima a nível local e, também, contribui para o controle climático em nível mundial. A Amazônia também abriga uma grande diversidade sociocultural, com um espaço territorial ocupado por povos e populações tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas e outros).

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2021), no Brasil existem 724 terras indígenas em diferentes fases do processo demarcatório, ocupando 13% do território nacional e 3.271 comunidades Remanescentes de Quilombos, incluindo, ainda existem as comunidades tradicionais, que utilizam os recursos naturais, por meio do manejo tradicional milenar extraindo da floresta os produtos vegetais e animais, com o uso sustentável da biodiversidade com aplicação de saberes, práticas e conhecimentos tradicionais.

Ao longo dos anos vários fatores têm ocasionado mudanças negativas nesse cenário acima exposto, entre eles, o desmatamento progressivo da floresta, ocasionado por queimada ou pela retirada ilegal de madeira, o tráfico de animais silvestres, o assoreamento de cursos d'água e outros fatores. Em se tratando de desmatamento na Amazônia legal, em fevereiro de 2019, o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) detectou 93 quilômetros quadrados de desmatamento, uma redução de 57% quando comparado com o ano de 2018 (IMAZON, 2019). O que acarreta perda de biodiversidade, de habitats de animais, aquecimento global, o desmatamento traz perda imensurável do ponto de vista ambiental. Estudos recentes revelam que a Amazônia perde por ano 350 km² de superfície de água (FONSECA et al., 2019).

A conservação da biodiversidade, garantindo o usufruto das gerações atuais e futuras dos recursos ambientais, tem permeado debates em diferentes esferas do poder e atores sociais mundialmente, estratégias e medidas são estabelecidas para o combate dos fatores que desencadeiam a perda da biodiversidade, nesse horizonte de soluções, a criação de Áreas Protegidas (APs) são reconhecidamente um dos principais instrumentos de conservação da biodiversidade e de biomas ameaçados, além de serem fundamentais no combate às mudanças climáticas, uma vez que protegem cerca de 15% do estoque de carbono terrestre mundial (FONSECA et al., 2019).

Nesse sentido, o Estado do Pará avançou consideravelmente na criação de Unidades de Conservação (UCs) e hoje tem um terço de seu território destinado a essa categoria de Áreas Protegidas (VEDOVETO et al., 2014). No entendimento do jurista Leonardo Serafini (2004) apud Silva (2011), o instrumento de ordenamento territorial na esfera municipal, previsto no artigo 182 da Constituição de 1988 e na Lei nº 10.257/2001 é o Plano Diretor Municipal (PDM).

Com isso, a criação de unidades de conservação municipais do grupo de uso sustentável e proteção integral, localizadas no município de Bragança, contemplam os objetivos presentes no Plano Diretor Participativo do Município de Bragança (Lei Municipal Nº. 3.875, de 10 de outubro de 2006), em especial nos objetivos, diretrizes e ações estratégicas da Política de Desenvolvimento Municipal do Meio Ambiente, entre os quais destaca-se:

“(...) VI - a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assegurado, quando de propriedade pública, o acesso a eles; VII - o aproveitamento socialmente justo e ecologicamente equilibrado, mediante a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis (Art. 5º, incisos VI, VII);

I - conservar a cobertura vegetal nativa e secundária; II - controlar atividades poluidoras ou de relevante impacto ambiental; III - promover a utilização racional dos recursos naturais; IV - preservar e recuperar ecossistemas essenciais; V - proteger os recursos hídricos e os mananciais; VI - proteger o solo e o ar; VII - estimular a educação ambiental como processo sócio-interacionista e emancipatório dos municípios; (...) IX - instituir e implantar a Agenda 21 Municipal como estratégia de desenvolvimento sustentável (Art. 20º, Incisos I, II, III, IV, VI, VII, IX);

(...) VIII - contemplar através do macrozoneamento áreas de conservação e preservação ambiental no Município; XVI - constituir parcerias com órgãos federais, estaduais e organizações não governamentais a fim de promover estudos técnico-científicos relacionados às questões ambientais (Art. 21º, incisos VIII, XVI);

(...) VIII - demarcar as seguintes áreas como de conservação ou de interesse à preservação e/ou recuperação: área do Lobão (bosque), Área do sítio Royal, bacia do Rio Grande (do Cereja), Campos naturais, área do “lixão”, bacia do Rio Caeté, bacia do Rio Chumucuí (Art. 22º, inciso VIII);

Dentre os objetivos da criação das Unidades de Conservação, destaca-se a conservação do Rio Caeté, da Ilha Canela, das espécies da fauna e flora, residentes e migratórias, das nascentes e das Áreas de Preservação Permanente (APPs), localizadas no interior das comunidades do Chaú e Portinho do Chaú, da conservação das paisagens e do microclima de Bragança, assim como, evitar a degradação ambiental, conservar os estoques pesqueiros, garantir a reprodução de espécies de peixes, aves e crustáceos, contribuindo na melhoria da qualidade de vida da população envolvida.

Como respaldo legal, a criação dessas unidades de conservação, especialmente a recategorização da Unidade de Conservação Municipal da “Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha Canela”, encontra, também, no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei Federal Nº 7.661, de 16 de Maio de 1988, cuja finalidade principal é promover o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros.

Os estudos do meio biótico desenvolvidos demonstram que a institucionalização dessas áreas como áreas protegidas de grande importância para o município de Bragança, por se tratar de áreas frágeis com ocorrência de manguezais e de zona costeira terrestre, contendo em seu interior importantes nascentes, retratando assim a existência de Área de Preservação Permanente (APP).

Nesse sentido, esse trabalho, junto com seus diagnósticos do meio biológico, meio físico, infraestrutura, saneamento básico e da análise fundiária, tem por objetivo subsidiar a criação da Unidade de Conservação Municipal do Grupo de Proteção Integral localizada na área denominada de Ilha Chaú, nas margens do Rio Caeté, área rural do município de Bragança, sendo indicado Refúgio da Vida Silvestre (REVIS). Além disso, esse diagnóstico também subsidiará o processo de Recategorização da Unidade de Conservação Municipal “Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha Canela (Lei Municipal Nº3.280 de 29/10/1997)” (Apêndice 02), localizada no oceano Atlântico, zona litorânea de Bragança, à cerca de 18km partindo do Porto do Castelo, pela Baía do Maiaú, sendo indicado a categoria de Proteção Integral do tipo Monumento Natural.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL DO DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E FUNDIÁRIO

O presente diagnóstico tem como objetivo subsidiar a proposta de criação de Unidade de Conservação da Natureza Municipal, localizada em área rural, mais especificamente na Ilha Chaú, bem como subsidiar a recategorização da Unidade de Conservação Municipal *Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela*, ambas no município de Bragança, Estado do Pará.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar o nível de conhecimento do meio socioeconômico e cultural da área de abrangência das áreas propostas para criação de UCs;
- Avaliar a situação fundiária das áreas propostas para criação e recategorização de UCs municipais; e recategorização de unidade de conservação municipal;
- Propor soluções de proteção ambiental e de desenvolvimento que considerem a melhoria da qualidade de vida da população e a redução dos riscos de perda do patrimônio natural e cultural.

4. METODOLOGIA

Na elaboração deste diagnóstico, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de dados secundários se deu a partir de pesquisa bibliográfica, em ampla base de dados, com reconhecida importância e confiabilidade, como monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos científicos, relatórios oficiais de órgãos governamentais em todas as instâncias, de organizações não-governamentais, bem como em relatórios e diagnósticos que abordassem sobre os aspectos socioeconômicos, ambientais, fundiários e turísticos do município de Bragança. Também foram utilizados dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) e do Plano Diretor Participativo do Município de Bragança (Lei Municipal Nº. 3.875, de 10 de Outubro de 2006).

Para a coleta de dados primários, foram aplicados questionários no período de 04 a 08 de outubro de 2021 nas residências localizadas na Comunidade do Chaú, Portinho do Chaú e Ilha Canela, zona rural do Município de Bragança. Os questionários abordaram temas como saúde, educação, saneamento básico, renda das famílias, atividades econômicas desenvolvidas, interesse em participação na consulta pública, entre outros.

Em pesquisa realizada com *softwares* de geoprocessamento por imagens de satélite, além da validação por contagem *in loco*, foram identificadas 66 edificações, sendo 50 edificações na comunidade do Chaú e 16 edificações na comunidade do Portinho. Na Ilha Canela, foram visualizadas 28 construções, sendo a maioria no estilo “rancho de pesca”, feitas com material rústico e de baixa durabilidade, que podem ser desmontadas ou destruídas pela ação do tempo. Os formulários foram aplicados com todas as famílias que se encontravam nas residências nesse período. Os dados foram

organizados em planilhas do *software Excel*, analisados e sistematizados em gráficos e tabelas.

Realizou-se a aplicação dos questionários com 06 (seis) Secretarias Municipais, sendo elas: Saúde, Educação, Meio Ambiente, Agricultura e Pesca, Turismo e Agricultura; Na Escola Municipal Nossa Senhora do Livramento, como único estabelecimento de educação que atende as comunidades; No Posto de Saúde do Jiquiri, como estabelecimento de saúde que atende as comunidades; e na Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas dos Caetés (COOMAC). Foram aplicados questionários específicos para cada instituição, com objetivo de informar sobre a possível destinação da área para criação de unidade de conservação da natureza, realizar levantamentos de informações socioeconômicas e fundiárias e levantamento Institucional para a realização da Consulta Pública.

Em relação ao levantamento fundiário, que busca detalhar a situação fundiária da área, foram encaminhados ofícios ao Cartório de 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Bragança, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), à Superintendência do Patrimônio da União no Pará (SPU/PA), ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), solicitando informações sobre a situação fundiária, em relação a possíveis assentamentos e manifestação quanto à criação das Unidades de Conservação.

Soma-se a metodologia, a observação de campo, o registro fotográfico e o registro de coordenadas geográficas por meio de GPS (Global Positioning System). O diagnóstico divide-se, além da apresentação e introdução, em contextualização regional, caracterização socioeconômica do município e áreas propostas, levantamento institucional, situação fundiária, conclusões e recomendações.

5. MESORREGIÃO NORDESTE PARAENSE: CONTEXTO FUNDIÁRIO, SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL¹

Com a construção da rodovia federal BR-010 (Belém-Brasília) o intenso movimento migratório para novas fronteiras agrícolas provocou um grande êxodo rural das populações tradicionais. Na medida em que se estendia o eixo rodoviário, populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas eram expropriadas e destituídas da posse de suas terras promovendo incerteza e conflitos sobre o direito de propriedade (BEZERRA NETO, 2001; CORDEIRO et al., 2017).

A ocupação irregular da mesorregião Nordeste Paraense levou a um processo demorado de demarcação e regularização de terras indígenas e quilombolas. Entre os anos de 1972-1974, as terras indígenas foram demarcadas e em 1988 foram criadas as terras indígenas de Tembê-Guamá e Canindé, porém a situação fundiária só foi homologada através do Decreto s/nº de 04 de outubro do ano de 1993, estando todo o processo em conformidade com os dispostos da legislação federal e estadual.

Desde novembro de 2003, a titulação acontece de acordo com o processo estabelecido no Decreto Federal nº 4.887/0312 e Instrução Normativa IN 57/0913 – INCRA. No estado do Pará vigoram também procedimentos próprios, especificados em legislação estadual e executados pelo governo local.

Tal procedimento encontra-se definido na Lei nº 6.16514 de 02 de dezembro de 1998, e no Decreto nº 3.57215, de 22 de julho de 1999. A legislação paraense foi a primeira a reconhecer a auto-identificação como o critério para determinar que uma comunidade seja quilombola. No Nordeste Paraense a situação fundiária não difere das outras regiões do estado, com muitas áreas de conflitos no campo e sem definição. Conforme dados do INCRA, existem 78 projetos de assentamentos tradicionais e 101 de assentamentos agroextrativistas, o que não é suficiente para suprir a demanda da mesorregião por reforma agrária (CORDEIRO et al., 2017).

Na mesorregião existem várias unidades de conservação de uso sustentável de âmbito federal e também uma de âmbito municipal, são elas:

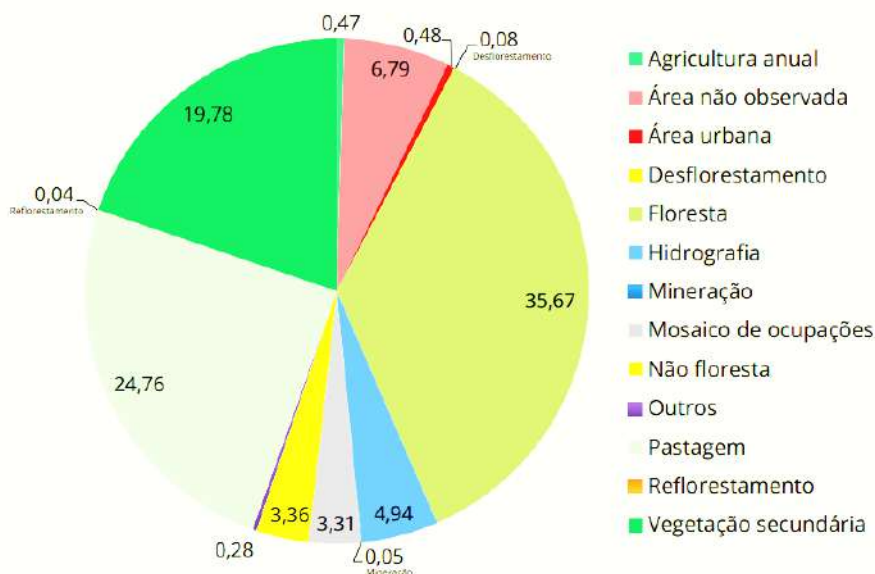
- I. RESEX (Reserva Extrativista) Caeté-Taperuçu (Município de Bragança) com 42.068,86 ha, atende 3.000 famílias;
- II. RESEX Mãe Grande de Curuçá (Município de Curuçá) com 37.062,02 ha, atende 2.000 famílias;
- III. RESEX Maracanã (Município de Maracanã) com 30.018,88 ha, atende 1.100 famílias;
- IV. RESEX Chocoaré-Mato Grosso (Município de Santarém Novo) com 2.875,72 ha, atende 450 famílias;
- V. RESEX Gurupi-Piriá (Município de Viseu) com 74.081,81 ha, atende 2.000 famílias;
- VI. RESEX Araí-Peroba (Município de Augusto Corrêa).
- VII. APA (Área de Proteção Ambiental) da Costa de Urumajó (Município de Augusto Corrêa) é uma unidade de conservação municipal.

¹ Adaptado de CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. *Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias*. Belém: EDUFRA, 323p., 2017.

Apesar de pertencerem à mesma mesorregião, os 49 municípios que compõem o Nordeste Paraense se diferenciam também em relação às atividades econômicas e meios de transporte. O comércio nos municípios da microrregião de Cametá obedece a sincronia dos rios Tocantins e Pará, enquanto que os municípios das demais microrregiões estão sob influência do eixo da antiga Estrada de Ferro de Bragança e da malha rodoviária conectada ao longo das rodovias Belém-Brasília e Belém-São Luís. Conforme o BANCO CENTRAL DO BRASIL (2016), entre os municípios dessa mesorregião com menor PIB per capita e baixas participações no PIB do Estado no ano de 2013 foram: Terra Alta (R\$ 4.369,00), Cachoeira do Piriá (R\$ 4.695,00), Irituia (R\$ 5.090,00) e Colares (R\$ 5.230,00). A diminuição da atividade madeireira fez com que o município de Tailândia fosse incluindo no grupo dos municípios com maiores perdas de postos de trabalho (1.524), porém com taxa de crescimento populacional de 7,51% por ano no último decênio. Outros três municípios da mesorregião também registraram essas taxas: Ipixuna do Pará (7,40%), Baião (5,73%) e Cachoeira do Piriá (5,55%) (PARÁ, 2013).

Historicamente, a mesorregião Nordeste Paraense vem sofrendo um processo de descaracterização devido ao desmatamento decorrente do modo de ocupação e de uso da terra. Assim, parte das fisionomias vegetais originais foi alterada, sendo considerada área sob antropismo, com quase 25% de área deslorestada. A extensão territorial é ocupada de diferentes formas (Figura 1) com a presença, mesmo que em fragmentos, de ecossistemas naturais de florestas, além de áreas ocupadas por diferentes sistemas produtivos (INPE, 2014). Há diferenças quanto o percentual de uso da terra, dentro e entre as microrregiões, que integram o Nordeste Paraense, devendo-se atentar para suas várias características, tais como: floresta primária, floresta secundária, pastagem e agricultura.

Figura 1. Categorização da ocupação em percentual da mesorregião Nordeste Paraense.



Fonte: Adaptado de CORDEIRO et al. (2017); INCRA (2016).

Com base nos dados do INPE (2014), os ecossistemas naturais das microrregiões e seus respectivos municípios são representados por: a) agroecossistemas (agricultura); b) florestas primárias e secundárias; c) sucessão florestal inicial; d) campos de graminóides (pastagens) e e) reflorestamento, como pode ser visualizado na tabela 1, especialmente na microrregião Bragantina.

Tabela 1. Superfície, ecossistemas naturais e de áreas ocupadas pelos sistemas produtivos na microrregião Bragantina, Nordeste Paraense, Pará, Brasil.

Município	Área		FP		FS		P		A		SI		RF	
	Km ²	Km ²	%	Km ²	%	Km ²	%	Km ²	%	Km ²	%	Km ²	%	
Augusto Correa	1.091,5	282,66	18,65	136,48	16,65	102,48	6,08	0,01	0,04					
Bonito	586,7	47,07	3,1	9,14	1,11	168,68	10,01	24,97	87,82					
Bragança	2.091,9	285,64	18,84	332,53	40,56	400,08	23,74	0,17	0,6					
Capanema	613,6	66,15	4,36	74,16	9,05	144,18	8,56	0,35	1,23					
Igarapé-açu	786	89,91	5,93	60,8	7,41	151,23	8,97	1,11	3,89	2,94	62,19	2,94	62,26	
Nova Timboteua	489	+93,03	6,14	43,2	5,27	99,08	5,88			1,72	37,74	1,78	37,74	
Peixe-Boi	451,3	75,81	5	49,44	6,03	101,73	6,04							
Primavera	258,6	63,61	4,2	20,79	2,54	23,53	1,4							
Quatipurú	324,3	160,62	10,6	6,13	0,75	10,35	0,61							
Santa Maria do Pará	457,7	44,86	2,96	5,29	0,64	162,15	9,62							
Santarém Novo	229,5	70,43	4,65	13,17	1,61	29,83	1,77							
São Francisco do Pará	479,6	57,22	3,77	20,60	2,51	149,5	8,87	0,91	3,21					
Tracuateua	936,1	178,98	11,81	48,19	5,88	142,44	8,45	0,91	3,2					

Nota: FP – Floresta primária; FS – Floresta secundária; P – Pastagem; A – Agricultura; SI – Sucessão Inicial; RF – Reflorestamento.

Fonte: Adaptado de INPE (2014).

5.1 REGIÃO DE INTEGRAÇÃO RIO CAETÉ²

5.1.1 Aspectos gerais

A Região de Integração (RI) Rio Caeté, criada a partir do Decreto Estadual nº 1.066 de 19 de junho de 2008, instrumento que reconfigurou regionalmente o Estado do Pará visando orientar a ação governamental. Localizada na Região Nordeste do Pará, é entrecortada pelas rodovias BR-316 e BR-318. Abrange uma área total de quase 17 mil quilômetros quadrados, o que representam 1,5% da área total do Pará.

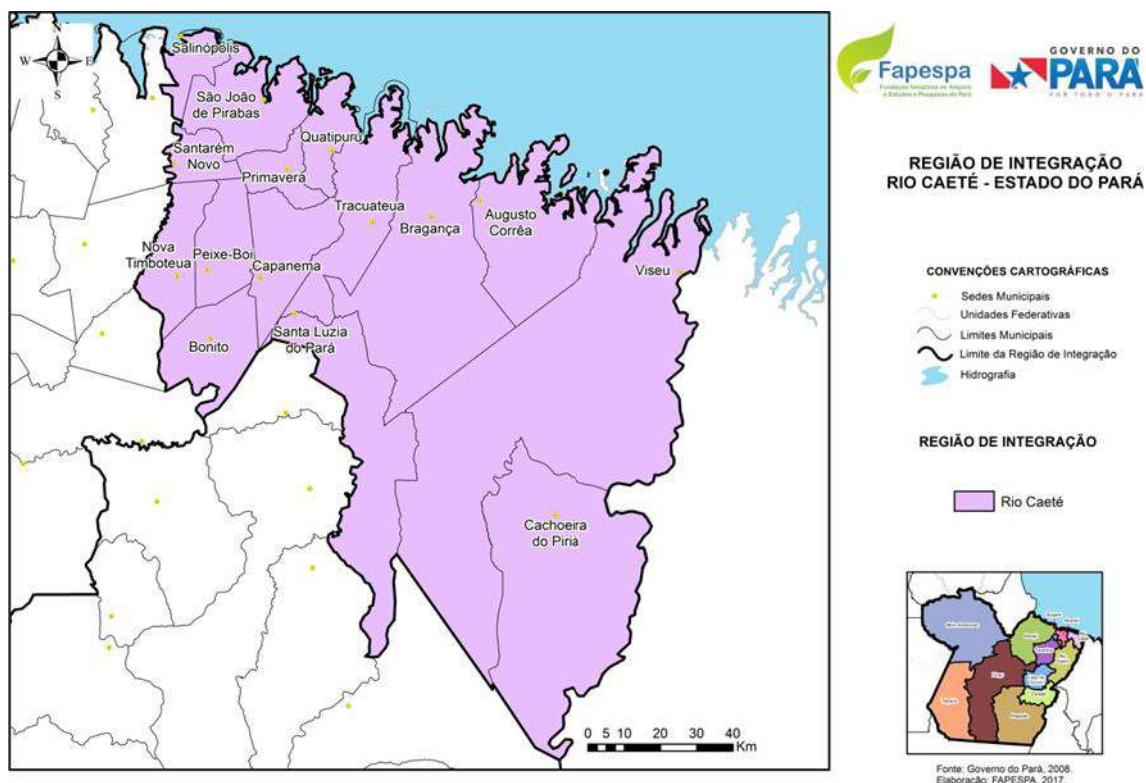
A população dessa RI em 2020 foi estimada em mais de 527.871 habitantes, correspondendo a 6% do total do Estado. Bragança é o município com o maior contingente de pessoas 129 mil (24,4%), seguido por Capanema com 69 mil (13,2%) e Viseu 62 mil (11,7%). Juntos concentram 49% da população da região (260 mil habitantes). A taxa de crescimento populacional entre 2010 e 2020 foi de 1,18%, abaixo da média estadual (1,41%).

² Adaptado de Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). *Região de Integração Rio Caeté: Perfil Socioeconômico e Ambiental (Atualização 2021)* / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. 34p., 2021.

É formada por 15 municípios (Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu) (Figura 2). O processo de ocupação dessa região data do período colonial, séc. XVI, em que as primeiras expedições portuguesas chegaram com o intuito de desalojar os franceses, os quais já ocupavam a região. Após a expulsão dos franceses, Portugal desenvolveu uma política de ocupação da região para evitar novas ocupações.

Os habitantes naturais da região eram os índios das tribos Tupinambás, Tremembés, Apotiangas e Cariabas. Os primeiros imigrantes a ocuparem a região, além de franceses e portugueses foram os negros refugiados remanescentes de fazendas. Posteriormente, o território recebe a migração de nordestinos em busca de vida melhor, os quais servirão de mão de obra na construção da Estrada de Ferro de Bragança.

Figura 2. Municípios da região de integração Rio Caeté.



Fonte: Adaptado de IBGE/FAPESPA (2021).

As primeiras vilas, cidades e municípios datam dos séculos XVI e XVII, anteriores a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Até então, o escoamento da produção era realizado exclusivamente pelos rios e que, portanto, era feito com grande dificuldade. Destaques para os rios Gurupí, Peixe-Boi, Timboteua, registrando que sua costa é banhada pelo oceano Atlântico.

Com a construção da estrada de Ferro que se iniciou em 1883, concluída em 1906, intensificou-se o processo de ocupação e colonização dessa região. Porém, com a sua extinção, no ano de 1965, começa o período caracterizado pelo isolamento de vilas e cidades, que passaram a sofrer consequências em diversos setores, que

começam a ser superadas com a abertura da Rodovia PA-242 (Bragança-Capanema) e da Rodovia BR- 316 (Belém-Brasília).

O PIB da Região responde por 3% do PIB paraense. Na composição do PIB na RI, a atividade da Administração Pública contribui com 39%, os Serviços com 32%, a Agropecuária com 13%, a Indústria com 9% e, os Impostos sobre produtos com 7%. Ressalta-se que em 2019, a região registrou a maior produção de mel de abelha (31%); a maior produção de Malva (48%) e de Feijão (27%).

O turismo local também representa fonte de renda para a região com a cultura popular local compondo o patrimônio material e imaterial. Portanto, se expressa no conjunto de ruínas históricas, monumentos históricos, festivais regionais, artesanato, culinária, além de praias, dunas, grutas, serra, lugares místicos e paisagens paradisíacas, mangues, a pesca de aventura, corredeiras e cachoeiras. O município de Salinópolis é considerado o principal balneário do interior do Estado e cidade-sede dos principais campeonatos de surfe do País.

5.1.2 Economia

Em 2018, a Região de Integração Rio Caeté teve sua riqueza valorada em R\$ 4,8 bilhões, o que representou 3% do PIB paraense. Entre os setores econômicos, o de maior valor adicionado foi a Administração Pública, com R\$1,9 bilhão ou 39% do total da região, o qual incorpora as atividades do poder municipal, estadual e federal, seguido do setor de Serviços, com R\$ 1,5 bilhão, equivalente a 32% do PIB da região e da Agropecuária com R\$ 611 milhões (12,7%). Essa região destaca-se na produção de cimento e de óleo vegetal, e no setor agropecuário, ressalta-se o cultivo de dendê, como a principal atividade na agricultura (Tabela 2).

Tabela 2. PIB e Setores Econômicos – Região de Integração Rio Caeté, 2018.

PIB	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
PIB (Mil R\$)	7.004.141.000	161.349.602	4.808.135
Valor Adicionado Total (Mil R\$)	6.011.150.000	146.889.115	4.450.907
% Valor Adicionado Total	85,82%	91,04%	92,57%
VA Agropecuária (Mil R\$)	309.611.000	14.967.854	611.504
% VA Agropecuário	4,42%	9,28%	12,72%
VA Indústria (Mil R\$)	1.313.210.000	45.502.447	417.697
% VA Indústria	18,75%	28,20%	8,69%
VA Serviços (Mil R\$)	3.342.944.000	54.001.480	1.534.413
% VA Serviços	47,73%	33,47%	31,91%
Administração Pública (Mil R\$)	1.045.385.000	32.417.334	1.887.293
% Administração Pública	14,93%	20,09%	39,25%
Impostos (Mil R\$)	992.991.000	14.460.487	357.228
% Impostos	14,18%	8,96%	7,43%

Fonte: adaptado de IBGE/FAPESPA (2021).

Entre os municípios que compõem a região do Rio Caeté, os que apresentaram as maiores contribuições para o PIB da região, em 2018, foram: Bragança, com

participação de 23%; Capanema, com 21% de contribuição e Viseu, com 10%, que juntos já correspondem por 54% do total do Valor Adicionado (VA) regional (Tabela 3).

Tabela 3. Produto Interno Bruto, Valor Adicionado (VA) por Setores e Impostos, Região de Integração Rio Caeté, 2018.

Item Geográfico	PIB (Mil Reais)	VA Agropecuária (Mil Reais)	VA indústria (Mil Reais)	VA Serviços (Mil Reais)	VA Administração (Mil Reais)	Impostos (Mil Reais)
Brasil	7.004.141.000	309.611.000	1.313.210.000	3.342.944.000	1.045.385.000	992.991.000
Pará	161.349.602	14.967.854	45.502.447	54.001.480	32.417.334	14.460.487
Rio Caeté	4.808.135	611.504	417.697	1.534.413	1.887.293	357.228
Augusto Corrêa	305.846	42.910	11.239	56.297	187.022	8.379
Bonito	151.796	19.093	35.352	23.674	53.926	19.751
Bragança	(23%) 1.127.832	147.070	73.247	411.564	421.551	74.400
Cachoeira do Piriá	179.439	31.907	5.275	25.897	111.483	4.877
Capanema	(21%) 1.027.476	37.798	109.548	510.254	241.053	128.823
Nova Timboteua	118.720	21.087	5.639	31.569	54.998	5.428
Peixe-Boi	55.082	9.076	2.361	11.025	30.769	1.850
Primavera	198.977	8.076	77.283	29.755	45.646	38.217
Quatipuru	97.498	24.674	2.987	17.667	49.355	2.816
Salinópolis	470.392	16.159	54.105	213.828	147.087	39.213
Santa Luzia do Pará	163.153	24.822	6.034	45.498	78.518	8.282
Santarém Novo	45.157	7.641	1.855	7.408	27.333	920
São João de Pirabas	164.400	23.966	7.576	34.477	92.244	6.138
Tracuateua	215.701	45.446	7.885	37.851	118.896	5.623
Viseu	(10%) 486.664	151.780	17.311	77.648	227.412	12.512

Fonte: Adaptado de IBGE/FAPESPA (2021).

A tabela 4 apresenta as principais atividades de cada município, excetuando a atividade da Administração Pública. Foram consideradas aquelas com a maior participação na formação do Valor Adicionado (VA) do município. Para a região Rio Caeté, as principais atividades em termos de VA em 2018, foram: as Atividades imobiliárias; o Comércio e manutenção de veículos com destaque para o comércio atacadista de produtos alimentícios e o comércio varejista de combustíveis; a Agricultura, com relevância para os cultivos de mandioca, açaí, dendê, pimenta-do-reino e banana; seguido da Construção civil e a Indústria de transformação, tendo como principais segmentos os de fabricação de cimento, fabricação de óleo vegetal refinado e Preservação de peixes, crustáceos e moluscos.

Tabela 4. Atividades Predominantes no Valor Adicionado do PIB, excluindo a Administração Pública- RI Rio Caeté, 2018.

Item Geográfico	Principais Atividades				
Rio Caeté	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Construção civil	Indústria de transformação
Augusto Corrêa	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Construção civil
Bonito	Indústria de transformação	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção e distribuição de eletricidade e água	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Bragança	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil
Cachoeira do Pirιά	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Capanema	Comércio e manutenção de veículos	Atividades imobiliárias	Indústria de transformação	Alojamento e alimentação	Agricultura
Nova Timboteua	Agricultura	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Pecuária	Construção civil
Peixe-Boi	Atividades imobiliárias	Agricultura	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil
Primavera	Indústria de transformação	Produção e distribuição de eletricidade e água	Atividades imobiliárias	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Quatipuru	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Atividades imobiliárias	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Salinópolis	Atividades imobiliárias	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil	Alojamento e alimentação	Produção e distribuição de eletricidade e água
Santa Luzia doPará	Atividades imobiliárias	Pecuária	Comércio e manutenção de veículos	Agricultura	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Santarém Novo	Agricultura	Atividades imobiliárias	Construção civil	Atividades profissionais, científicas e técnicas	Pecuária
São João de Pirabas	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Agricultura	Comércio e manutenção de veículos	Atividades profissionais, científicas e técnicas
Tracuateua	Agricultura	Atividades imobiliárias	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Comércio e manutenção de veículos	Construção civil

Viseu	Agricultura	Atividades imobiliárias	Pecuária	Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Construção civil
-------	-------------	-------------------------	----------	---	------------------

Fonte: Adaptado de IBGE/FAPESPA (2021).

O município de Bragança apresentou, em 2018, como principais atividades: as Atividades imobiliárias; o Comércio e manutenção de veículos com destaque para os segmentos de produtos alimentícios, de combustíveis e materiais de construção; a Agricultura, com a produção de mandioca, açaí, banana e milho; a Produção Florestal com a extração do açaí; da Pesca e Aquicultura tendo como principais pescados, o tambaqui e tambacu; e Construção civil.

Em Capanema, as principais atividades na composição do VA municipal em 2018 foram: Comércio e manutenção de veículos com os segmentos de produtos alimentícios, de cerveja e refrigerantes e de combustíveis; as Atividades imobiliárias; a Indústria de transformação com destaque para a subatividade de fabricação de cimento; o Alojamento e alimentação; e a Agricultura com os cultivos e mandioca, feijão, pimenta-do-reino, maracujá, açaí e coco-da-baía.

Para o município de Viseu, em 2018 os destaques foram: Agricultura com relevância à produção de açaí, mandioca, arroz, banana e pimenta-do-reino; Atividades imobiliárias; Pecuária com a criação de bovinos e galináceos; Produção Florestal, da Pesca e Aquicultura com destaque para a extração da madeira em tora e o açaí; e a Construção civil.

5.1.3 Balança comercial

A atividade comercial do estado do Pará com o mercado externo é um parâmetro que possibilita inferir os níveis de robustez produtiva do estado, seja na comercialização de produtos agrícolas, seja na comercialização de produtos extrativos.

Em 2020, a atividade comercial do estado com o mundo resultou em um saldo positivo de US\$ 19,036 bilhões, tendo a RI Rio Caeté contabilizado um saldo de US\$ 16,276 milhões. Os principais produtos exportados da região são: peixes congelados, com Bragança respondendo por 58,2% da comercialização regional com o setor externo; e crustáceos, em Bragança e Augusto Corrêa com um volume de comercialização da ordem de 8% do total da comercialização externa da RI (Tabela 5).

Tabela 5. Balança Comercial Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2020.

Item Geográfico	Exportação	Part.(%)	Importação	Part.(%)	Saldo
Brasil	209.180.241.655	-	158.786.824.879	-	50.393.416.776
Pará	20.235.721.095	100	1.199.622.713	100	19.036.098.382
Rio Caeté	18.649.629	0,09	2.373.148	0,20	16.276.481
Augusto Corrêa	4.540.755	24,35	96.016	4,05	4.444.739
Bragança	14.063.836	75,41	1.148	0,05	14.062.688
Capanema	45.038	0,24	0	0,00	45.038

Primavera	0	0,00	2.275.984	95,91	-2.275.984
-----------	---	------	-----------	-------	------------

Fonte: Adaptado de IBGE/FAPESPA (2021).

5.1.4 Emprego

O emprego formal é um importante dado do progresso de uma população, pois, além de fortalecer a relação entre empregados e empregadores, garante direitos e deveres entre esses agentes. A Região de Integração Rio Caeté registrou, em 2019, um total de 32 mil empregos formais, o que representa 3% dos empregos formais do Pará. O setor da Administração Pública possuía, cerca de, 52,3% do total do estoque formal da região, seguido do Comércio (20,7%) e Serviços (14,1%). Dentre os municípios com maiores contingentes de trabalhadores formais empregados estavam Capanema (23,6%), Bragança (21,7%) e Salinópolis (11,4%) (Tabela 6).

Tabela 6. Síntese de Indicadores de Mercado de Trabalho do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté.

Indicadores de Mercado de Trabalho	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Nível de Ocupação (2010)			
Pessoas Ocupadas	86.353.839	2.901.864	162.975
Taxa de Desocupação (%)	7,65	9,15	7,13
Ocupações Formais (%)	50,67	31,68	15,87
Empregos Formais (2019)			
Total	47.554.211	1.095.520	32.913
Extrativa Mineral	227.838	22.035	32
Indústria de Transformação	7.219.258	79.853	2.589
Serviços Industriais de Utilidade Pública	455.028	8.076	102
Construção Civil	2.012.211	61.981	813
Comércio	9.453.390	206.789	6.806
Serviços	17.843.857	310.933	4.653
Adm. Pública	8.865.548	356.141	17.225
Agropecuária	1.477.081	49.712	693

Fonte: Adaptado de PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013/RAIS/ME (2019).

O emprego formal é um importante indicador de melhoria do bem-estar social, contudo, em 2010, cerca de 137 mil trabalhadores estavam ocupados em regimes não formais de trabalho na RI, o que corresponde a 4,7% do total de ocupados do estado.

5.1.5 Infraestrutura

A RI Rio Caeté possui uma malha viária com duas rodovias federais e seis rodovias estaduais, além de outras vias de tráfego rodoviário. As principais rodovias são a BR-316 e a BR-308. A BR-316 foi construída na década de 1960, a partir da rodovia Belém-Bragança que havia substituído a Estrada de Ferro de Bragança na década de 1950, sendo um dos principais eixos rodoviários do estado ligando-o com o

Nordeste e possibilitando acesso a BR-010. A BR-308 tem objetivo de ligar Belém a São Luís, iniciando no entroncamento com a BR-010, o trecho paraense da rodovia foi originado da PA-242, e na RI Caeté torna-se importante eixo de ligação entre Capanema a Bragança. A rodovia beneficia também Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu, dando acesso às praias de Peri- Mirim (Tracuateua) e Ajuruteua (Bragança) (Tabela 7).

Em termos gerais, o conjunto modal de mobilidade da região abrange três aeródromos/aeroportos, 148 pontes (totalizando 5 km de extensão), dois portos de pequeno porte, duas travessias e 26 vias de tráfego rodoviário. No que diz respeito aos investimentos privados previstos para o período de 2018 a 2030, segundo informações da REDES/FIEPA, a RI Rio Caeté será contemplada com investimentos de R\$ 80 milhões, o que corresponde a 0,1% do total previsto para o estado, destacando projeto de mineração no município de Bonito.

Tabela 7. Estrutura Logística da Região de Integração Rio Caeté.

Municípios com Aeródromos/ Aeroportos	Bragança, Salinópolis e Viseu.
Rodovias	26 vias (total 1.234 km)
Travessias	BR-308 Rio Gurupi: Viseu - Carutapera (MA)
	Rio Piriá: Serra - Tamichila (Viseu)
Portos	(IP4) Bragança
	(IP4) Viseu
Pontes	148 pontes (total de 5km)

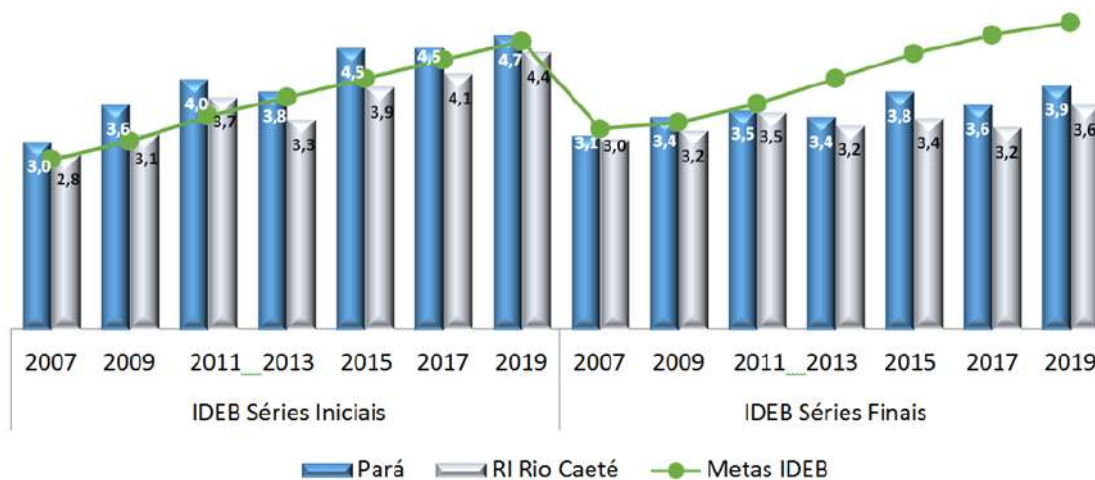
Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021).

5.1.6 Educação

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na RI Rio Caeté, a média da nota IDEB dos municípios, em relação às séries iniciais (4ª Série/5º Ano), somente nos três primeiros anos da série alcançou as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação para o Pará. Registrou-se queda da nota em 2013 (3,3), mas com a recuperação nos anos seguintes, chegou em 2019 com uma nota (4,4), o que não foi suficiente para o alcance das metas estipuladas. Observou-se também, que a média das notas da região sempre foram menores que as notas do estado do Pará. Em relação às séries finais (8ª Série/9º Ano), as notas da região ficaram abaixo das metas estabelecidas, em todos os anos do período analisado. O mesmo comportamento oscilante foi observado no estado, onde o Pará atingiu a meta até o ano de 2011, e a partir de 2013 as metas estipuladas não foram alcançadas, como mostra a Figura 3.

Figura 3. Nota IDEB Pará e Nota Média dos Municípios da Região de Integração Rio Caeté, em relação às Metas IDEB do Pará – Séries Iniciais e Finais – 2007/2009/2011/2013/2015/2017/2019.



Fonte: Adaptado de INEP/FAPESPA (2021).

As taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) geram um dos indicadores utilizados no cálculo do IDEB, que mostram o fluxo dos alunos que podem se tornar repetentes e/ou evadidos, se não aprovados. Assim como no IDEB, foram utilizadas as médias dos municípios para se chegar aos valores referentes a RI Rio Caeté.

Para o ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, houve diferenças em relação às taxas de anos anteriores, conforme Nota Técnica da SEDUC/PA³, sobre “Continuum” Currículo 2020/2021 que aponta a flexibilização da aprovação escolar, para o ano de 2020, com a redefinição de critérios de avaliação para a promoção dos estudantes, como forma de evitar a reprovação e o abandono na Rede de Ensino do Estado do Pará.

O Artigo 2, da Resolução nº 020/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará, dispõe: “Poderão ser aprovados os estudantes concluintes dos Ensinos Fundamental e Médio no ano letivo de 2020 que tiverem integralizado 75% da carga horária da respectiva série/ano da etapa de Educação Básica, sem prejuízo do alcance das competências e objetivos de aprendizagem relacionados À BNCC, garantindo-se a possibilidade de mudança de nível/etapa e de acesso ao Ensino Médio, Cursos Técnicos ou à Educação Superior, conforme caso.”

Considerando os decretos e resoluções tomados durante o período de pandemia, que tiveram um impacto direto nos indicadores sobre as taxas de rendimento dos alunos do ensino fundamental e médio, deve-se aguardar a normalização do indicador, com o retorno as atividades normais de estudo para uma real leitura do mesmo.

A taxa de aprovação do Brasil, Pará, região do Rio Caeté e dos municípios, em relação ao ensino fundamental, ficaram acima de 95% de aprovação, exceto os municípios de Viseu e Quatipuru, que apresentaram 91,8% e 94,8%, respectivamente. Assim como, a taxa de aprovação no ensino médio se manteve acima dos 98% em

³ Com base na Resolução Nº 020, de 18/01/2021, do Conselho Estadual de Educação do Pará.

relação ao estado e municípios da região, com exceção de Cachoeira do Piriá que apresentou uma taxa de 97,4%.

A taxa de reprovação, em 2020, no ensino fundamental do Pará foi de 0,6%, ficando abaixo da registrada para o Brasil de 0,8%. A taxa da região ficou igual a do estado com 6% de reprovados, e os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Quatipuru e Viseu, que apresentaram 5,0% e 2,5%, respectivamente. No ensino médio, apenas dois municípios registraram taxa de reprovação: Bragança (0,3%) e Cachoeira do Piriá (0,1%).

Em relação à taxa de abandono no ensino fundamental, a região ficou com o valor igual ao registrado pelo Brasil (1%) e abaixo do registrado pelo estado do Pará (1,7%), alcançando também 1,0% de abandono (Tabela 8). Os municípios de Viseu (5,7%), Capanema (3,6%) e Cachoeira do Piriá (2,3%) apresentaram as maiores taxas de abandono no ensino fundamental. No ensino médio, a região ficou abaixo da taxa do Brasil (2,3%) e da do Pará (0,7%), com o registro de 0,5%. Ao nível municipal, a maior taxa ficou com Cachoeira do Piriá, com 2,5% de abandono. Importante observar que o estado do Pará se destacou em anos anteriores, como uma das piores taxas de abandono no ensino médio do Brasil, ficando em último lugar entre as unidades da federação.

Tabela 8. Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono (%) – Brasil, Pará e RI Rio Caeté, 2020.

Item Geográfico	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Brasil	98,2	95,0	0,8	2,7	1,0	2,3
Pará	97,7	99,2	0,6	0,1	1,7	0,7
Rio Caeté	98,3	99,5	0,6	0,0	1,0	0,5
Augusto Corrêa	99,8	99,7	0,0	0,0	0,2	0,3
Bonito	100,0	99,8	0,0	0,0	0,0	0,2
Bragança	98,4	99,3	0,1	0,3	1,5	0,4
Cachoeira do Piriá	97,6	97,4	0,1	0,1	2,3	2,5
Capanema	95,5	99,5	0,9	0,0	3,6	0,5
Nova Timboteua	98,9	100,0	0,0	0,0	1,1	0,0
Peixe-Boi	99,8	100,0	0,0	0,0	0,2	0,0
Primavera	100,0	99,7	0,0	0,0	0,0	0,3
Quatipuru	94,8	100,0	5,0	0,0	0,2	0,0
Salinópolis	99,8	99,5	0,1	0,0	0,1	0,5
Santa Luzia do Pará	99,6	100,0	0,3	0,0	0,1	0,0
Santarém Novo	99,7	99,1	0,3	0,0	0,0	0,9
São João de Pirabas	99,7	100,0	0,0	0,0	0,3	0,0
Tracuateua	99,7	99,9	0,0	0,0	0,3	0,1
Viseu	91,8	98,3	2,5	0,0	5,7	1,7

Fonte: Adaptado de INEP/FAPESPA (2021).

Outro indicador relevante é a distorção idade-série, que é a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. No Brasil, a criança deve ingressar no 1º ano do ensino fundamental aos seis anos de idade, permanecendo no ensino fundamental até o 9º ano, com a expectativa de que conclua os estudos nesta modalidade até os catorze anos de idade. Assim como, no ensino médio, ingressando aos quinze anos e concluindo aos dezessete anos de idade. Quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização inicia-se com a repetência, o processo de distorção escolar. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país. Trata-se de um aluno que será contabilizado na situação de distorção idade-série.

Em 2020, o Pará teve as piores taxas de distorção idade-série entre as unidades federativas, tanto para o ensino fundamental, 27,6%, quanto para o ensino médio, 45,2%, alcançando quase o dobro das taxas do Brasil, 15,5% e 26,2%, respectivamente. A região Rio Caeté ficou bem acima dos percentuais apresentados pelo Pará e Brasil, observando 29,8% de distorção escolar, no ensino fundamental, e 55,1%, no ensino médio. No ensino fundamental, o município de Quatipuru destacou-se com a maior taxa de distorção, 35,6%, e a menor taxa ocorreu em Salinópolis, 23,1%. No ensino médio, a menor distorção coube ao município de Bragança, com 43,8%, e a pior taxa ao de Quatipuru, 65,1%, conforme a tabela 9.

Tabela 9. Distorção Idade-Série Total (%) para os Ensinos Fundamental e Médio – Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2019-2020.

Item Geográfico	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2019	2020	2019	2020
Brasil	16,2	15,5	26,2	26,2
Pará	28,6	27,5	46,5	45,2
Rio Caeté	31,5	29,8	55,5	55,1
Augusto Corrêa	34,5	33,6	61,5	62,2
Bonito	32,2	31,4	58,3	58,8
Bragança	30,6	29,4	44,8	43,8
Cachoeira do Piriá	33,9	29,8	49,7	51,0
Capanema	28,0	25,6	52,4	48,7
Nova Timboteua	28,5	25,8	52,0	57,2
Peixe-Boi	32,8	32,0	53,7	55,1
Primavera	33,5	30,9	67,5	64,4
Quatipuru	37,7	35,6	61,0	65,1
Salinópolis	24,6	23,1	49,7	47,7
Santa Luzia do Pará	33,8	30,7	45,1	44,1
Santarém Novo	27,3	26,7	55,2	53,1
São João de Pirabas	30,9	27,5	63,5	60,5
Tracuateua	32,2	32,6	58,0	53,3
Viseu	32,3	32,1	59,7	61,2

Fonte: Adaptado de INEP/FAPESPA (2021).

5.1.7 Saúde

No que diz respeito à saúde, na RI Rio Caeté, a taxa de mortalidade infantil, em 2019, foi de 12,74 (mortes infantis a cada mil nascidos vivos), superior à do Pará, 15,14. Os municípios da RI com as maiores taxas foram: Santarém Novo (21,05), Viseu (20,11) e São João de Pirabas (19,54), e os que obtiveram os menores índices, Santa Luzia do Pará (nenhum óbito infantil), Bonito (4,76) e Primavera (5,24) (Tabela 10).

Em relação aos Agentes Comunitários da Saúde (ACS), foi considerada a média de cobertura dos municípios componentes da RI. Na região, em análise, constavam em novembro de 2020, 1.217 agentes, o que representa uma proporção de cobertura de 98,45% (apenas o município de Viseu (76,79%) não possuía 100% de cobertura), maior que a apresentada para o estado do Pará, de 76,46%.

Quanto às Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), a região contava, em dezembro de 2020, com 183 equipes implantadas, equivalentes a uma proporção de cobertura média de 96,89%, superior à do estado, de 57,64%, destacando-se Viseu (61,80%), Cachoeira do Piriá (91,59%) e Capanema (99,96%), como os únicos municípios a não atingirem cobertura de 100%.

Tabela 10. Síntese de Indicadores de Saúde do Brasil, Pará, Região de Integração Rio Caeté.

Indicadores Saúde	Brasil	Pará	RI Rio Caeté
Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2019	12,39	15,14	12,74
Proporção de Cobertura dos ACS (%) – 2020	61,13	76,46	98,45
Proporção de Cobertura das ESF (%) – 2020	63,62	57,64	96,89
Hospitais – Abril/2021	7.035	261	11
Postos e Centros de Saúde por 10 Mil Habitantes – 2020	2,25	2,55	4,13
Leitos Hospitalares por Mil Habitantes – 2020	2,53	2,03	1,79

Fonte: Adaptado de IBGE/DATASUS/DAB (2020).

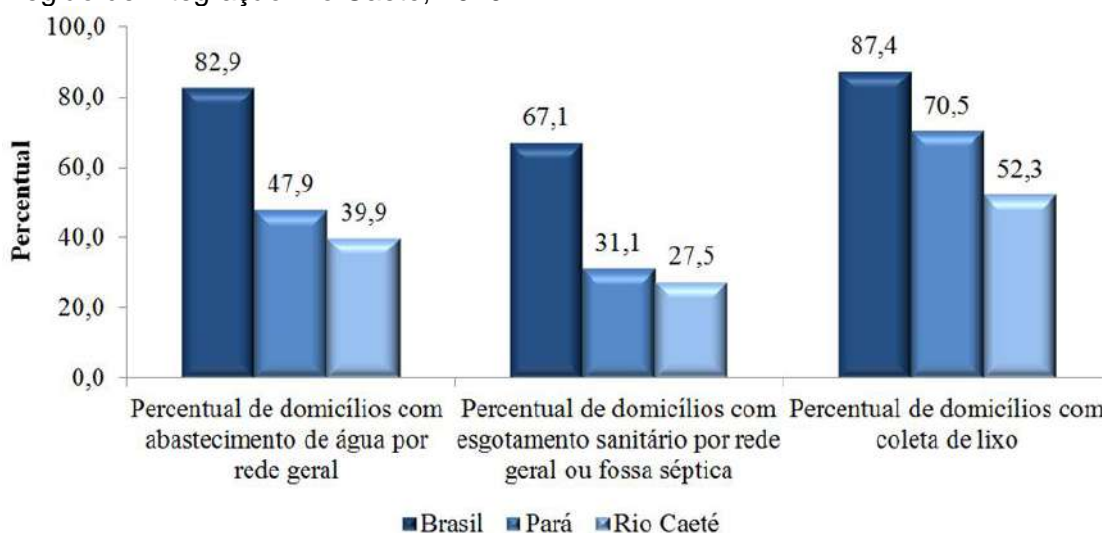
Verificando-se os indicadores de infraestrutura, em abril de 2021, a RI Rio Caeté conta com onze hospitais (hospitais gerais), com destaque para o Hospital Regional Dr. Olímpio Cardoso da Silveira, hospital público que dispõe de urgência e emergência, além de oferecer atendimento ambulatorial e hospitalar nas clínicas básicas (clínica médica, obstetrícia, cirurgia e pediatria); Hospital Regional Público dos Caetés Dr. Jorge Neto da Costa, unidade de média e alta complexidade, referência para neurocirurgia, ortopedia, traumatologia, cirurgia geral e terapia intensiva; e o Hospital de Campanha de Salinópolis, criado para tratamento dos pacientes de Covid-19. Em relação aos postos e centros de saúde (por 10 mil habitantes), a taxa apresentada pela RI, em 2020, foi de 4,13, superior à do Pará, de 2,55. No entanto, a taxa de leitos hospitalares por mil habitantes, também de 2020, foi menor na região, 1,79, em comparação à estadual, 2,03.

5.1.8 Saneamento e Habitação

Alguns dos indicadores de saneamento básico em uma dada população correspondem às condições de acesso ao abastecimento de água, ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo, imprescindíveis para a promoção da saúde, moradia adequada e sustentabilidade ambiental. Esses indicadores em questão possuem uma defasagem temporal em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico, o que explica a ausência de informações desagregadas para os municípios da região em nível municipal, pois a pesquisa de saneamento é realizada apenas em anos de censo demográfico.

A Figura 4 mostra o percentual desses indicadores para o Brasil, Pará e RI Rio Caeté. Observa-se, em 2010, que, no Brasil, 82,9% dos domicílios possuíam abastecimento de água por rede geral, 67,1% possuíam esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 87,4% dos domicílios brasileiros tinham coleta de lixo. No estado do Pará, havia, naquele ano, 47,9% do total de domicílios com abastecimento de água por rede geral, 31,1% tinham esgotamento sanitário por rede geral e 70,5% possuíam coleta de lixo regular. Na RI Rio Caeté, a cobertura de abastecimento de água por rede geral era de 39,9% dos domicílios, 27,5% de esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e 52,3% de coleta de lixo. Sendo assim, as coberturas dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo eram menores na região do que no estado do Pará, no ano em questão.

Figura 4. Percentual dos Indicadores de Saneamento, para o Brasil, estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010.



Fonte: Adaptado de IBGE – Censo 2010.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) traz uma atualização amostral para os indicadores de saneamento, mas desagregada apenas para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades Federativas e Regiões Metropolitanas. Na construção do Mapa de Exclusão Social do Pará, a FAPESPA criou a variável “Fora RMB”, que acompanha estes indicadores além da Região Metropolitana de Belém. Segue na tabela abaixo os resultados da PNADc, além da variável Fora RMB (Tabela 11).

Tabela 11. Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar – Brasil, Pará, RMB e Fora RM. – 2018* e 2019.

Item Geográfico	Percentual de domicílios com abastecimento de água (rede geral) - 2019	Percentual de domicílios com água encanada - 2019	Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral ou fossa séptica) – 2018*	Percentual de domicílios com coleta de lixo (direta e em caçamba) - 2019
Brasil	85,5	97,6	66,8	91,3
Pará	49,5	90,6	15,3	77,2
RMB	63,4	98	32,9	96,2
Fora RMB	44,2	87,7	8,3	70

Fonte: Adaptado de IBGE - PNAD Contínua (2019).

Nota: *PNADc de 2019 apresentou esta defasagem na variável esgotamento sanitário.

Pela dimensão continental do estado do Pará, a questão do saneamento mostrou ser ainda um grande desafio para o governo estadual. Analisando-se os resultados dos indicadores medidos na pesquisa, por exemplo, o de abastecimento de água no domicílio, pode-se observar que 49,5% dos domicílios paraenses tinham abastecimento de água proveniente de rede geral, no ano de 2019, e 63,4% do total da RMB também.

Observando-se apenas os domicílios que não fazem parte da RMB, este percentual cai para 44,2%. Outro indicador, o percentual de domicílios com água encanada, computa os domicílios que têm esse serviço em pelo menos um cômodo. No Pará, 90,6% dos domicílios possuíam água canalizada, em 2019. Na Região Metropolitana de Belém eram 98% dos domicílios com esse serviço; e fora da RMB, 87,7%.

Ainda sobre o serviço de abastecimento de água, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) em 2019, estava presente em nove dos 15 municípios que compõem a RI Rio Caeté (Augusto Correa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe Boi, Salinópolis, Santa Luzia Do Pará, Tracuateua e Viseu), segundo informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS (Tabela 12).

Tabela 12. Percentual dos Indicadores de Saneamento Básico Domiciliar, segundo dados do SNIS – Brasil, Pará, Região de Integração e Municípios. – 2019.

Item Geográfico	Percentual da população atendida com abastecimento de água	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário	Percentual da população atendida no município com coleta de lixo
Pará	35,59	4,72	54,52
RI Rio Caeté	21,16	-	24,57
Augusto Corrêa	5,00	-	-
Bonito	-	-	-
Bragança	14,88	-	70,49

Cachoeira do Piriá	20,65	-	-
Capanema	13,76	-	-
Nova Timboteua	19,07	-	-
Peixe-Boi	20,55	-	47,54
Primavera	-	-	73,90
Quatipuru	-	-	-
Salinópolis	89,23	-	-
Santa Luzia do Pará	8,01	-	-
Santarém Novo	-	-	-
São João de Pirabas	93,27	-	-
Tracuateua	12,34	-	-
Viseu	8,45	-	43,56

Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021).

O SNIS disponibiliza informações sobre serviços de abastecimento, esgotamento sanitário e coleta de resíduo sólido, oriundos de outras prestadoras além da Cosanpa, como Prefeituras ou órgãos ligados a saneamento básico. Com base nisso, segundo os dados do sistema, 35,6% da população paraense tinha cobertura de abastecimento de água no ano de 2019. A RI Rio Caeté apresentava um percentual um pouco menor, com aproximadamente 21% de cobertura desse serviço, sendo São João de Pirabas e Salinópolis os municípios da região que possuíam maior contingente populacional coberto pelo abastecimento de água, com 93,27% e 89,23%, respectivamente. Em relação às informações sobre esgotamento sanitário, sua cobertura não chegou a 5% da população do estado, e na região, não houve registro desse serviço nos municípios. Quanto à coleta de lixo, em 2019, 54,5% da população paraense possuía o serviço, sendo que para a região Rio Caeté este percentual era de 24,6%, com Primavera e Bragança apresentando maior contingente populacional coberto por este serviço, ou seja, 73,9% e 70,5%, respectivamente (Tabela 13).

Com relação à habitação, o déficit acontece quando o número de famílias censitárias é menor que o número total de domicílios, segundo o IBGE. É calculado como a soma de quatro componentes: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano (número de famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento - domicílios urbanos duráveis - e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel) e adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três).

Tabela 13. Déficit Habitacional e suas componentes, para o estado do Pará e Região de Integração Rio Caeté, 2010.

INDICADOR	PARÁ		RI RIO CAETÉ	
	Total	Percentual	Total	Percentual
Déficit Habitacional	423.437	22,78	36.973	33,1
Componentes do Déficit Habitacional				
Domicílios Precários	198.089	46,1	27.333	72,8
Coabitação Familiar	168.684	39,2	8.676	23,1
Excedente de Aluguel	35.841	8,3	959	2,6
Adensamento Aluguel	27.477	6,4	586	1,6

Total Domicílios	1.859.165	111.610
-------------------------	-----------	---------

Fonte: Adaptado de IBGE/CENSO-2010.

Pode-se observar na tabela que o déficit habitacional, em 2010, no estado do Pará, era da ordem de 423.437 domicílios, o que representava, aproximadamente, 23% do total de domicílios. Na Região de Integração Rio Caeté, o déficit era de 33,1% do total de domicílios. O componente “Domicílios Precários” correspondia a 46,1% do déficit total do estado, e 72,8% do total da região; Coabitação Familiar representava, aproximadamente, 39% do total de domicílios no Pará, e 23,1% na RI Rio Caeté. Juntas, essas duas componentes representaram, no ano em estudo, cerca de, 87% do déficit, no estado do Pará, e 96%, na região. O ônus excessivo com aluguel urbano era da ordem de 8,3%, no estado, e 2,6%, na região, e o adensamento excessivo de domicílios alugados chegou a 6,4% do total de domicílios, no estado do Pará, e 1,6%, na RI.

5.1.9 Segurança

Na área de segurança, considerando as informações do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), analisaram-se três indicadores norteadores (taxa de homicídios por 100 habitantes, taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos por 100 mil jovens e taxa de mortes por acidentes no trânsito por 100 mil habitantes).

Em 2019, a RI Rio Caeté apresentou taxas inferiores às apresentadas pelo estado e pelo Brasil nos três indicadores. A taxa de homicídios, no Pará, atingiu 38,87 homicídios, enquanto na RI, esse número foi de 30,00. Capanema e Primavera apresentaram as maiores taxas, 46,36 e 46,19 homicídios, respectivamente, em contraposição a Santarém Novo que não apresentou nenhum homicídio, e a Tracuateua e Viseu, que figuraram com as menores taxas, 9,69 e 9,77 homicídios, nesta ordem.

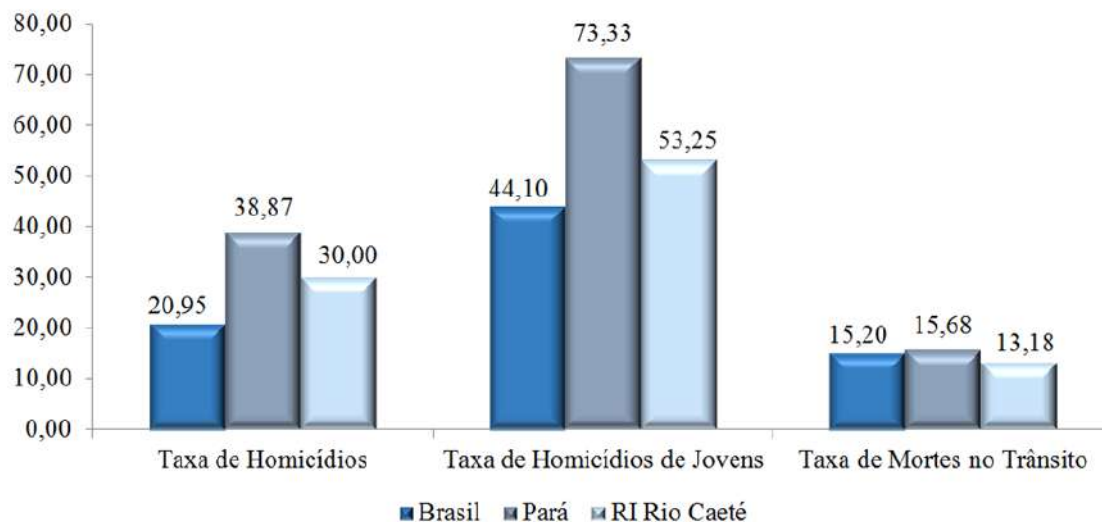
A taxa de homicídio com recorte na população jovem, em 2019, apresentada pelo estado foi de 73,33 homicídios a cada 100 mil jovens e a da RI de 53,25 homicídios a cada 100 mil jovens. Os municípios de Primavera e Salinópolis registraram as maiores taxas, 104,06 e 79,52 homicídios por 100 mil jovens, respectivamente, e, por outro lado, Peixe-Boi, Quatipuru e Santarém Novo não apresentaram casos de homicídio de jovens (Figura 5).

A taxa de mortes por acidente no trânsito para a RI Rio Caeté foi de 13,18 mortes, inferior à do Pará, 15,68 mortes, em 2019. Os municípios que apresentaram as maiores taxas foram Primavera (64,67 mortes) e Santarém Novo (59,62 mortes), enquanto Bonito não registrou casos de mortes por acidentes no trânsito, e Augusto Corrêa e Viseu, as menores taxas, 4,35 e 4,89 mortes, respectivamente. Vale destacar que o Pará apresentou taxas superiores às do Brasil para todos os indicadores analisados.

Ressalta-se que as Taxas de Homicídio Total e a de Homicídio de Jovens possuem como fonte primária o DATASUS, do Ministério da Saúde, e, nessa fonte, são considerados todos os óbitos causados por qualquer tipo de agressão (Grupo CID 10: X85- Y09), o que difere da metodologia da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP-PA), que contabiliza os óbitos específicos de crimes. O mesmo se repete em Mortes por Acidentes de Trânsito, em que é

contabilizado o número total de óbitos por lesões de trânsito (Grupo CID10: V01-V89). A fonte deste indicador permanece sendo o DATASUS, devido à comparabilidade entre estados e municípios brasileiros.

Figura 5. Indicadores de Segurança do Brasil, Pará e Região de Integração Rio Caeté, em 2019.



Fonte: Adaptado de IBGE/DATASUS (2020).

No que diz respeito às informações fornecidas pela Segup, os indicadores analisados foram taxa de homicídios, taxa de homicídios no trânsito e taxa de roubo (todos por 100 mil habitantes).

A RI Rio Caeté, em 2020, apresentou taxa inferior ao Pará em todos os indicadores analisados. A taxa de homicídios da região foi de 19,32 mortes e para o Pará de 24,94. Em relação à taxa de homicídios no trânsito, a RI apresentou taxa de 9,85 e o Pará de 10,91. Um indicador novo que compõe essa síntese é a taxa de roubo, que alcançou um total de 771,18 roubos para cada 100 mil habitantes, no Pará, e para a RI Rio Caeté, 415,44 roubos por 100 mil habitantes (Tabela 14).

Tabela 14. Síntese de Indicadores de Segurança do Pará e Região de Integração do Rio Caeté, 2019-2020.

Indicadores Segurança	Pará		RI Rio Caeté	
	2019	2020	2019	2020
Taxa de Homicídios (por 100 mil habitantes)	32,01	24,94	28,28	19,32
Taxa de Homicídios no Trânsito (por 100 mil habitantes)	9,82	10,91	8,98	9,85
Taxa de Roubo (por 100 mil habitantes)	989,18	771,18	519,86	415,44

Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021).

5.1.10 Desigualdade de Renda

Em 2010, o percentual de pobres no estado do Pará era de 32,33%, mais que o dobro apresentado no Brasil, 15,20%. A região Rio Caeté registrou um total de

50,24% de sua população abaixo da linha da pobreza, bem maior que o percentual paraense.

Outro indicador utilizado na mensuração da desigualdade de renda é o Índice de Gini, que consiste em uma escala que varia de 0 a 1, em que, quanto mais próximo de zero esse índice se encontrar, mais equitativamente a renda é distribuída e, em situação oposta, quanto mais próximo de um, menos distribuída é a renda. Nesse sentido, a RI Rio Caeté apresentou um Índice de Gini de 0,57, desigualdade abaixo da registrada para o estado, de 0,62, e para o Brasil, de 0,60 (Tabela 15).

Tabela 15. Percentual da População Pobre e Índice de Gini – Brasil, Pará e RI Rio Caeté, 2010.

Item Geográfico	Percentual de Pobres	Índice de Gini
Brasil	15,20	0,60
Pará	32,33	0,62
RI Rio Caeté	50,24	0,57

Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021).

Conforme o Ministério da Cidadania, o Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações, como características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, e situação de trabalho e renda. A partir de 2003, o CadÚnico tornou-se o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Em 2020, na RI Rio Caeté, 63,12% da população de seus municípios estavam inscritos no CadÚnico. Desses inscritos, 82,28% se declararam com renda igual ou inferior à da linha da pobreza, e 70,7% das famílias inscritas receberam o programa Bolsa Família. Os dados demonstram que a região registrou percentuais maiores do que os apresentados no estado do Pará, como mostra a tabela 16.

Tabela 16. População cadastrada no CadÚnico – Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios - dezembro/2020.

Item Geográfico	Percentual da População Cadastrada no CadÚnico	Percentual de Pessoas Abaixo da Linha da Pobreza Inscritas no CadÚnico	Percentual de Famílias do CadÚnico que recebem Bolsa Família
Pará	53,01	77,03	58,84
RI Rio Caeté	63,12	82,28	70,72
Augusto Corrêa	77,66	85,95	80,51
Bonito	53,01	80,42	69,97
Bragança	61,67	77,24	66,33
Cachoeira do Piriá	46,73	90,64	83,90
Capanema	50,54	75,28	61,49
Nova Timboteua	54,10	79,98	71,09
Peixe-Boi	69,00	71,61	60,50
Primavera	77,53	83,43	68,07
Quatipuru	64,94	86,91	72,64
Salinópolis	54,80	74,94	63,38
Santa Luzia do Pará	82,54	86,39	73,57

Santarém Novo	100,89	87,83	63,89
São João de Pirabas	66,09	80,74	66,02
Tracuateua	71,96	88,16	77,86
Viseu	69,39	90,98	79,63

Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021).

Dos municípios que compõem a região, o de Santarém Novo era o que possuía o maior percentual da população inscrita no CadÚnico em 2020, com 100,89%. Esse percentual ultrapassa 100% devido a estimativa da população, elaborada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, ser maior que a população estimada pelo IBGE. Em 2020, pela estimativa populacional do IBGE, a população de Santarém Novo foi de 6.753 habitantes, e a população cadastrada estimada pelo Ministério foi de 6.813, o que explica o percentual do indicador acima de 100%. Dos inscritos no cadastro, os municípios com maior número de pessoas que se declararam abaixo da linha da pobreza foram Cachoeira do Piriá (90,64%), Viseu (90,98%) e Tracuateua (88,16%). Ainda sobre os inscritos no CadÚnico, os municípios que se destacaram com o maior número de famílias que receberam o Bolsa Família foram Cachoeira do Piriá (83,9%) e Augusto Corrêa (80,5%).

5.1.11 Juventude

A juventude passa a ser uma pauta de políticas públicas a partir de sua inserção na Constituição Brasileira via a emenda constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, passando a constar em seu art. 227 os interesses da juventude, dentre os quais, cita-se como prioridade absoluta “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Preveem ainda o Plano Nacional de Juventude (Projeto de lei nº 4.530/2004) e o Estatuto da Juventude (lei nº 12.852/2013) que, para fins de sua execução, considera jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

Em 2020, a RI Rio Caeté mostrou uma participação estimada em 27,32% de jovens (15 a 29 anos) em relação ao contingente populacional. Dentre seus municípios, Bragança se destacou com o maior número de jovens (34.882), correspondente a 27,06% de participação em sua população, seguido de Capanema (17.794) equivalente a 25,63%). A maior participação em relação ao número de habitantes ocorreu em Cachoeira do Piriá (30,73%), enquanto a menor foi em Nova Timboteua (24,07%) (Tabela 17).

Tabela 17. População Estimada de Jovens de 15 a 29 anos, Pará, RI Rio Caeté e Municípios, 2018-2020.

Item Geográfico	População e Percentual de Jovens de 15 a 29 anos					
	2018	%	2019	%	2020	%
Pará	2.384.917	28,01	2.390.452	27,79	2.393.527	27,54
Rio Caeté	144.819	27,91	144.605	27,63	144.229	27,32
Augusto Corrêa	13.080	28,74	13.137	28,56	13.187	28,38
Bonito	4.473	27,89	4.498	27,62	4.519	27,34

Bragança	35.219	27,86	35.071	27,47	34.882	27,06
Cachoeira do Piriá	10.066	30,34	10.359	30,56	10.634	30,73
Capanema	18.136	26,43	17.978	26,04	17.794	25,63
Nova Timboteua	3.781	24,85	3.757	24,45	3.733	24,07
Peixe-Boi	2.061	25,53	2.033	25,17	2.001	24,76
Primavera	2.907	26,94	2.883	26,63	2.851	26,26
Quatipuru	3.742	27,69	3.756	27,60	3.765	27,48
Salinópolis	11.406	28,22	11.318	27,83	11.218	27,41
Santa Luzia do Pará	5.644	28,43	5.563	28,03	5.479	27,61
Santarém Novo	1.872	28,09	1.864	27,78	1.859	27,53
São João de Pirabas	6.354	27,82	6.332	27,48	6.296	27,09
Tracuateua	8.591	28,02	8.567	27,67	8.537	27,31
Viséu	17.487	28,64	17.489	28,48	17.474	28,30

Fonte: Adaptado de IBGE/FAPESPA (2021).

No campo empregatício, em 2019, os jovens de 15 a 29 anos ocuparam 24,28% dos vínculos no Pará e 22,8% na RI Caeté. O maior número de jovens no mercado de trabalho ocorreu em Capanema (2.347), Bragança (1.517) e Salinópolis (1.042), sendo também esses municípios os que lideravam no total de vínculos formais. O mais alto índice de participação de jovens foi em Bonito (35%) e Capanema (30,2%); enquanto os mais baixos ocorreram em Peixe-Boi (6,3%), Quatipuru (7,9%) e Viséu (8,4%) (Tabela 18).

Tabela 18. Vínculos Empregatícios e Participação de Jovens de 15 a 29 anos no Emprego Formal, Pará, Região de Integração Rio Caeté e Municípios, 2019.

Item Geográfico	Vínculos e participação de jovens de 15 a 29 anos		
	Total	15 a 29 anos	%
Pará	1.095.520	266.043	24,28
Rio Caeté	32.913	7.505,00	22,80
Augusto Corrêa	2.546	422	16,58
Bonito	1.928	675	35,01
Bragança	7.156	1.517	21,20
Cachoeira do Piriá	728	192	26,37
Capanema	7.766	2.347	30,22
Nova Timboteua	949	163	17,18
Peixe-Boi	300	19	6,33
Primavera	706	129	18,27
Quatipuru	467	37	7,92
Salinópolis	3.737	1.042	27,88
Santa Luzia do Pará	1.023	145	14,17
Santarém Novo	544	108	19,85
São João de Pirabas	1.312	192	14,63
Tracuateua	1.441	321	22,28

Viseu	2.310	196	8,48
-------	-------	-----	------

Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021).

Um dos impedimentos de continuação escolar ou de ocupação remunerada entre as mulheres é a maternidade. Estabelecendo-se de forma precoce contribui para impasses de ordem econômica e social, além de ser fator preocupante na área da saúde, uma vez que as complicações decorrentes da gravidez, parto e puerpério corresponderam a 60,33% da taxa de morbidade no estado, e dados preliminares do Datasus acusam que a Taxa de Mortalidade Materna, em 2019, no Pará, chegou a 89,76.

Na RI Rio Caeté, o percentual de nascidos vivos de mães menores de 19 anos foi de 26,91%, em 2019, com diminuição de apenas 2,5 p.p. em relação a 2015. Esse índice se mostrou mais elevado do que o identificado para o Pará (22,64%). De seus municípios, os maiores percentuais de 2019 ocorreram em Quatipuru (37,04%) e Cachoeira do Piriá 2018 (33,66%), enquanto os menores foram em Santarém Novo (21,05%) e Capanema (22,85%). Peixe-boi foi município de obteve a maior elevação (11,2 p.p.), entre 2015 e 2019, seguido de Quatipuru (9,82 p.p.); se destacam como os que mais conseguiram diminuir esse índice, Santarém Novo (10,28 p.p.) e Santa Luzia do Pará (7,87 p.p.) (Tabela 19).

Tabela 19. Percentual de Nascidos Vivos de Mães Menores de 19 anos, Pará e Região de Integração Rio Caeté (2015-2019).

Item Geográfico	Percentual de Nascidos Vivos				
	2015	2016	2017	2018	2019
Pará	26,53	25,73	24,38	23,50	22,64
Rio Caeté	29,42	29,08	29,01	27,30	26,91
Augusto Corrêa	29,98	28,93	28,24	26,97	30,66
Bonito	31,13	26,92	28,80	24,47	23,81
Bragança	26,69	26,34	27,25	25,24	23,88
Cachoeira do Piriá	35,86	34,59	37,30	37,91	33,66
Capanema	25,48	23,14	23,46	22,28	22,85
Nova Timboteua	25,49	20,00	27,33	28,36	23,66
Peixe-Boi	21,43	31,07	31,58	30,10	32,63
Primavera	34,59	35,47	35,09	33,50	27,75
Quatipuru	27,22	34,52	31,95	31,88	37,04
Salinópolis	31,80	33,89	27,84	28,70	24,71
Santa Luzia do Pará	35,65	30,05	30,81	27,21	27,78
Santarém Novo	31,33	35,24	29,91	26,44	21,05
São João de Pirabas	28,66	32,35	31,07	28,43	23,13
Tracuateua	29,91	29,98	29,68	26,04	27,56
Viseu	33,09	32,73	33,42	31,12	33,62

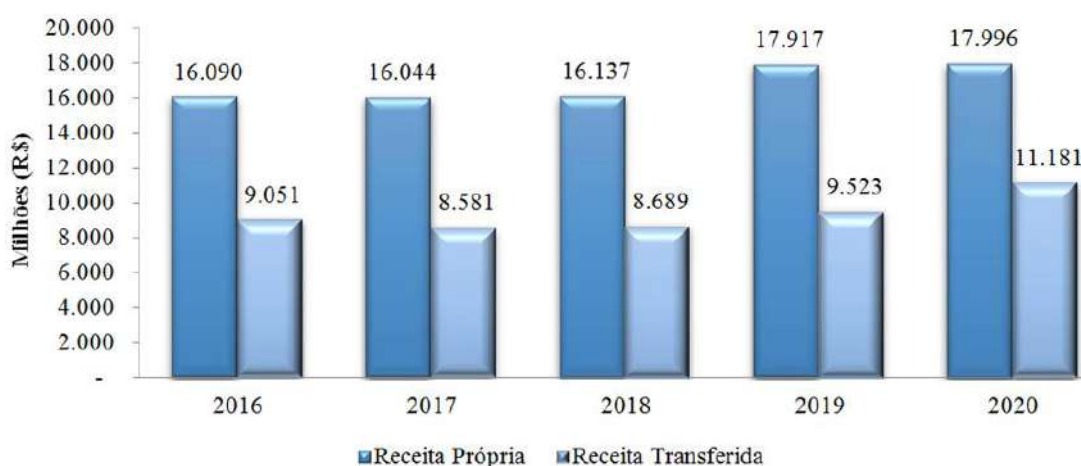
Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021).

5.1.12 Finanças Públicas

A arrecadação estadual é um indicador importante em termos de desenvolvimento econômico e social, pois, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação, saúde e segurança, para citar as prioritárias, assim como à viabilização de empreendimentos de infraestrutura e logística, capazes de dar maior dinâmica no âmbito local, regional e nacional.

Entre 2016 e 2020, as receitas próprias do estado se mantiveram com leves flutuações, apresentando um valor médio de R\$16.837 milhões. Da mesma maneira se comportaram as receitas oriundas de transferências constitucionais, convênios, empréstimos e créditos, registrando um montante médio de R\$9.405 milhões (Figura 6).

Figura 6. Arrecadação estadual de 2016 a 2020.

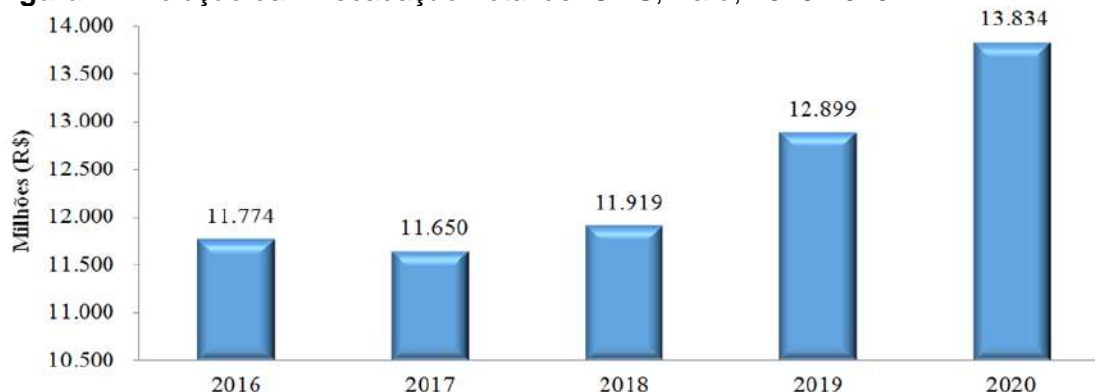


Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021); Balanço Geral do Estado 2016-2020.

*Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2020.

Em 2016 o estado arrecadou em torno de 11.774 milhões de reais de ICMS. Em 2017 apresentou uma pequena queda de 1%, nos anos seguintes, 2018 a 2020 apresentaram aumento, com R\$ 11.919 milhões, R\$ 12.899 e R\$ 13.864 milhões, respectivamente, o que representou 16% de acréscimo no montante, comparando-se os três últimos anos (Figura 7).

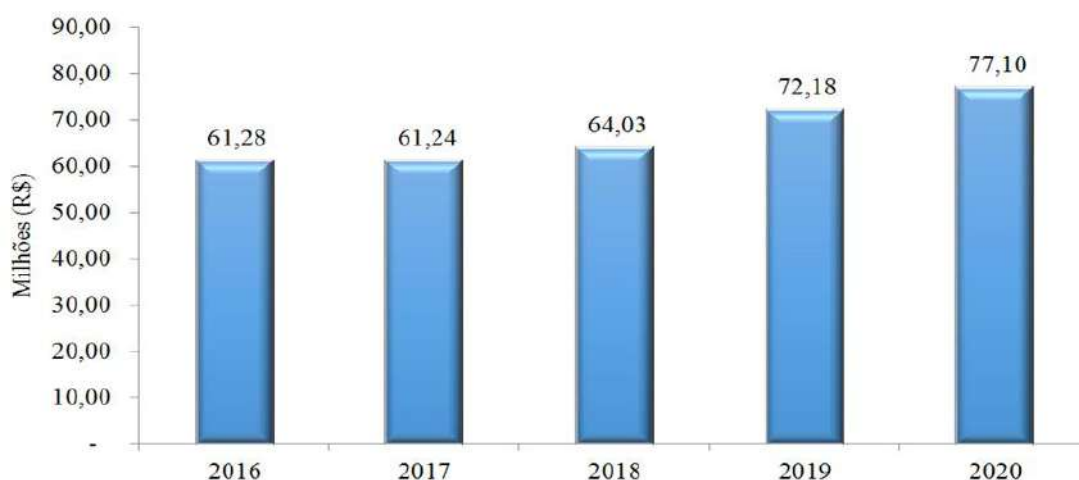
Figura 7. Evolução da Arrecadação Total de ICMS, Pará, 2016-2020.



Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021); Balanço Geral do Estado 2016-2020.

O repasse da quota-parte do ICMS destinado a Região do Rio Caeté apresenta uma variação crescente desde 2016, registrando R\$ 61,3 milhões, chegando em 2020 a R\$ 77 milhões. Este valor foi um dos menores dentre os partilhados pelas Regiões de Integração do Estado do Pará, equivalente a 2,8% do total do repasse para os 144 municípios do Pará.

Figura 8. Evolução do Repasse de ICMS para Municípios da R.I. Rio Caeté, 2016-2020.



Fonte: Adaptado de FAPESPA (2021); Balanço Geral do Estado 2016-2020.

Nota: valores corrigidos pelo IPCA, a preços de dez/2019.

Em relação aos municípios, dos R\$ 77 milhões destinados à região no ano de 2020, Capanema e Bragança foram os que receberam a maior parte, com 15,8% e 12,6% do repasse, enquanto que Santarém Novo, Peixe-Boi e Nova Timboteua foram os municípios aonde o repasse não chegou a 4% cada (Tabela 20).

Tabela 20. Evolução do Repasse de ICMS para os Municípios (2016-2020).

Item Geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	2.347.784.865	2.319.832.951	2.380.423.365	2.550.458.138	2.766.761.858
Rio Caeté	61.277.185	61.243.590	64.033.389	72.177.965	77.100.633
Augusto Corrêa	2.817.342	3.247.766	3.570.635	3.825.687	3.936.626
Bonito	3.286.899	3.479.749	4.760.847	6.631.191	7.313.437
Bragança	7.982.469	8.815.365	9.045.609	9.436.695	9.677.533
Cachoeira do Piriá	3.991.234	3.015.783	3.332.593	3.570.641	3.448.486
Capanema	14.556.266	14.150.981	12.854.286	12.497.245	12.145.780
Nova Timboteua	2.347.785	2.551.816	2.618.466	3.060.550	3.006.264
Peixe-Boi	2.113.006	2.319.833	2.142.381	2.550.458	2.607.969
Primavera	2.113.006	2.319.833	2.618.466	4.590.825	6.231.680
Quatipuru	2.347.785	1.855.866	2.142.381	2.550.458	3.066.427
Salinópolis	4.460.791	4.871.649	5.236.931	5.355.962	5.633.290
Santa Luzia do Pará	3.521.677	2.551.816	2.856.508	3.315.596	3.857.143

Santarém Novo	2.347.785	2.087.850	2.142.381	2.295.412	2.415.405
São João de Pirabas	2.817.342	3.015.783	3.094.550	3.570.641	3.997.999
Tracuateua	2.582.563	2.783.800	2.618.466	3.315.596	3.813.431
Viseu	3.991.234	4.175.699	4.998.889	5.611.008	5.949.163

Fonte: adaptado de FAPESPA (2021).

5.1.13 Dinâmica Ambiental

A Região de Integração Rio Caeté é constituída por unidades territoriais que incluem Unidades de Conservação de Uso Sustentável (1.092 km²) e Terras Indígenas (393 km. Assim, de sua área total, 17.388 km², 8,54% correspondem às áreas protegidas (IBGE/ ICMBIO/ MMA/ FUNAI, 2014).

Em relação ao desmatamento acumulado na região, em 2020, registrou-se o equivalente a 11.689 km², correspondente a 70,14% de área desmatada e a 4,23% do desmatamento acumulado total do estado do Pará (Tabela 17). Em termos municipais, foram registrados mais de 68% do desmatamento acumulado na RI em apenas quatro municípios: Viseu (29,97%), Bragança (14,76%), Cachoeira do Piriá (13,22%) e Santa Luzia do Pará (10,70%), ao passo que mais de 56% dos registros de focos de calor estavam concentrados em três municípios: Cachoeira do Piriá (21,28%), Viseu (20,32%) e Bragança (14,72%) (Tabela 21).

Tabela 21. Área Total, Desmatamento Acumulado e Focos de Calor no estado do Pará e municípios da RI Rio Caeté, 2020.

Item Geográfico	Área Total (km ²)	Desmatamento Acumulado (km ²)	Número de Focos de Calor
Pará	1.245.870,71	276.486,54	38.603
Rio Caeté	16.665,52	11.689,00	625
Augusto Corrêa	1.099,62	728,80	44
Bonito	586,98	544,30	22
Bragança	2.124,73	1.725,40	92
Cachoeira do Piriá	2.419,60	1.545,50	133
Capanema	621,48	519,10	22
Nova Timboteua	489,85	379,20	24
Peixe-Boi	450,22	364,00	15
Primavera	258,60	179,40	21
Quatipuru	302,94	82,20	12
Salinópolis	226,12	34,30	6
Santa Luzia do Pará	1.346,50	1.251,20	42
Santarém Novo	229,51	149,10	14
São João de Pirabas	668,43	213,20	22
Tracuateua	868,03	469,80	29
Viseu	4.972,90	3.503,50	127

Fonte: Adaptado de INPE/PRODES (2020) e FAPESPA (2021).

No tocante à regularização ambiental, verifica-se que a RI em estudo registrou, em 2021, uma parcela de 63,77% de sua área passível de regularização ambiental com Cadastro Ambiental Rural (CAR) viabilizado (Tabela 18). Entre os municípios que compõem a região, Cachoeira do Piriá registrou a maior proporção de área com CAR efetivado (94,78%), seguido por Santa Luzia do Pará (82,10%) e Viseu (77,69%) (Tabela 22).

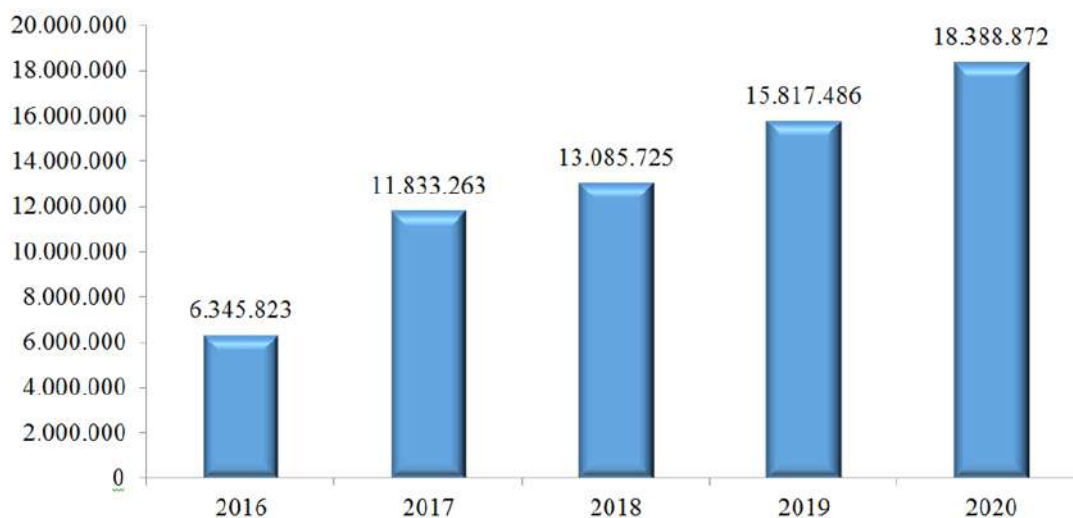
Tabela 22. Valores percentuais de Áreas Regularizadas Ambientalmente na RI Rio Caeté, 2021.

Item Geográfico	Área Territorial SEMAS/km ² (A)	Área Cadastrável (km ²) (B)	% de Área Cadastrável (B/A)	Área de CAR(KM ²) (C)	% de Área deCAR (C/B)
Rio Caeté	16.752,55	14.623,38	87,29	9.325,43	63,77
Augusto Corrêa	1.091,42	679,71	62,28	180,80	26,60
Bonito	587,22	586,58	99,89	382,84	65,27
Bragança	2.092,23	1.781,77	85,16	551,28	30,94
Cachoeira do Piriá	2.461,55	2.446,18	99,38	2.318,52	94,78
Capanema	615,03	613,53	99,76	451,36	73,57
Nova Timboteua	490,32	487,41	99,41	243,62	49,98
Peixe-Boi	450,57	448,36	99,51	246,14	54,90
Primavera	258,75	255,95	98,92	136,91	53,49
Quatipuru	326,25	263,47	80,76	38,28	14,53
Salinópolis	237,95	197,02	82,80	45,55	23,12
Santa Luzia do Pará	1.356,58	979,72	72,22	804,32	82,10
Santarém Novo	229,70	201,52	87,73	93,87	46,58
São João de Pirabas	706,03	612,32	86,73	150,51	24,58
Tracuateua	934,60	656,50	70,24	252,62	38,48
Viseu	4.914,35	4.413,32	89,80	3.428,81	77,69

Fonte: Adaptado de SEMAS (2020) e FAPESPA (2021).

No que diz respeito às iniciativas estaduais de incentivo a boas práticas de gestão ambiental municipal, a RI Rio Caeté teve uma participação média de 8,3% do total de ICMS Verde repassado pelo executivo estadual aos municípios em 2020, (Figura 9), contabilizando um montante de R\$ 18,389 milhões, sendo que o município de Viseu deteve a maior parcela (8,37%), seguido por Capanema (7,51%), Tracuateua (7,49%), Salinópolis (7,31), Santa Luzia do Pará (7,27%), Primavera (7,16%), Bonito (7,15%), Bragança (7,08%), Augusto Corrêa (8,06%), Quatipuru (6,86%), Santarém Novo (6,72%), São João de Pirabas (6,01%), Cachoeira do Piriá (5,02%), Peixe-Boi (4,56%) e Nova Timboteua (4,54%) (Tabela 23).

Figura 9. Evolução do Repasse de ICMS Verde para os municípios da Região de Integração Rio Caeté, 2016-2020.



Fonte: Adaptado de SEMAS/PMV (2020) e FAPESPA (2021).

Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

Tabela 23. Valor de ICMS Verde repassado para os municípios da RI Rio Caeté, 2016 e 2020.

Item geográfico	2016	2017	2018	2019	2020
Pará	128.909.957	170.253.119	173.920.975	195.217.991	221.340.938
Rio Caeté	6.345.823	11.833.263	13.085.725	15.817.486	18.388.872
Augusto Corrêa	212.586	980.435	1.039.102	1.235.374	1.275.715
Bonito	189.713	519.675	1.062.901	1.257.004	1.314.309
Bragança	187.100	1.014.506	1.054.585	1.255.364	1.301.731
Cachoeira do Piriá	1.483.996	986.389	902.786	992.457	923.033
Capanema	151.763	1.031.908	1.055.337	1.261.543	1.381.591
Nova Timboteua	248.950	740.836	625.816	859.735	835.753
Peixe-Boi	255.320	742.399	615.906	852.834	838.932
Primavera	186.132	728.791	617.402	844.681	1.316.304
Quatipuru	438.018	436.333	676.727	830.099	1.262.266
Salinópolis	436.644	963.986	1.218.521	1.230.583	1.344.322
Santa Luzia do Pará	792.890	515.980	621.100	878.010	1.337.357
Santarém Novo	585.789	721.091	610.047	840.550	1.235.111
São João de Pirabas	473.973	986.091	1.174.760	1.235.266	1.104.941
Tracuateua	269.541	729.034	597.069	842.356	1.377.636
Viseu	433.408	735.808	1.213.667	1.401.631	1.539.872

Fonte: Adaptado de SEMAS/PMV (2020) e FAPESPA (2021).

Nota: Deduzidos 20% de contribuição ao FUNDEB.

6. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA E ÁREAS DE ESTUDO

6.1 Município de Bragança-PA⁴

6.1.1 Aspectos históricos e culturais

6.1.1.1 Histórico

A origem do município de Bragança está relacionada com a história da conquista da Amazônia, durante o Período Colonial. Os primeiros civilizados que exploraram as terras do atual município bragantino, situadas na margem esquerda do rio Caeté, no local onde havia uma aldeia que era habitada pelos índios da tribo dos Tupinambás, teriam sido os franceses de *La Ravardiere*, que, por volta de 1613, após a conquista do Maranhão e com o intuito de aumentar seus domínios na região, mandava seus homens adentrarem o território amazônico.

Sabe-se que Pedro Teixeira, o conquistador da Amazônia, logo após a fundação da cidade de Belém, em 1616, passou pelo território bragantino em direção ao Maranhão, para levar a Jerônimo de Albuquerque a notícia enviada por Francisco Caldeira Castelo Branco, do êxito de sua missão. No dia 9 de fevereiro de 1622, o rei da Espanha, Felipe II, doou a Gaspar de Souza, o Governador Geral do Brasil, a Capitania do Gurupi, que compreendia todo o território entre os rios Turiaçu e Caeté, com 20 léguas de fundo para o sertão. Em 1633 o governador do Maranhão e do Pará, Francisco Coelho de Carvalho, deu a seu filho, Feliciano, a mesma Capitania. Mas o descendente de Gaspar de Souza, Álvaro de Souza, protestou junto à Corte da Espanha, que desaprovou esta última doação, confirmando a de 11 anos antes, feita por Felipe II. Dessa forma Francisco Coelho de Carvalho doou depois ao mesmo filho a Capitania de Camutá, origem do atual município de Cametá.

Álvaro de Souza, filho de Gaspar de Souza, fundou em 1634 o povoado Sousa de Caeté, à margem direita do rio Caeté, posteriormente transferido para a margem esquerda, onde, atualmente, se situa a sede municipal de Bragança. Em 1753, o povoado de Sousa de Caeté foi erigido em Freguesia, com o nome de Nossa Senhora do Rosário. Mas coube ao governador e capitão-general do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dar-lhe os foros de Vila, instalando o Município com o topônimo português de Bragança.

Em 1760, foi instalada a primeira Câmara Municipal de Bragança, presidida por José Quitério da Costa. A adesão do Município de Bragança à Independência do Brasil ocorreu logo depois da adesão de Belém, em 1823, por interferência de Domingos José de Souza, que, na época exercia, o cargo de juiz ordinário.

No dia 26 de agosto de 1824, rebentou na localidade de Turiaçu, uma revolta, com grande repercussão em Bragança. O presidente da então Província do Pará, o coronel José de Araújo Roza, tomou medidas militares para coibir os revoltosos, fazendo seguir pelo rio Guamá, no dia 16 de setembro, uma força existente em Ourém e, a partir de lá, seguirem juntos para Bragança, onde ficariam sob as ordens de seu comandante militar. Acontece que os revoltosos já tinham ido além, promovendo

4 Adaptado de Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Estatísticas Municipais Paraenses: Bragança. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação – Belém, 69f., n.2, 2020.

sangrentos episódios. Quando essas notícias chegaram ao conhecimento do presidente da Província, este nomeou o novo comandante militar de Bragança, o major Luis Ferreira da Cunha, que, à frente da nova força armada, seguiu para a região conturbada a 1º de outubro. Porém, quando a expedição chegou a Ourém, o major Luis Ferreira Cunha foi cientificado de que os amotinados fugiram, ao saberem da grande força que iria combatê-los. Quando a tropa chegou em Bragança não mais encontrou nenhum dos chefes da revolta, que se tinham embrenhado nas matas.

No dia 1º de outubro de 1828 foi assinada a Lei que dava organização aos municípios do Império do Brasil, oportunidade esta em que foi eleita a nova Câmara Municipal de Bragança, dentro das normas estabelecidas, tendo com presidente Leandro Caetano Pinheiro.

A adesão da Câmara Municipal de Bragança à República ocorreu na sessão de 18 de novembro de 1828, tendo assinado como presidente da Câmara Francisco Antônio Pinheiro Júnior.

Dentro da nova organização republicana, o Governo Provisório do Pará extinguiu as Câmaras Municipais, substituindo-as por Conselhos de Intendência Municipal. O 1º Conselho nomeado foi presidido por Aureliano Marinho.

O Governo Provincial estabeleceu a divisão judiciária do Estado em maio de 1833, através da qual Bragança passou a constituir um Termo de Comarca da capital estadual, cuja vigência estendeu-se até 1839, quando a Lei nº 17, de 9 de setembro do mesmo ano, a elevou-a à categoria de Comarca. A Lei Provincial nº 252, de 2 de outubro de 1854, criou a cidade de Bragança, como sede do respectivo Município. Coube a José Caetano Pinheiro desempenhar as funções de Intendente, para as quais foi eleito durante o primeiro triênio republicano de 1891 a 1893.

Em 1856 o território de Bragança foi desmembrado quando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viseu passou à categoria de Vila e, concomitantemente, a Município, com o topônimo de Viseu, através da Lei nº 324, de 6 de julho.

A 24 de junho de 1883 teve iniciada a construção da Estrada de Ferro de Bragança. O Visconde de Maracaju presidia a Província do Pará. O intuito era fazer de Bragança um grande celeiro para Belém, e de Salinas, uma cidade balneária. O ano de 1908, depois de quase 25 anos do início da sua construção, é o marco da inauguração da parada de Tracuateua e a 3 de maio do mesmo ano, finalmente foi solenemente inaugurada a Estrada de Ferro de Bragança. Governava o município de Bragança o Intendente major Simplício Fernandes Medeiros.

A Estrada de Ferro de Bragança teve vital importância no progresso do município de Bragança e de toda a Zona Bragantina. Graças a ela e à colonização de suas margens o Pará sofreu menos com o declínio da borracha. O fato de Bragança ser ponto final da Estrada de Ferro constituía importante papel na economia estadual, porque, além de tudo, era o ponto intermediário com o Maranhão.

Em 1955, no governo de Castelo Branco, tendo como Ministro da Aviação o Marechal Juarez Távora, a Estrada de Ferro de Bragança foi extinta, sob a alegação de déficit.

No dia 3 de abril de 1900, através da Lei nº 729, o município de Quatipuru foi extinto, sendo seu território anexado ao de Bragança, que teve assim o seu patrimônio ampliado. Dois anos depois, o município de Quatipuru foi restaurado, segundo a Lei nº 823, de 24 de outubro, desmembrado assim do município de Bragança.

Em 1955, Bragança perdeu o distrito de Urumajó, transformado em Município. Mas o Supremo Tribunal Federal, no dia 4 de outubro, considerou inconstitucional o desmembramento. Porém, em 1961 esse desmembramento ocorreu, com a criação do município de Augusto Corrêa, originalmente denominado Urumajó, segundo a Lei nº 2.460, de 29 de dezembro do mesmo ano.

Em 1991, pela Lei nº 5.688, de 13 de dezembro, o município de Bragança teve parte de seu território desmembrado para a criação do município de Santa Luzia do Pará. Em 1994, no dia 29 de setembro, houve novo desmembramento de suas terras, para criar o município de Tracuateua. Atualmente o município de Bragança é integrado pelos distritos de Bragança (sede), Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Piabas e Tijoca.

6.1.1.2 Cultura

Os Bragantinos são, essencialmente, por tradição, um povo católico e que comemora suas festas religiosas, imbuídos de maior respeito e fé.

Dentre as festividades religiosas mais expressivas do Município, pode-se destacar a festa de São Sebastião, comemorada no dia 20 de janeiro. De caráter apenas religioso, a festividade segue o seguinte ritual: nos dias 18, 19 e 20, há o “Tríduo” (ladainha com três dias de duração) e, no dia 20, acontece a procissão, que sai da Igreja Matriz, percorre as principais ruas da cidade e retorna ao mesmo lugar.

Em março ou abril, por ocasião da Semana Santa, acontece a procissão do Corpo de Cristo. Já no segundo domingo de novembro, é realizado o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, cuja festividade dura oito dias, tanto na parte religiosa (ladainha, procissão etc.), quanto na profana (arraial, leilões etc.).

Entretanto, a maior manifestação religiosa de Bragança é a festa de São Benedito, uma das maiores e mais antigas do Município. A data do início do culto é o ano de 1798, quando foi fundada a irmandade que, desde então, tem mantido a festividade com o mesmo brilho e fervor religioso. As comemorações têm início no dia 18 de dezembro, com Alvorada Festiva, às 6 horas, com a participação de banda de música. Segue o novenário, com encerramento somente no dia 26.

Durante a festa de São Benedito, acontece a Marujada, que é a maior manifestação de cunho cultural, do Município. Conhecida em todo o Brasil, a dança é um auto dramatizado da tragédia da Nau Catarineta, constituída quase que exclusivamente por mulheres. A Marujada em Bragança é caracterizada pela dança, cujo motivo musical é o Retumbão.

O ponto alto da festa é a escolha das “marujas” e “marujos”, para exercerem as funções no ano seguinte. Com papel marcante em toda a festa, a Marujada realiza desfiles pela cidade e se reúne em um banquete tradicional no último dia. Além da entrega, pelos juízes da festa, da vara simbólica aos que serão “marujos” e “marujas” no próximo ano; é nessa hora que se faz o “Responsus do Divino”, onde um puxador de “Responsus” lidera a cerimônia e um grupo entoia um canto triste, ao som de atabaques e violinos, após o que se inicia o almoço. À tarde, acontece a procissão aberta com duas alas de “marujos” e “marujas”. À noite, a marujada faz o agradecimento à porta da igreja. Só à meia-noite encerram-se os festejos com fogos de artifício.

Os Bois-Bumbás e os Cordões de Pássaros, outros dois exemplos da cultura popular de Bragança, embora tradicionais na região, surgem e desaparecem, sem marcar identidade. Eles são organizados por ocasião dos festejos juninos e/ou por ocasião do concurso oficial promovido pela Prefeitura Municipal.

Embora sem incentivos, Bragança possui uma grande variedade de produtos que são confeccionados pelos artesãos locais. São objetos de cerâmica, tijolos, telhas, vasos, vassouras, bolsas, estátuas, peças de crochê e tricô, móveis, cestas, gaiolas, abajures e arranjos diversos, constituindo-se em peças que possuem tanto valor artístico quanto utilitário. Além disso, há fabricação de embarcações e vários outros aparelhos de pesca, como currais, espinhéis, tarrafas etc.

O município de Bragança orgulha-se de seus monumentos históricos e culturais, como a Igreja de São Benedito. Tanto a construção da igreja como a confecção da imagem do Santo datam do século XVIII. Dignos de registro são também a igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, a mais antiga da cidade, também com data do século XVIII; o Instituto de Santa Terezinha, tradicional educandário do Município; e, o Forte de Caeté, fora da sede, numa ilha em frente ao litoral de Bragança, construído pelos portugueses, em 1614. Os equipamentos culturais de maior destaque no município de Bragança são a Casa da Cultura e a Biblioteca.

6.1.2 Aspectos físico-territoriais

6.1.2.1 Localização

O município de Bragança pertence à mesorregião Nordeste Paraense e à microrregião Bragantina. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 01° 03' 15" de latitude Sul e 46° 46' 10" de longitude a Oeste de Greenwich.

6.1.2.2 Limites

- Ao Norte - Oceano Atlântico
- Ao Sul - Municípios de Santa Luzia do Pará e Viseu
- A Leste - Municípios de Augusto Corrêa e Viseu
- A Oeste - Município de Tracuateua

6.1.2.3 Solos

No Município estão presentes os solos de Terra Firme, representados pelos seguintes tipos: Podzólico Vermelho-Amarelo, Concrecionário, Laterítico, Plintossolo e Latossolo Amarelo cascalhento. Os solos localizados às proximidades do litoral são os solos indiscriminados de Mangue. Nas várzeas estão presentes os solos Hidromórficos indiscriminados e Aluviais.

6.1.2.4 Vegetação

A cobertura vegetal original da Terra Firme, composta pelo subtipo Floresta Densa dos baixos platôs, foi substituída pela ação dos desmatamentos, pela Floresta Secundária, atingindo esta vários estágios de regeneração. Nas planícies aluviais,

principalmente ao longo das margens do alto e médio curso do rio Caeté, ocorrem Florestas de Várzeas que, em parte, foram também desmatadas para o cultivo do arroz. No litoral e no baixo curso dos rios dominam os Manguezais, secundados pela Restinga e pelos Campos Naturais.

6.1.2.5 Patrimônio natural

A alteração da cobertura vegetal, observada nas imagens LANDSAT-TM, do ano de 1986, estava em 74,53%, o que condiciona o patrimônio natural do Município ao rio Caeté, com aproximadamente 60 km navegáveis, onde aparecem belas praias oceânicas, como a de Ajuruteua, e o Manguezal da orla flúvio-marinha.

6.1.2.6 Topografia

A topografia é bastante modesta, não havendo valores altimétricos expressivos. No Município, as cotas mais elevadas giram em torno de 30 metros, posicionadas na sua porção meridional, até atingir o nível do mar, na região litorânea.

6.1.2.7 Geologia e Relevo

O município de Bragança difere um pouco da simplicidade geológica dos Municípios de sua microrregião por apresentar, além dos sedimentos Terciários (Formação Barreiras) e Quaternários Atuais e Subatuais, rochas graníticas de idade Pré-Cambriana, largamente utilizadas como matéria-prima para a construção civil. Destacam-se, ainda, exposições de rochas da sequência carbonática, de idade Cretáceo/Terciário (Formação Pirabas), utilizadas largamente na fabricação de cimento, assim como rochas da Formação Gurupi, constituídas por metassedimentos e metavulcânicas, cortadas por meio de quartzo, alguns deles auríferos. A morfologia geral corresponde à unidade morfoestrutural do Planalto Rebaixado da Amazônia (da Zona Bragantina), constituído pelas áreas tabulares (Formação Barreiras), áreas levemente colinosas (cristalino) e área de planícies fluviomarinha, onde se destacam as ilhas de praias e manguezais.

6.1.2.8 Hidrografia

O principal destaque da hidrografia de Bragança é o rio Caeté, que nasce no município de Bonito, a sudoeste, e percorre a extensão de 60 km (da nascente à foz), apresentando trechos ora estreitos, ora largos (principalmente próximo a sua foz), onde recebe influência das marés. Parte de seu curso é sinuosa, apresentando considerável trecho de Várzea. Os afluentes que recebe pela margem direita são os mais importantes, como o Jenipaú-Açu e o Água Preta; enquanto que, pela margem esquerda, recebe o rio Cipó-Apara e os igarapés Anauera e do Meio. Nessa margem, situa-se a cidade de Bragança, a cerca de 25 km da foz. O rio Arapucu, afluente da margem direita do rio Caeté, serve de limite a nordeste com o município de Augusto Corrêa. O rio Tracuateua, com seu afluente da margem esquerda, igarapé Açaiteua, limita Bragança a oeste com os municípios de Primavera e Capanema.

6.1.2.9 Clima

O clima do município de Bragança, conforme dados obtidos pelo IBGE e, localmente, na Estação Meteorológica de Tracuateua, é similar ao da média da região Bragantina: equatorial superúmido, com temperatura máxima de 33 °C e mínima de 18 °C, apresentando média de 27 °C e elevada pluviosidade de 2.501 mm/ano, com período chuvoso nos primeiros seis meses do ano.

6.1.3 Dados estatísticos

6.1.3.1 Demografia

Tabela 24. População, área e densidade demográfica, no período de 2000 a 2016.

Anos	População (Hab.)	Área (km ²)	Densidade (Hab./km ²)
2000	93.779	2.333,70	40,01
2001(1)	95.352	2.333,70	40,86
2002(1)	96.618	2.333,70	41,40
2003(1)	97.935	2.333,70	41,97
2004(1)	100.924	2.333,70	43,25
2005(1)	102.232	2.333,70	43,81
2006(1)	103.749	2.333,70	44,46
2007	101.728	2.333,70	43,59
2008(1)	105.908	2.333,70	45,38
2009(1)	107.060	2.333,70	45,88
2010	113.227	2.091,92	54,13
2011(1)	114.720	2.091,92	54,84
2012(1)	116.164	2.091,90	55,53
2013(1)	118.678	2.091,90	56,73
2014(1)	120.124	2.333,70	51,47
2015(1)	121.528	2.333,70	52,08
2016(1)	122.881	2.091,93	58,74

Fonte: Adaptado de FAPESPA/SEPLAN/IBGE (2016).

(1) *População Estimada.*

Tabela 25. População segundo situação da unidade domiciliar (2000/2007/2010).

Anos	Urbana	Rural
2000	56.572	37.207
2007(1)	64.761	36.967
2010	72.621	40.606

Fonte: Adaptado de FAPESPA/SEPLAN/IBGE (2016).

(1) *População Estimada.*

Tabela 26. População por faixa etária (2000/2007/2010).

Faixa Etária	2000	2007	2010
Menor de 01 ano	2.615	2.067	2.223
01 a 04 anos	9.646	8.785	9.460
05 a 09 anos	12.142	11.783	12.107
10 a 14 anos	12.431	11.978	12.845
15 a 29 anos	27.267	30.551	34.257
30 a 49 anos	17.878	21.695	26.025
50 a 69 anos	8.798	10.562	12.360
70 anos e mais	3.002	3.453	3.950

Fonte: FAPESPA/SEPLAN/IBGE (2016).

Tabela 27. População residente, segundo características específicas 1991/2000/2010.

Características	1991		2000		2010	
	População	%	População	%	População	%
Cor ou Raça						
Branca	12.642	13,01	16.145	17,22	15.588	13,77
Preta	939	0,97	2.898	3,09	5.501	4,86
Amarela	29	0,03	46	0,05	626	0,55
Parda	83,126	85,56	74.009	78,92	91.470	80,78
Indígena	12	0,01	107	0,11	42	0,04
Sem Declaração	-	-	575	0,61	-	0,00
Religião(1)						
Católica apostólica romana	87,631	90,20	79.409	84,68	-	-
Evangélicas	7.482	7,70	11.364	12,12	-	-
Espírita	-	-	48	0,05	-	-
Umbanda e Candomblé	-	-	20	0,02	-	-
Judaica	-	-	-	-	-	-
Religiões Orientais	56	0,06	11	0,01	-	-
Outras Religiosidades	-	-	469	0,50	-	-
Sem Religião	1.630	1,68	2.367	2,52	-	-
Não Determinadas	207	0,03	-	-	-	-
Estado Civil						
Casado(a)	12.118	18,36	16.501	23,78	19.842	22,21
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	90	0,14	375	0,54	731	0,82
Divorciado(a)	-	-	168	0,24	810	0,91
Viúvo(a)	2.460	3,73	2.457	3,54	3.113	3,48

Solteiro(a)	31.113	47,15	49.874	71,89	64.841	72,58
Anos de Estudo⁽²⁾						
Sem Instrução e menos de 1 ano	20.389	30,90	10.352	14,92	-	-
1 a 3 anos	24.253	36,75	23.889	34,43	-	-
4 a 7 anos	15.006	22,74	20.559	29,63	-	-
8 a 10 anos	3.724	5,64	7.578	10,92	-	-
11 a 14 anos	2.441	3,70	5.781	8,33	-	-
15 anos ou mais	130	0,20	679	0,98	-	-
Não determinados	49	0,07	538	0,78	-	-
Tipo de Deficiência^(3 e 4)						
Pelo menos uma das deficiências enumeradas	-	-	14.791	15,77	-	-
Deficiência mental permanente	-	-	1.350	1,44	-	-
Deficiência Física			1.017	1,08	-	-
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	-	-	642	63,13	-	-
Falta de membro ou de parte dele⁽⁵⁾	-	-	375	36,87	-	-
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	-	-	11.254	12,00	-	-
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	-	-	2.716	2,90	-	-
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	-	-	4.797	5,12	-	-
Nenhuma destas deficiências⁽⁶⁾	-	-	78.451	83,66	-	-

Fonte: Adaptado de IBGE/Censo/1991/2000 e FAPESPA/SEPLAN (2016).

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de religião; (2) Considerou-se a população de 10 anos ou mais; (3) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez; (4) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências; (5) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar e (6) Inclusive a população sem qualquer deficiência.

Tabela 28. Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água (1991/2000/2010).

Ano	Total	Forma de Abastecimento de Água		
		Rede Geral de Distribuição	Poço ou Nascente na Propriedade	Outra
1991	17.558	5.459	9.711	2.388
2000	18.663	8.188	7.905	2.570
2010	26.222	9.843	9.532	6.847

Fonte: Adaptado de IBGE/Censo/1991/2000/2010 e FAPESPA/SEPLAN (2016).

Tabela 29. Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário (1991/2000/2010).

Existência de Banheiro ou Sanitário

Ano	Total(1)	Tinham				Não Tinham
		Total(2)	Tipo de Esgotamento Sanitário			
			Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Outro	
1991	17.782	15.893	-	3.130	12.763	1.889
2000	18.663	17.572	24	6.359	11.189	1.091
2010	26.222	25.602	331	3.538	21.733	620

Fonte: Adaptado de IBGE/Censo/1991/2000/2010 e FAPESPA/SEPLAN (2016).

(1) Inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário.

(2) Inclusive os domicílios sem declaração do tipo de esgotamento sanitário.

6.1.3.2 Saúde

Tabela 30. Número de ocupações de saúde no município.

Esfera	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Médico	153	168	218	197	231	181	200	194	229
Odontólogo	17	18	15	14	21	17	32	30	33
Enfermeiro	23	42	53	52	57	59	65	79	97
Fisioterapeuta	8	9	10	8	10	12	14	18	20
Fonoaudiólogo	8	8	9	9	10	10	8	6	5
Nutricionista	3	3	6	6	7	11	11	11	10
Farmacêutico	2	12	14	13	16	17	18	2	3
Assistente Social	9	11	8	8	8	11	12	16	19
Psicólogo	5	7	7	8	9	12	12	14	13
Auxiliar de Enfermagem	64	73	60	56	39	18	20	20	13
Técnico de Enfermagem	22	65	77	69	132	187	194	217	270
Agente Comunitário de Saúde	208	162	329	325	329	323	331	332	330
TOTAL	522	578	806	765	869	858	917	939	1.042

Fonte: Adaptado de DATASUS/MS e FAPESPA/SEPLAN (2016).

Tabela 31. Unidades ambulatoriais no município.

Estabelecimentos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Centro de saúde/unidade básica de saúde	11	11	9	10	11	13	13	18	20
Central de regulação de serviços de saúde	-	-	1	1	1	-	-	-	-
Clinica/ambulatório especializado	3	3	3	3	3	3	4	4	4
Consultório isolado	5	7	6	5	5	6	10	10	10
Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farmácia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital especializado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hospital geral	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Hospital dia	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policlínica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto de saúde	11	11	8	8	9	8	8	7	7
Pronto socorro especializado	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Pronto socorro geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretaria de saúde	-	-	-	-	-	1	1	1	1
Unidade de serviço de apoio de diagnóstico e terapia	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Unidade de vigilância em saúde	1	1	1	1	1	-	-	-	-
Unidade mista	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unid móvel de nível pré-hosp-urgência/emergência	-	-	-	-	-	1	1	1	2
Unidade móvel fluvial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidade móvel terrestre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	1	1	1	3	3	4	5
TOTAL	36	38	34	34	36	40	45	50	54

Fonte: Adaptado de DATASUS/MS e FAPESPA/SEPLAN (2016).

Tabela 32. Número de leitos hospitalares por habitantes.

Leitos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Número de Leitos - Hospitalares	458	482	482	482	465	463	463	375	404
Número de Leitos - Ambulatórios	21	21	19	19	14	14	14	14	14
Número de Leitos - Urgência	9	9	9	9	21	21	21	16	16
Total de leitos	488	512	510	510	500	498	498	405	434
Leitos/ Mil Habitantes	4,70	5,03	4,82	4,76	4,42	4,34	4,34	3,41	3,61

Fonte: Adaptado de DATASUS/MS e FAPESPA/SEPLAN (2016).

6.1.3.3 Educação

Tabela 33. Estabelecimentos por dependência administrativa e graus de ensino (2000-2015).

Anos/Graus		Estabelecimentos				
		Federal	Estadual	Municipais	Particular	Total
2000	Pré-Escolar	-	16	12	3	31
	Ensino Fundamental	-	77	119	2	198
	Ensino Médio	-	5	-	1	6
2001	Pré-Escolar	-	20	32	4	56
	Ensino Fundamental	-	76	115	3	194
	Ensino Médio	-	7	-	1	8
2002	Pré-Escolar	-	16	29	3	48
	Ensino Fundamental	-	72	114	2	188
	Ensino Médio	-	7	-	1	8
2003	Pré-Escolar	-	13	31	3	47
	Ensino Fundamental	-	68	116	2	186
	Ensino Médio	-	7	-	1	8
2004	Pré-Escolar	-
	Ensino Fundamental	-	68	114	3	185
	Ensino Médio	-	7	-	1	8
2005	Pré-Escolar	-	-	31	3	34
	Ensino Fundamental	-	64	115	4	13

Ensino Médio	-	8	-	1	9
2006 Pré-Escolar	-	-	28	3	31
Ensino Fundamental	-	61	115	3	179
Ensino Médio	-	8	-	1	9
2007 Pré-Escolar	-	-	33	3	36
Ensino Fundamental	-	56	117	3	176
Ensino Médio	-	9	-	1	10
2008 Pré-Escolar	-	-	28	3	31
Ensino Fundamental	-	56	116	3	175
Ensino Médio	-	9	-	1	10
2009 Pré-Escolar	-	-	36	3	39
Ensino Fundamental	-	53	119	3	175
Ensino Médio	-	10	-	1	11
2010 Pré-Escolar	-	-	38	2	40
Ensino Fundamental	-	52	120	3	175
Ensino Médio	-	12	-	1	13
2011 Pré-Escolar	-	-	44	2	46
Ensino Fundamental	-	49	119	3	171
Ensino Médio	1	13	-	1	15
2012 Pré-Escolar	-	-	46	2	48
Ensino Fundamental	-	45	119	3	167
Ensino Médio	1	14	-	2	17
2013 Pré-Escolar	-	-	46	2	48
Ensino Fundamental	-	41	117	3	161
Ensino Médio	1	14	-	2	17
2014 Pré-Escolar	-	-	57	2	59
Ensino Fundamental	-	40	119	4	163
Ensino Médio	1	15	-	3	19
2015 Pré-Escolar	1	36	-	-	37
Ensino Fundamental	-	17	180	2	199
Ensino Médio	-	-	-	6	6

Fonte: Adaptado de MEC/INEP/SEDUC e FAPESPA/SEPLAN (2016).

6.1.3.4 Mercado de trabalho

Tabela 34. número de estabelecimentos com vínculos empregatícios segundo setor de atividade econômica do cadastro RAIS (2014-2015).

SETOR DE ATIVIDADE	2014	2015
Extrativa Mineral	-	-
Indústria de Transformação	38	37
Serviços Indust Utilidade Pública	3	3
Construção Civil	19	24
Comércio	362	362
Serviços	136	139
Administração Pública	2	2
Agropecuária, Ext.Veg.,Caça	25	20
Outros / Ignorados	-	-
TOTAL	585	587

Fonte: Adaptado de MTE/RAIS e FAPESPA/SEPLAN (2016).

6.1.3.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Tabela 35. Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM (1991/2000/2010).

IDHM	Anos		
	1991	2000	2010
IDH – M	0,325	0,458	0,600
IDH – M Longevidade	0,569	0,662	0,755
IDH – M Educação	0,130	0,278	0,486
IDH – M Renda	0,463	0,522	0,589

Fonte: Adaptado de PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO e FAPESPA/SEPLAN (2016).

6.1.3.6 Político Eleitoral

Tabela 36. Eleitores por sexo (2000/02/04/06/08/10/12/2014/2016).

Sexo	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Masculino	25.509	26.665	28.334	30.257	33.440	35.788	37.315	38.548	36.524
Feminino	25.367	27.244	29.395	31.845	34.451	34.987	38.029	39.201	38.943
Não Informou	125	112	96	91	78	68	60	56	-
TOTAL	51.001	54.021	57.825	62.193	67.969	70.843	75.404	77.805	75.467

Fonte: Adaptado de TRE e FAPESPA/SEPLAN (2016).

6.1.3.7 Produto Interno Bruto Municipal (PIB)

Tabela 37. Produto Interno Bruto per capita a preço de mercado corrente (2002-2014).

Ano	PIB			PIB PER CAPITA	
	Valor (R\$ Mil)	Participação	Ranking no Estado	Valor (R\$)	Ranking no Estado
2002	182.841	0,69	21	1.872	99
2003	212.262	0,70	22	2.140	97
2004	240.536	0,65	23	2.383	96
2005	255.689	0,63	23	2.501	100
2006	303.425	0,66	23	2.925	89
2007	357.014	0,69	23	3.509	88
2008	395.128	0,65	21	3.731	89
2009	433.293	0,70	21	4.047	92
2010	509.272	0,62	22	4.500	94
2011	612.982	0,62	21	5.343	90
2012	756.414	0,71	19	6.512	73
2013	978.372	0,81	17	8.244	61
2014	914.882	0,73	21	7.616	84

Fonte: Adaptado de FAPESPA/IBGE (2016).

6.1.3.8 Agricultura

Tabela 38. Produtos das lavouras temporárias.

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Arroz (em casca)	85	60	60	167	60	60	142	42	46
Cana-de-Açúcar	5	5	5	400	400	100	44	41	10
Feijão (em grão)	900	400	630	810	360	491	1.083	525	1.036
Fumo (em folha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Malva (fibra)	100	75	75	70	53	53	114	104	104
Mandioca	11.900	11.900	11.900	178.500	183.260	183.260	103.439	52.816	41.234
Milho (em grão)	980	900	900	931	810	648	838	648	433

Fonte: Adaptado de IBGE/PAM e FAPESPA/SEPLAN (2016).

Tabela 39. Produtos das lavouras permanentes.

Produtos	Área Colhida (ha)				Quantidade Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Banana	3	5	-	-	66	110	-	-	26	45	-	-
Borracha (Látex Coag.)	3	3	3	3	9	12	12	12	12	23	30	31
Castanha de Caju	54	54	54	54	27	27	27	27	16	41	27	25
Coco-da-Baía(mil frutos)	260	260	260	260	1.560	1.560	1.560	1.690	343	437	499	633
Laranja	100	100	70	70	600	600	420	420	168	186	157	177
Maracujá	4	6	-	-	20	30	-	-	16	36	-	-
Pimenta-do-Reino	120	60	20	20	246	120	40	40	910	780	420	427

Fonte: Adaptado de IBGE/PAM e FAPESPA/SEPLAN (2016).

6.1.3.9 Pecuária

Tabela 40. Principais Rebanhos Existentes (2013-2015).

Tipo de Rebanho	Efetivo		
	2013	2014	2015
Bovino	24.868	25.688	25.676
Equino	419	2.100	1.950
Bubalino	633	588	452

Suíno - Total	3.450	3.208	3.817
Suíno - Matrizes de Suínos	395	367	436
Caprino	120	196	102
Ovino	489	275	578
Galináceos - Total	159.820	152.500	212.815
Galináceos - galinhas	25.730	24.800	32.050
Codornas	-	-	-
Vacas Ordenhadas	472	453	451

Fonte: Adaptado de IBGE/Pesquisa Pecuária Municipal e FAPESPA/SEPLAN (2016).

Nota 1: a série de efetivos dos rebanhos, por tipo, foi encerrada no ano de 2012, iniciando uma nova série a partir de 2013;

Nota 2: Os dados sobre matrizes de suínos só estão disponíveis a partir de 2013.

6.1.3.10 Produtos de origem animal

Tabela 41. Quantidade e valor dos produtos de origem animal.

	Quantidade Produzida			Valor (mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Leite de Vaca (mil L)	186	178	179	325	339	357
Ovos de Galinha (mil dz.)	78	76	88	565	364	633
Ovos de Codorna (mil dz.)	-	-	-	-	-	-
Mel de Abelha (kg)	20.960	13.000	14.200	238	117	126

Fonte: Adaptado de IBGE/PPM e FAPESPA/SEPLAN (2016).

6.1.3.11 Extrativismo vegetal

Tabela 42. Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal (2013-2015).

	Quantidade Produzida (t)			Valor (mil reais)		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
ALIMENTÍCIOS						
Açaí (fruto)	24	28	32	35	47	58
MADEIRAS						
Carvão Vegetal	146	146	148	118	110	118
Lenha (m³)	26.000	25.500	21.000	442	434	378
OLEAGINOSOS						
Tucum (amêndoa)	-	-	10	-	-	20

Fonte: Adaptado de IBGE/PPM e FAPESPA/SEPLAN (2016).

6.1.3.12 Finanças Públicas

Tabela 43. Receitas Municipais no período de 2011-2015 / R\$1,00 (Valores Nominais).

Receitas Municipais	2011	2012	2013	2014	2015
Receita Corrente	88.537.125	103.509.987	114.569.518	134.956.375	143.471.836
Receita Tributária	3.323.901	4.243.086	5.391.676	6.041.207	6.042.422
Impostos	2.562.549	3.585.545	4.214.985	4.853.319	5.111.486
IPTU	339.650	402.080	584.401	800.386	557.365

ISSQN (1)	1.353.171	2.046.478	1.997.030	-	2.493.412
ITBI	324.113	402.739	344.054	389.586	-
IRRF	545.614	734.248	1.289.499	1.522.962	1.626.747
Taxas	761.352	657.541	1.176.691	1.187.888	930.936
Outras Receitas Próprias	677.161	1.988.085	425.559	815.951	715.091
Receitas Transferidas	4.200.164	93.406.752	103.999.539	123.179.709	129.430.774

Fonte: Adaptado de STN e FAPESPA (2016).

6.2 Caracterização da área de estudo 01: ILHA DO CHAÚ

6.2.1 Contextualização e localização

A Ilha do Chaú, que possui aproximadamente 116 hectares, está localizada na mesorregião Nordeste Paraense e microrregião Bragantina, distribuída na sua totalidade no município de Bragança. Localiza-se entre as coordenadas geográficas extremas ao Norte: 46° 47' 36.47" W x 01° 08' 35.68" S; ao Sul: 46° 47' 47.86" W x 01° 09' 26.80" S; a Leste: 46° 48' 9.47" W x 01° 08' 55.05" S; e a Oeste: 46° 47' 31.28" W x 01° 09' 9.16" S. De modo geral, limita e confronta ao Norte com o Rio Caeté; ao Sul com o Rio Caeté, com um rio Intermitente e com a Comunidade do Chaú; a Leste com a Comunidade do Portinho e com um rio intermitente e a Oeste com o Rio Caeté (Figura 10).

Destacamos que a comunidade do Chaú, que faz confrontação ao sul com a Ilha do Chaú, está localizada fora dos limites da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú, de acordo com o Plano de Manejo da referida Resex (ICMBio, 2012). Entretanto, é considerada Comunidade-membro do comitê intercomunitário de lideranças (polos) da Resex Marinha de Caeté-Taperaçú, mais precisamente no Pólo de Caratateua (margem direita do Rio Caeté). O comitê intercomunitário faz parte do Conselho Deliberativo, órgão colegiado da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, instituído pela Portaria IBAMA nº 17, de 24 de setembro de 2007, com a finalidade de contribuir com ações voltadas para a implantação do Plano de Manejo e o cumprimento dos objetivos da RESEX.

As comunidades são agrupadas em Pólos, conforme proximidade geográfica daquelas que possuem representantes da população extrativista tradicional da RESEX. Atualmente, a RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu possui 08 Pólos de representação comunitária no Conselho Deliberativo, os quais representam o interesse dos extrativistas distribuídos em mais de 50 comunidades. São 42 comunidades no município de Bragança, as quais possuem organização representativa dos extrativistas nas localidades, estando vinculadas estatutariamente a ASSUREMACATA.

Figura 10. Mapa de localização da Ilha do Chaú, município de Bragança-PA.



Fonte: Magalhães DGBio/IDEFLOR-Bio (2021).

6.2.2 Características da População do entorno da Ilha do Chaú: Comunidades do Chaú e Portinho do Chaú

As informações populacionais apresentadas à seguir, referente às comunidades localizadas no entorno da Ilha do Chaú, são dados amostrais baseados em pesquisa de campo de expedição realizada no ano de 2021, pelos técnicos do IDEFLOR-Bio e SEMMA-Bragança. Além de pesquisa de campo, também foram obtidas informações da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativista dos Caetés (COOMAC) e informações de imagens de satélites, para apoio na identificação e mapeamento dos núcleos populacionais de interesse.

Considerando que as comunidades visitadas representam núcleos populacionais distintos, podendo apresentar realidades distintas e particularidades inerente aos locais, os dados foram organizados separadamente, referente à população, sexo, faixa etária, escolaridade, estado civil e religião.

6.2.2.1 População

A comunidade do Chaú é composta apenas por 01 (uma) escola municipal, denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Livramento, que atende educação infantil (5 a 6 anos), ensino fundamental (10 a 15 anos) e multiseriado (1º ao 5º ano - 7 a 10 anos), 01 (uma) igreja católica, 01 (um) pequeno comércio local, além das residências dos moradores locais. Já na comunidade do Portinho do Chaú, existiam somente as residências dos moradores locais. O acesso à

saúde básica dos moradores, segundo informação local, é realizado na UBS Jiquiri, distante cerca de 26km das comunidades.

Na expedição ocorrida em 2021, foram visitados 31 imóveis na Comunidade do Chaú e 19 imóveis na comunidade do Portinho do Chaú, totalizando 50 entrevistas realizadas nessas duas comunidades, que representam a área de influência da Ilha do Chaú. Através das entrevistas e aplicação dos questionários, foram abrangidas 120 pessoas na Comunidade do Chaú e 74 pessoas na Comunidade do Portinho do Chaú, totalizando um universo de 194 pessoas identificadas através de suas condições socioeconômicas.

Tabela 44. Número de famílias e pessoas da área de estudo (Comunidades do Chaú e portinho do Chaú)

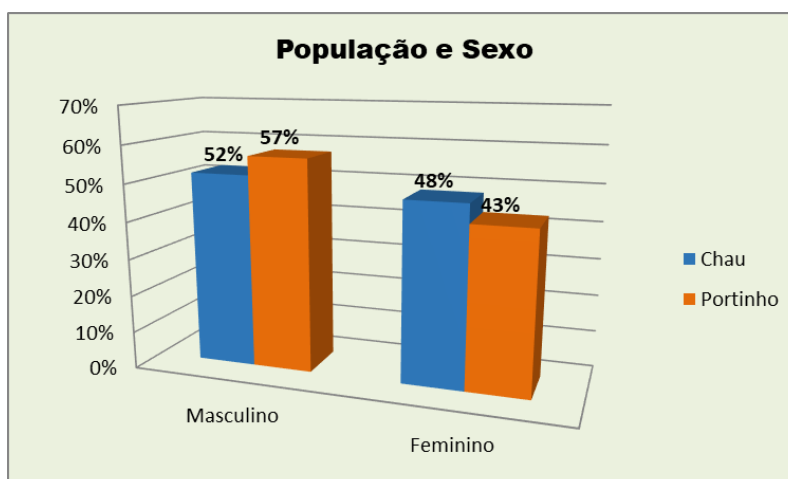
Parte referente à comunidade do Chaú			
Imóveis Visitados	Famílias Entrevistadas	População da Pesquisa	Número médio de pessoas por família
31	31	120	3,9
Parte referente à comunidade do Portinho do Chaú			
Imóveis Visitados	Famílias Entrevistadas	População da Pesquisa	Número médio de pessoas por família
19	19	74	3,9

Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.2.2 Sexo

De acordo com os dados amostrais da pesquisa de campo, conforme a Figura 12, a população da Comunidade do Chaú é na sua maioria do sexo masculino, representada por 52%, sendo 48% do sexo feminino. Na comunidade Portinho do Chaú, os dados apresentam-se semelhantes, com 57% do sexo masculino e 43% do sexo feminino.

Figura 11. Sexo da população das comunidades.



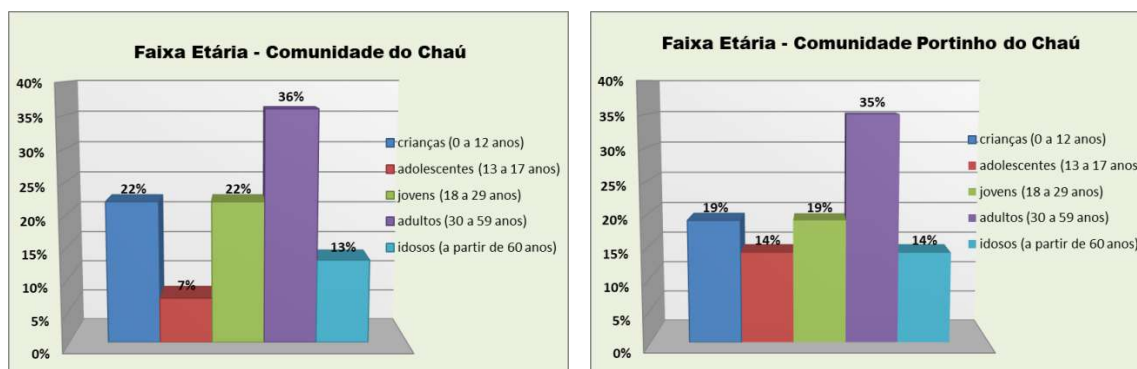
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.2.3 Faixa etária

Quanto à faixa etária da população, podemos observar na Comunidade do Chaú, que 22% encontram-se com a idade de 0 a 12 anos, consideradas crianças pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O número de adolescentes, com a idade entre 13 a 17 anos representam 7% da população pesquisada. A população jovem que foi considerada na idade de 18 a 29 anos, para os padrões amazônicos, representa 22%. A população adulta, considerada para pessoas que se encontram na idade entre 30 a 59 anos, representa 36% e a população idosa, de pessoas acima de 60 anos, constituiu 13% da população amostrada, como podemos observar na figura 12.

Em relação à comunidade Portinho do Chaú, destaca-se a porcentagem de jovens, que foi superior em comparação à comunidade do Chaú, representando 14% da população amostrada, seguido por adultos (35%), crianças (19%), adolescentes e idosos, ambos com 14%.

Figura 12. Faixa Etária da População das comunidades do Chaú e Portinho do Chaú.



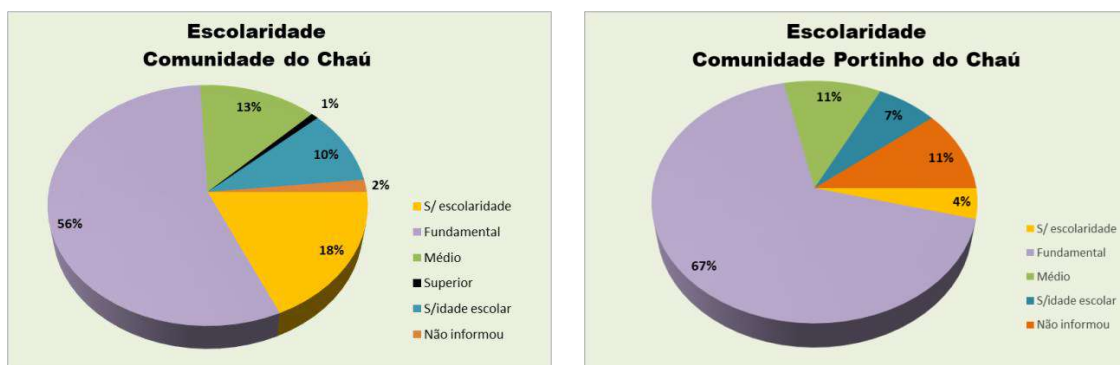
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.2.4 Escolaridade

Em relação à escolaridade, na Comunidade do Chaú, o estudo identificou que 56% dos moradores possuem o nível fundamental, 18% não possuem escolaridade, 13% possuem ensino médio, 10% estavam sem idade escolar e somente 1% dos moradores possuíam ensino superior (Figura 13).

Referente à comunidade Portinho do Chaú, os dados são semelhantes, com 67% possuindo ensino fundamental, 11% com ensino médio e sem escolaridade, 7% sem idade escolar e 4% sem escolaridade. Não foram encontrados moradores com ensino superior.

Figura 13. Nível de escolaridade da população amostrada nas comunidades.



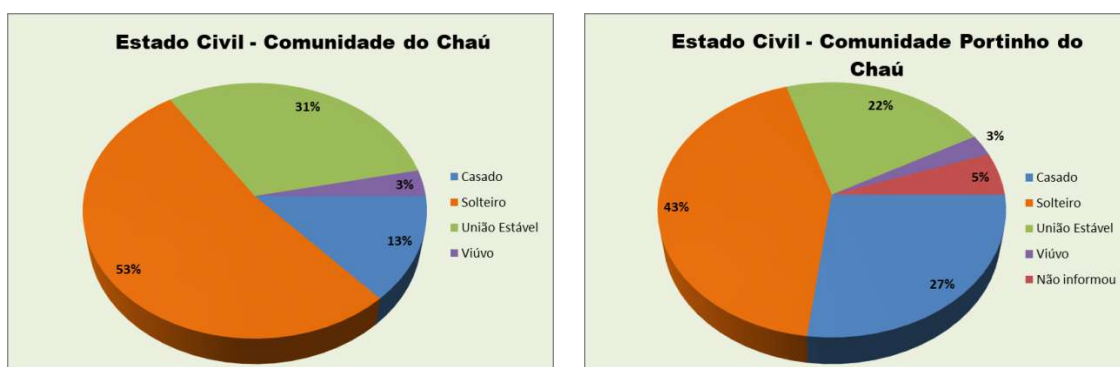
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.2.5 Estado civil

Quanto ao estado civil, na comunidade do Chaú, a pesquisa apontou que 53% dos entrevistados afirmaram que são solteiros, 31% possuem união estável, 13% são casados e 3% são viúvos (Figura 14).

Enquanto que na comunidade Portinho do Chaú, 43% afirmaram ser solteiros, 27% são casados, 22% possuem união estável, 5% não informaram e 3% são viúvos.

Figura 14. Estado civil da população das comunidades visitadas.



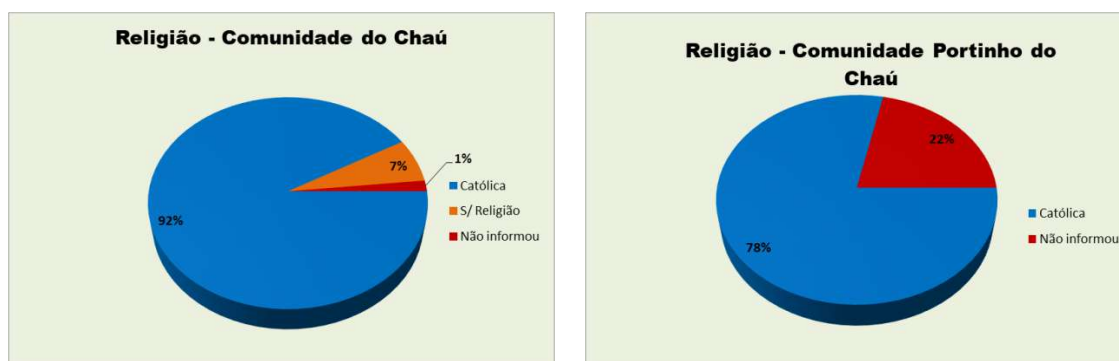
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.2.6 Religião

Quanto à religião dos moradores, segundo a pesquisa realizada, podemos dizer que em ambas as comunidades predomina a religião católica, com 92% na

comunidade do Chaú e 78% na comunidade do Portinho do Chaú, como podemos observar na figura 15.

Figura 15. Religião da população das comunidades visitadas.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.3 Padrão de Ocupação: origem dos moradores, tempo de residência e intenção de se mudar

A pesquisa também levantou informações sobre a origem dos moradores, tempo de residência no local e pretensão de mudança para outro lugar, os quais representam dados importantes no planejamento urbano desses núcleos populacionais e quais medidas deverão ser tomadas após a criação da Unidade de Conservação da Natureza, para melhoria da qualidade ambiental dos locais.

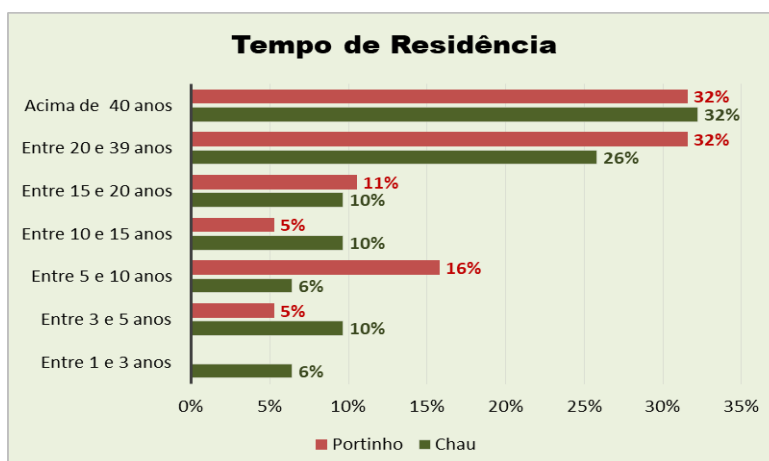
6.2.3.1 Origem dos moradores

De acordo com os dados amostrais, a origem dos moradores é majoritariamente do próprio local, município de Bragança, não sendo identificado qualquer processo de migração para as comunidades do Chaú e Portinho do Chaú. Na comunidade do Chaú, 100% dos moradores tem origem do próprio local, e na comunidade do Portinho do Chaú, 95% são originários de Bragança.

6.2.3.2 Tempo de Residência no Local

Verificou-se que o tempo de residência dos moradores nas comunidades visitadas apresenta variação, sendo identificado que 32% dos moradores possuem o tempo de residência maior que 40 anos, nas duas comunidades. Para o tempo de moradia de 20 a 39 anos, foram encontrados 32% e 26% nas comunidades do Portinho e do Chaú, respectivamente, como pode ser visualizado na Figura 16.

Figura 16. Tempo de residência da população entrevistada nas comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.3.3 Pretensão de mudança para outro lugar

A pesquisa também mostrou que os entrevistados, nas comunidades do Chau e Portinho do Chau, em sua totalidade afirmaram que não pretendem se mudar das localidades.

6.2.4 Aspectos Sociais: educação, saúde, segurança alimentar, organização social, violência e problemas mais citados.

6.2.4.1 Educação

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Livramento está localizada na rua principal da Comunidade do Chau, tendo sido construída com recursos estaduais e, posteriormente, repassada para gestão do município de Bragança. Atende as comunidades do Chau, Portinho e Urupiuna. Atualmente, atende educação Infantil (5 a 6 anos), ensino fundamental (10 a 15 anos), e multisseriado (1º ao 5º ano - 7 a 10 anos), com aproximadamente 60 alunos matriculados e funcionando nos turnos da manhã e tarde.

Encontra-se em linha reta à aproximadamente 13 km da sede do município de Bragança, tendo acesso direto por via terrestre e em boas condições de trafegabilidade. De acordo com a coordenação pedagógica da escola, a escola possui atualmente 8 (oito) professores, sendo somente 1 (um) com vínculo efetivo e os demais em regime de contratação temporária. A formação destes está distribuída em pedagogia, licenciatura em língua portuguesa, licenciatura em ciências, licenciatura em história e educação física. No momento da entrevista, a escola não dispunha de conselho escolar ativo, em função de estar no processo de transição da gestão estadual para municipal.

A estrutura física tem 02 salas de aula, 01 sala de professor, 01 cozinha e 02 banheiros (Figura 17). No período de realização da expedição para levantamento socioeconômico e fundiário, em outubro de 2021, estava ocorrendo reforma do forro da escola, realizada pelos próprios moradores da comunidade. De acordo com a

coordenação pedagógica, além dos problemas estruturais, como forro e parte elétrica danificada por fezes de morcego, o telhado estava comprometido, iluminação precária, falta Datashow e falta material pedagógico.

Figura 17. Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Livramento.

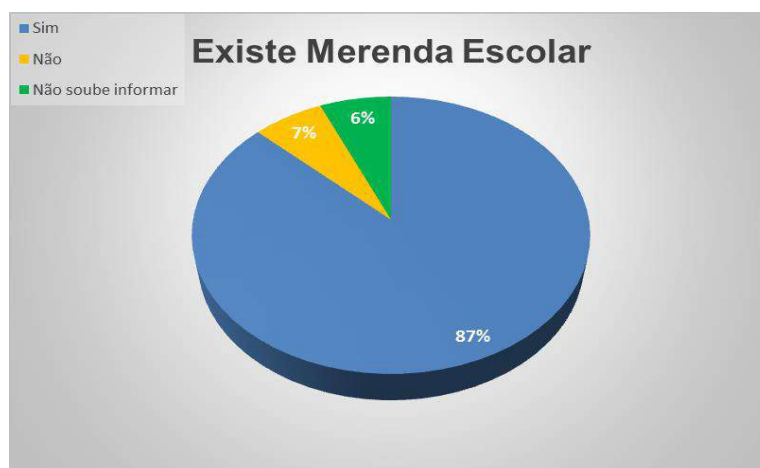


Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2021).

Ainda segundo a entrevista com a coordenação pedagógica da escola, a merenda escolar vem da secretaria municipal de educação, sendo considerada em pouca quantidade para o quantitativo de alunos, além da demora na reposição, o que tem ocasionado períodos de até 2 (duas) semanas sem merenda escolar.

De acordo com os resultados do questionário socioeconômico aplicado com os moradores das comunidades (Figura 18), 87% dos entrevistados responderam que existe merenda escolar, 7% responderam que não existia e 6% não souberam informar. Em relação ao transporte escolar, foi unânime entre os entrevistados sobre a existência do transporte escolar. Fazendo relação entre as entrevistas dos moradores e dos gestores da escola, conclui-se sobre a existência de merenda escolar, apesar dos problemas de reposição e quantidade, além do transporte escolar, este último considerado satisfatório pelos moradores.

Figura 18. Merenda escolar na escola.

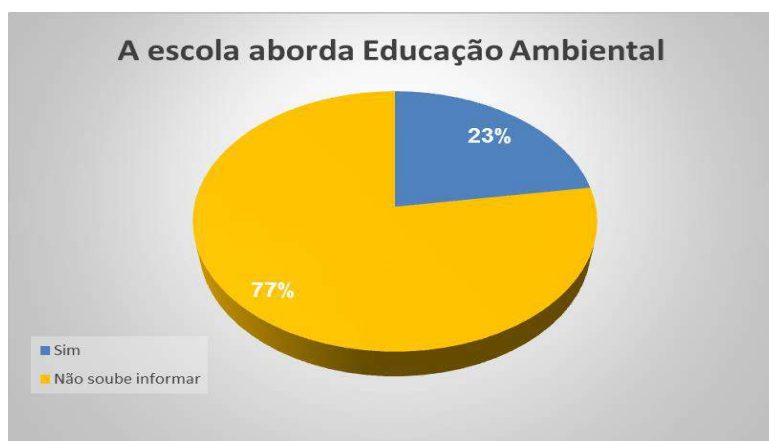


Pesquisa de campo (2021).

Referente à educação ambiental na escola, o gestor da escola informou que há atividades pedagógicas relacionadas ao meio ambiente, com conteúdos abordados a partir dos livros, extrativismo, sustentabilidade e destinação do lixo. Recursos didáticos como livros e atividades práticas também reforçam a temática.

Na aplicação dos questionários com os moradores (Figura 19), apenas 23% responderam que sabiam sobre a existência da abordagem da educação ambiental na escola, enquanto 77% responderam desconhecer ou não souberam informar.

Figura 19. Abordagem sobre Educação Ambiental na escola.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Ainda, segundo a coordenação pedagógica da escola, os maiores problemas relacionados aos alunos são o déficit de aprendizagem e disfunção familiar. Os casos são encaminhados para as secretarias de ação social, de saúde e conselho tutelar. Além dos problemas supracitados, destacam-se a falta de estrutura adequada na escola, falta de professores, gestão ausente, o corpo técnico é pequeno, falta de psicólogo. Em função de ser escola polo, não possui secretário nem diretor. Além disso, foi relatado que o conselho tutelar dificilmente vai até a escola, apesar de relatos de casos de abuso contra crianças. Dessa forma, o somatório de problemas é

traduzido nas taxas de evasão e repetência, que em 2020/21 foram de 10% e 15-20%, respectivamente.

Não foi relatado nenhum tipo de projeto específico para acompanhamento da frequência escolar, com intuito de identificar alunos em situação de vulnerabilidade social.

6.2.4.2 Saúde

Os moradores das comunidades do Chaú e Portinho são atendidos pela Unidade Básica de Saúde do Jiquiri (UBS – Jiquiri), localizado no Ramal do Benjamin – Comunidade do Jiquiri – meio rural de Bragança/ PA.

As comunidades fazem parte do território da Equipe de Saúde da Família Jiquiri III, referente à Unidade Básica de Saúde Jiquiri. Estas comunidades possuem 348 pessoas cadastradas no e-SUS/SISAB (2022), e contam com uma Agente Comunitária de Saúde (ACS) que faz o fortalecimento da APS no território por meio das visitas diárias na comunidade. Rotineiramente acontece também visita domiciliar pela enfermeira da equipe e, quando necessário, a presença da médica da equipe.

Os profissionais da equipe de Saúde da Família Jiquiri III possuem vínculos empregatícios diversos: Enfermeira, técnica de enfermagem, dentista, auxiliar de saúde bucal, equipe de apoio (vigia, serviços gerais, auxiliar administrativo) são temporários; Médica é integrante do “Programa Mais Médico” e; Agentes Comunitários de Saúde (ACS) possuem vínculo efetivo.

Em relação às doenças mais frequentes nas comunidades do entorno da Ilha Chaú que requerem constante atendimento, destacam-se as doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes e dislipidemia. Não houve mortalidade materna nas comunidades do entorno da Ilha Chaú no ano de 2020. O número de nascidos vivos nas comunidades do entorno da Ilha Chaú em 2020 foi de 04 (quatro).

Em relação à mortalidade infantil no ano de 2020 nas comunidades no entorno da Ilha Chaú, não houve. Já no ano de 2021 foram registrados 02 (dois) óbitos na comunidade do Chaú: 01 indivíduo de 12 anos que nasceu com múltiplas deficiências e; 01 idosa portadora de hipertensão arterial que teve complicações cardiovasculares.

Por conta do acesso, os atendimentos emergenciais são encaminhados diretamente para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h. No caso, seja necessário realizar internação, o usuário é encaminhado para a rede hospitalar, representado pelo Hospital Santo Antônio Maria Zacaria, Hospital Geral de Bragança e Hospital das Clínicas de Bragança. Os atendimentos de rotina ou casos de urgência sem risco maior são feitos na UBS Jiquiri. Não há ambulância exclusiva para a UBS Jiquiri e, quando necessário, é acionado o Setor de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo utilizado carro ou ambulância.

A distância da comunidade do Chaú para a UBS Jiquiri é de aproximadamente 26 km “por dentro” e 36 km “por fora”, visto que pra chegar nessa comunidade existem essas duas vias. O acesso fluvial não é utilizado nesses casos.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a responsabilidade em executar os serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) é de responsabilidade do município, sendo que o custeio para manter as equipes de Saúde da Família e consequentemente as estruturas físicas das Unidades Básicas de saúde (UBS) é

advindo do Governo Federal com contrapartida dos municípios (PNAB; BRASIL, 2017).

A UBS Jiquiri foi reinaugurada no ano de 2019, possuindo atualmente três equipes de Saúde da Família, sendo que a equipe III atende a comunidade do Chaú. É a UBS mais próxima da cidade de Bragança, portanto assume características tanto do meio urbano quanto do meio rural. A comunidade do Chaú tem seu acesso garantido à UBS e aos demais serviços de saúde da rede via terrestre, utilizam ônibus de linha, carros de frete, moto, bicicleta, entre outros.

Nas idas de rotina dos profissionais da ESF Jiquiri III, são disponibilizados os seguintes: imunização (em especial o esquema vacinal COVID-19), testagem rápida (HIV, hepatite B, hepatite C, sífilis e COVID-19), distribuição de preservativos, educação em saúde (saúde bucal, infecções sexualmente transmissíveis, cuidados gerais de higiene e outros), atendimento médico, atendimento de enfermagem, aferição de pressão arterial e glicemia casual, distribuição de medicamentos e hipoclorito.

Figura 20. Unidade Básica de Saúde do Jiquiri, que atende as comunidades do Chaú e Portinho.



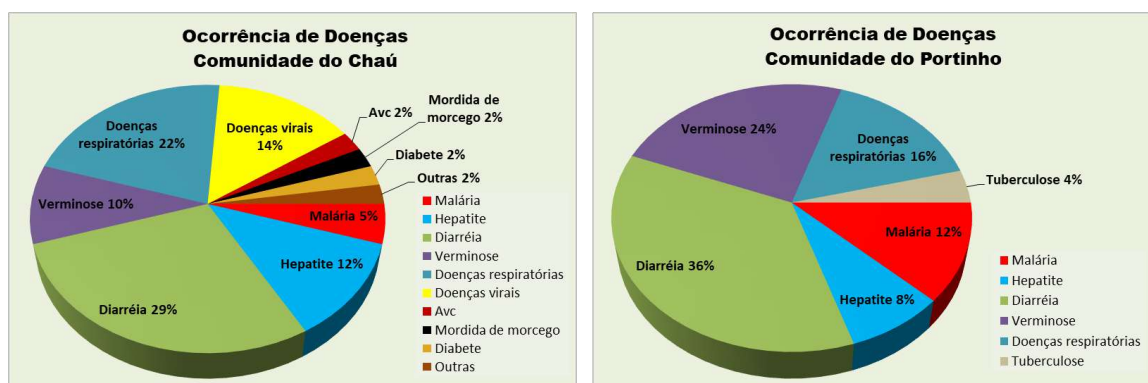
Fonte: Maricília Prestes, Nutricionista e Gerente da Atenção Primária à Saúde – meio rural de Bragança/PA / Pesquisa de Campo, 2022.

As informações acima relatadas foram disponibilizadas pela servidora Maricília Nascimento Prestes, Nutricionista e Gerente da Atenção Primária à Saúde – meio rural de Bragança/PA.

Na abordagem realizada por meio de aplicação de formulários aos residentes das comunidades, os quais responderam de forma espontânea, foram identificados diversos tipos de enfermidades de ocorrência nas áreas. Conforme a figura 21, na comunidade do Portinho, as enfermidades citadas foram: diarreia (29%), doenças respiratórias (22%), doenças virais (14%), hepatite (12%), verminose (10%) e malária (5%). Também foram citados Acidente vascular cerebral (AVC), mordida de morcego, diabetes e outras, todas com 2%.

Na comunidade do Portinho, as enfermidades relatadas foram: diarreia (36%), verminose (24%), doenças respiratórias (16%), malária (12%), hepatite (8%) e tuberculose (4%). Em relação à infecções por Sars-CoV-2 (coronavírus), os entrevistados não relataram casos. Entretanto, as altas taxas de doenças respiratórias observadas, em conjunto com a completa ausência de medidas de proteção (uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento), bem como a relação com a cidade de Bragança, podem representar um indicativo de ocorrência do vírus nas comunidades.

Figura 21. Doenças ocorridas nas comunidades.



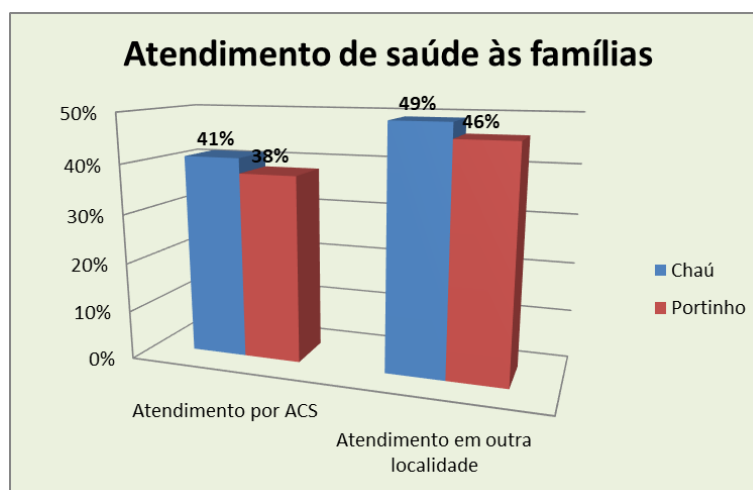
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

De acordo com os moradores das comunidades, os atendimentos médicos são realizados em parte por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e em outras localidades, como a UBS Jiquiri e em hospitais localizados na cidade de Bragança ou municípios adjacentes, para casos mais complexos (Figura 22). Ainda de acordo com os entrevistados, a presença do ACS nas comunidades estaria ineficiente, o qual realizava visitas com pouca frequência, deixando diversas famílias desassistidas.

Considerando que o ACS atua na promoção, proteção e prevenção da saúde, acompanhando as famílias das comunidades em suas casas e orientando sobre as formas de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), as comunidades não estavam sendo assistidas de forma satisfatória, prejudicando o acesso à saúde básica e o desenvolvimento de um plano de ação eficiente.

O ACS carrega consigo uma função fundamental no SUS: aproximar a população do sistema de saúde. É justamente a forma de acolhimento do agente que leva conforto e segurança aos pacientes, aumentando a confiança que têm no serviço público.

Figura 22. Atendimento à saúde da população das comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Dessa forma, a partir das observações e dos relatos dos moradores, o serviço de saúde é uma das principais demandas das comunidades, visto que, como não há um atendimento satisfatório realizado pelo ACS, principal porta de entrada para o SUS, muitos precisam se deslocar até hospitais distantes, sem o devido encaminhamento, causando diversos transtornos de ordem financeira, pelo custo de deslocamento, bem como de saúde, pois muitos não conseguem sequer ser atendidos pela falta de conhecimento acerca dos procedimentos do SUS.

6.2.4.3 Segurança Alimentar

Segundo a Lei nº 11.346, de 15/09/2006, art. 3º, a "Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientalmente, culturalmente, economicamente e socialmente sustentáveis".

É consenso afirmar que a economia nas comunidades do Chaú e Portinho se baseiam na pesca artesanal. O comércio nas localidades é praticamente inexpressivo e não foram observados plantios diversificados de culturas voltados para a geração de renda, somente alguns monocultivo de mandioca para produção nas poucas casas de farinha observadas (Figura 23). Além do consumo de peixes e mariscos, destaca-se a criação de aves, consumo de carne bovina e suína, consumo de açaí e poucos vegetais.

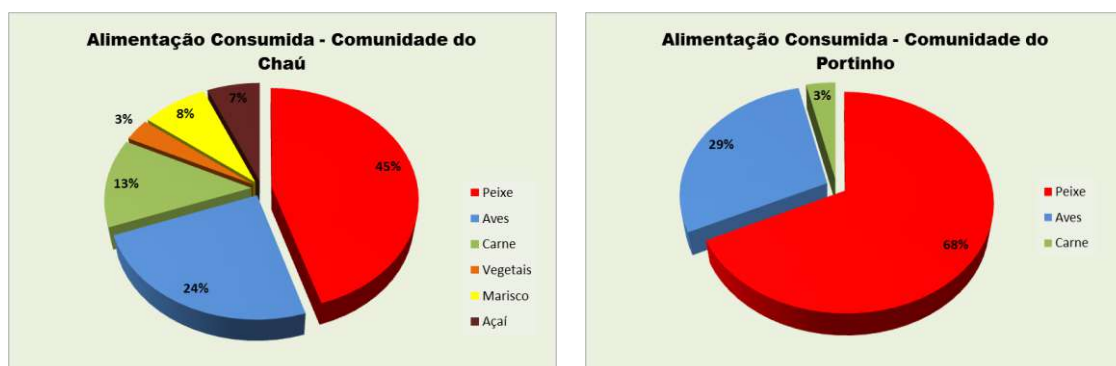
Figura 23. Atividades produtivas nas comunidades.



Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de campo (2021).

Quando perguntado qual a alimentação mais consumida na Comunidade do Chaú, as respostas foram: peixe (45%), aves (24%), carne (13%), marisco (8%), açaí (7%) e vegetais (3%). Na comunidade do Portinho, os alimentos informados foram: peixe (68%), aves (29%) e carne (3%) (Figura 24).

Figura 24. Segurança alimentar da população das comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Foi possível observar que os moradores das duas comunidades possuem relação direta exclusivamente com a sede do município de Bragança (núcleo urbano), em diversos aspectos, como o cultural e comercial. Não foi observado, com base nos dados levantados, relação com algum município vizinho. Na aplicação dos questionários, podemos confirmar essa relação com Bragança, conforme a figura 25.

Figura 25. Local de compras da população da Gleba.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.4.4 Organização Social

A Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas dos Caetés – COOMAC foi fundada em 05/03/2010, sob o CNPJ nº 12.330.741/0001-10 com o nome fantasia "COOMAC", e está ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica desde 16/07/2010. Está localizada na Rodovia Bragança-Viseu, Br 308, Km 12, Comunidade do Cearazinho, 131 - Zona Rural, Bragança - PA, CEP 68.600-000. Atualmente, tem como presidente o Sr. Paulo Renato Pereira do Carmo, com 134 associados (Figura 26).

No dia 06/10/2021, a equipe do IDEFLOR-Bio entrevistou o cooperado Sr. Roberto Pereira do Carmo, ex-presidente e membro atuante da COOMAC, e realizou a apresentação da proposta de criação de UC municipal na Ilha Chaú e recepcionou as demandas locais.

De acordo com o Sr. Roberto do Carmo, a COOMAC desenvolve atualmente o projeto "Coleta e beneficiamento de sementes para óleos e manteiga", que tem como objetivos: Recuperação de nascentes e mata ciliares; Organização e regularização do grupo de agricultores na extração de sementes de maneira sustentável na região dos Caetés; Desenvolvimento das comunidades envolvidas com a coleta e produção dos produtos da cooperativa. Ainda, descreveu como público alvo grandes empresas de cosméticos nacionais e internacionais e como meta atingir o máximo de cooperados trabalhando em harmonia nas comunidades. Destacou que, em relação à fonte de recursos da COOMAC, inicialmente cada cooperado arcava com cotas de contribuição, porém atualmente a manutenção orçamentária é realizada por parte dos lucros, na ordem de 20%, além da cota-parte de cada novo cooperado. Em relação as parcerias da cooperativa, o entrevistado citou a Beraca Ingredientes Naturais SA (Beraca) e L'Óreal Brasil, que realizaram a doação de secador de sementes e recursos financeiros. Além do antigo IDEFLOR, que realizou a doação de diversos instrumentos como: prensa, filtro de catador, panela de pressão, triturador e compressor.

Além das informações supracitadas, informou existir um trabalho de educação ambiental para boas práticas no uso dos recursos naturais, além do funcionamento de 03 (três) viveiros de produção de mudas nas comunidades, voltados para o reflorestamento. Em relação às problemáticas enfrentadas pela COOMAC, citou a falta de organização e comprometimento da SEMAGRI no cumprimento de suas atribuições, além da falta de programas e projetos voltados para as comunidades, e que estes tenham continuidade, independentemente da alternância dos gestores municipais.

De acordo com o Sistema OCB/PA, a COOMAC produz hortaliças, frutas, polpas, mas sempre investiu em processos mais ousados como os cosméticos, a partir de oleaginosas, como andiroba, tucumã, muru-muru, buriti e bacuri. Buscou apoio com várias instituições, como o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará (Sistema OCB-SESCOOP/PA) e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará (SEBREA-PA).

A COOMAC tem uma linha de hidratantes corporais e de manteigas para a hidratação de pés e mãos, como o perfume “O Glorioso”, fragrância inspirada em essências locais ligadas à religiosidade de São Benedito, o santo padroeiro de Bragança e inalador de cheiros. O perfume é assinado por José Luiz de Paula, perfumista conhecido mundialmente por criar para grandes marcas internacionais.

O perfume possui três fragrâncias: Graça, Alegria e Paz. Preparados a partir do aroma de cravo, rosa e flor de laranjeira, a linha é inspirada nas essências das festividades de São Benedito, de Bragança, despejadas sobre os fiéis durante a procissão.

Além dos 134 cooperados, a cooperativa compra diretamente de mais 1.620 famílias para conseguir atender às demandas de mercado e, ao longo de mais de dez anos, foram beneficiadas 10.600 famílias diretamente na região dos Caetés.

Figura 26. Visita à sede da COOMAC.



Foto: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2020/2021).

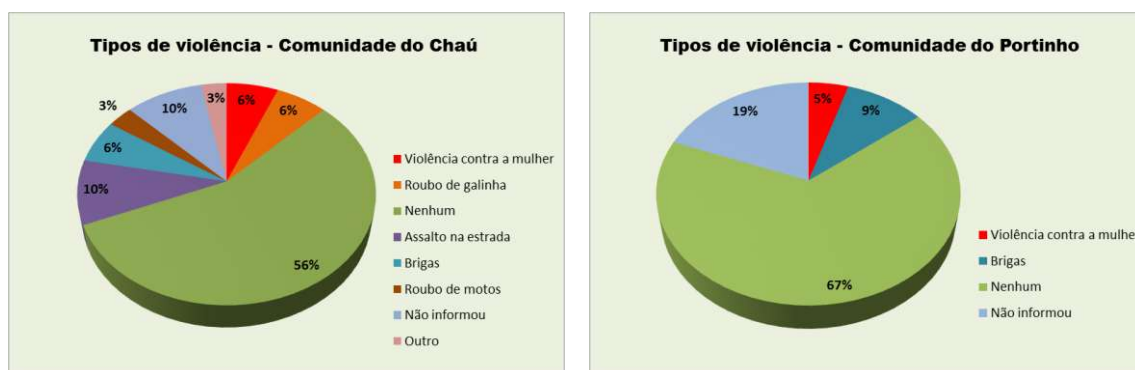
6.2.4.5 Violência

Em que pese as definições de rural e urbano constantes na literatura vigente e longe de se basear em uma dicotomia entre o rural e o urbano, as comunidades do Chaú e Portinho são definidas como áreas rurais, tanto pelas características como pela definição de rural trabalhada a partir de “três dimensões definidoras: proximidade com a natureza, ligação com as cidades e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho menor de suas populações, o que (...) incorpora dinâmicas sociais e relações com o meio e assume a relação de interdependência existente entre meio rural e urbano como um pressuposto”. Assim como a definição de violência, também deve ser pautada por conflitos rurais, onde, “conflitos no campo são definidos pela CPT como assassinatos, ameaças, agressões ou prisões relacionadas a disputas por posse de terra, acesso a recursos naturais, assim como embates envolvendo relações trabalhistas, atividades ilícitas, como garimpo e extração de madeira, entre outros” (Atlas da Violência no Brasil, 2021). No ano de 2019, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de 39,6% no Estado do Pará (Atlas da Violência no Brasil, 2021).

Na pesquisa realizada com os moradores, na Comunidade do Chaú, com a aplicação de formulários podemos observar que 56% relataram não haver casos de violência na localidade e 10% optaram por não informar. Os demais tipos citados foram: assalto nas estradas (10%), roubo de galinha (6%), violência contra a mulher (6%), brigas (6%), roubo de moto (3%) e outros (3%). Na comunidade do Portinho,

67% informaram não haver violência no local, 19% não informaram, 9% citaram brigas e 6% violência contra a mulher, conforme a figura 27.

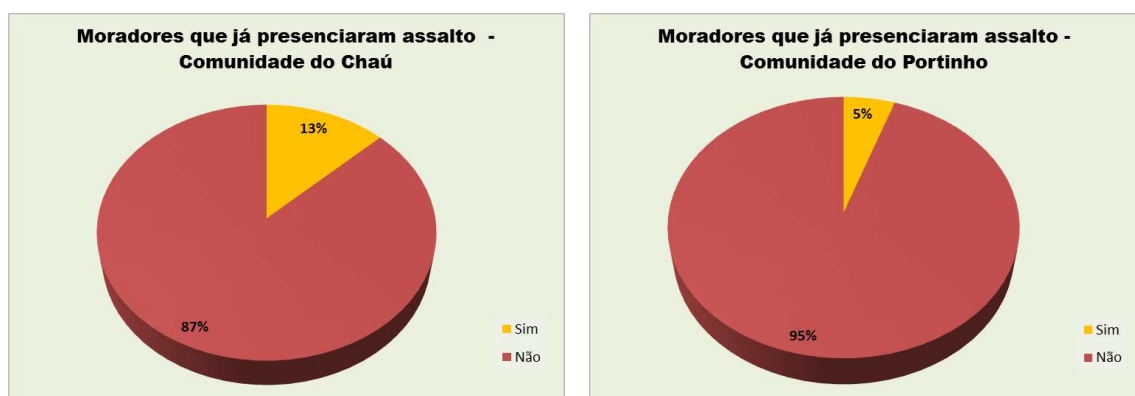
Figura 27. Tipos de violência ocorridos nas comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Quando perguntado se os moradores já presenciaram algum tipo de assalto na área, nas duas comunidades, 87% e 95% informaram que sim, nas comunidades do Chaú e Portinho, respectivamente (Figura 28). Apesar dos valores elevados, pelos relatos apresentados pelos moradores, foi possível inferir que os níveis de violência são baixos, o que, para muitos, não representa motivo de preocupação.

Figura 28. Moradores que já presenciaram casos de assalto nas localidades.

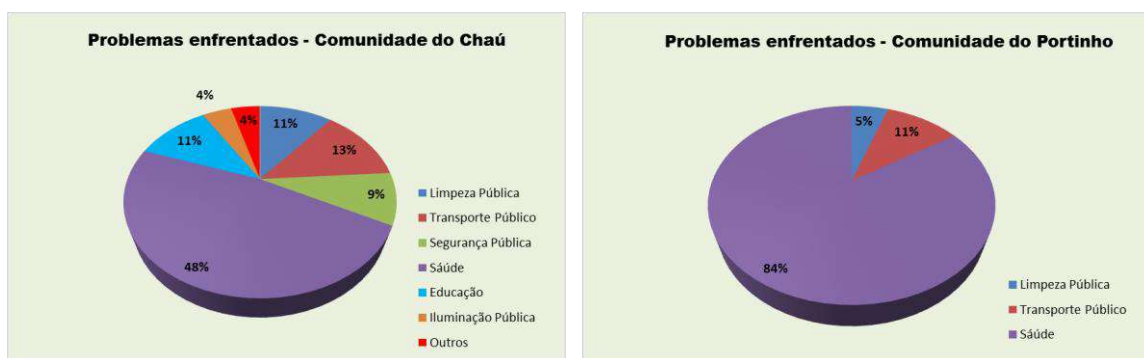


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.4.6 Problemas mais citados

Dos problemas mais relatados pelos moradores das comunidades, a questão do atendimento à saúde básica é unânime entre todos como o maior problema. Também foram citados como problemáticas locais a questão do transporte público, limpeza pública, educação, segurança pública e iluminação pública (Figura 29).

Figura 29. Problemas enfrentados pela população das comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.5 Aspectos Econômicos

A economia predominante nas comunidades estudadas se pauta nas atividades de pesca de subsistência, agricultura de subsistência, comércio e serviços. As relações sociais, culturais e econômicas dos moradores, utilização de serviços, comercialização de produtos e compras diversas são estabelecidas nas próprias comunidades e com o centro comercial de Bragança.

Na comunidade do Chaú, os moradores afirmaram que as atividades econômicas mais representativas eram a pesca de subsistência (40%), agricultura de subsistência (26%), serviço (20%) e comércio (14%). Já na comunidade do Portinho, os dados se diferenciaram em função da agricultura de subsistência ser a atividade mais executada com 42%, seguida da pesca de subsistência (37%), serviço (13%) e comércio (8%), conforme a figura 30.

Figura 30. Atividades produtivas locais nas Comunidades Chaú e Portinho.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

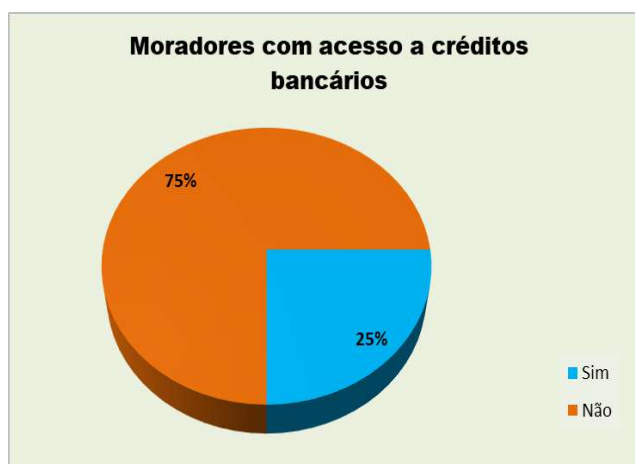
6.2.5.1 Acesso ao Crédito e Renda Familiar

O acesso ao crédito e a renda familiar dos moradores das comunidades também foram pesquisados, mas há que se observar que os referidos dados sempre

são difíceis de chegar a dados confiáveis, considerando o tempo da pesquisa e a confiança na disponibilidade de dados por parte dos entrevistados.

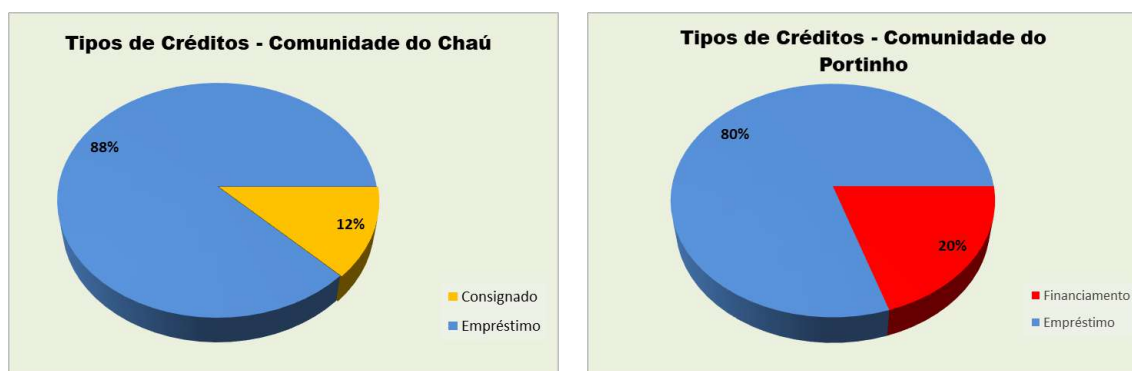
Segundo os dados obtidos, nas duas comunidades, 75% dos moradores afirmaram já ter recebido algum tipo de crédito (Figura 31). Em relação ao tipo de crédito obtido, na comunidade do Chaú, 88% afirmaram ter recebido empréstimo bancário e 12% crédito consignado. Já na comunidade do Portinho, 80% foram de empréstimos e 20% de financiamentos (Figura 32).

Figura 31. Acesso ao crédito da População das comunidades do Chaú e Portinho.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Figura 32. Tipos de créditos recebidos pela população das comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.5.2 Renda Média Mensal Familiar

Quanto à renda média mensal familiar nas comunidades, podemos verificar que varia entre $\frac{1}{2}$ e 02 salários mínimos. Dados dos entrevistados da comunidade do Chaú apresentou 03 níveis de renda, onde 71% dos entrevistados responderam ter renda média mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 19% declarou ter renda entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo e 10% afirmou receber entre 01 e 02 salários mínimos (Figura 33). Utilizou-se como referência o salário mínimo praticado em 2021, de R\$1.100,00.

Na comunidade do Portinho, também foram identificadas somente 03 faixas de renda, com situação semelhante. Dentre os entrevistados, 69% afirmaram receber

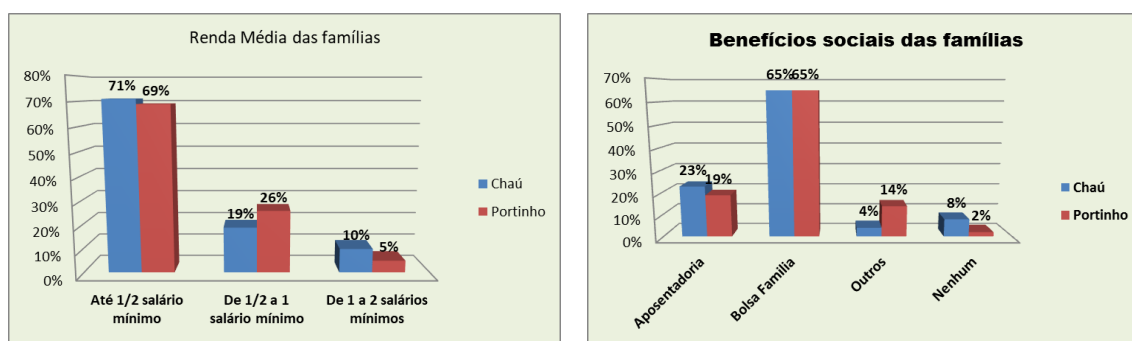
mensalmente até ½ salário mínimo, 26% entre ½ e 01 salário mínimo e 5% entre 01 e 02 salários mínimos.

É importante ressaltar que as faixas de renda representam o total recebido pelas famílias mensalmente. Adotando o conceito de renda per capita, que considera o número total de pessoas por família para o cálculo, essa renda diminui ainda mais. Utilizando-se como exemplo faixa de renda que considerou quem recebe até ½ salário mínimo (R\$ 550,00), para famílias de, em média, 4 pessoas, a renda per capita gira em torno de R\$ 137,50. No entanto, foram encontrados domicílios com renda per capita com valores ainda menores, como R\$ 31,25, R\$ 43,33 e R\$ 56,67.

De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) publicada no final de 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 os 5% mais pobres da população tinham uma renda per capita média de até 55 reais por mês.

Como esses 5% irão mudar suas vidas com 55 reais de renda mensal? O único caminho é atuação forte do poder público por meio de políticas de proteção social, fomento, qualificação e educação, acesso a serviços e inclusão produtiva. Caso isso não seja feito, os filhos destas pessoas provavelmente também não terão o mínimo de oportunidades, e assim, a pobreza se consolida como uma herança passada entre gerações, reforçando a pouca mobilidade social brasileira.

Figura 33. Renda média mensal da população das comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.6 Potencialidades e Problemas Ambientais

De acordo com os moradores entrevistados, os principais problemas ambientais relatados referem-se ao raleamento da vegetação próximo às nascentes, com desmatamentos pontuais, além da pesca predatória no rio Caeté, os quais representam os principais impactos sobre essas áreas e devem ser mitigados, pois influenciam na integridade do ecossistema e na conservação da diversidade biológica e cultural.

6.2.7 Infraestrutura e Saneamento Básico

6.2.7.1 Estradas e meio de Transportes

A estrada central que dá acesso às comunidades do Chaú e Portinho, de acordo com a maioria dos entrevistados, não possui denominação, sendo chamada

por alguns de Estrada do Chaú (Figura 34). As estradas vicinais na região são de piçarra (chão) com poeira no verão e com condições ruins de trafegabilidade no inverno amazônico. No período visitado (outubro/2021), as estradas percorridas encontravam-se em boas condições de trafegabilidade. A distância entre as comunidades do Chaú e Portinho do centro de Bragança-PA é de aproximadamente 28km, por via terrestre.

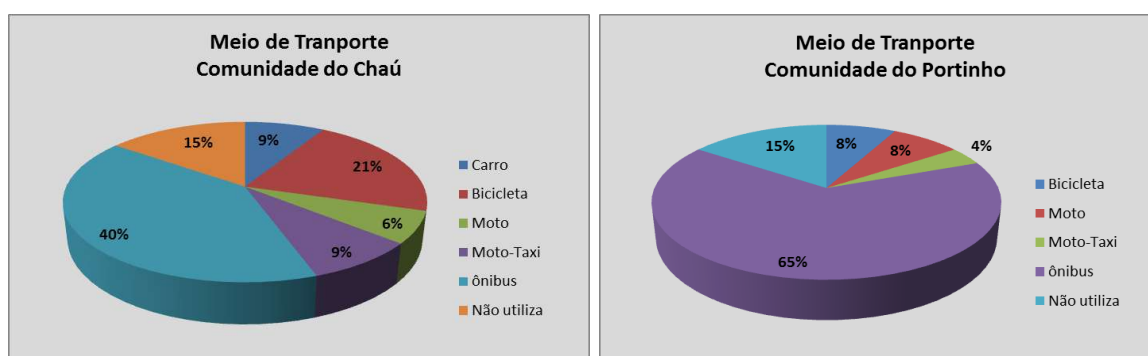
Figura 34. Estrada de acesso às comunidades do Chaú e Portinho.



Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2021).

De acordo com os dados coletados, o principal meio de transporte utilizado pelos moradores é o terrestre, através das linhas de ônibus que existem na região. Também foram citados bicicleta, carro, moto e moto-taxi (Figura 35).

Figura 35. Meios de transporte utilizados pelos moradores das comunidades.



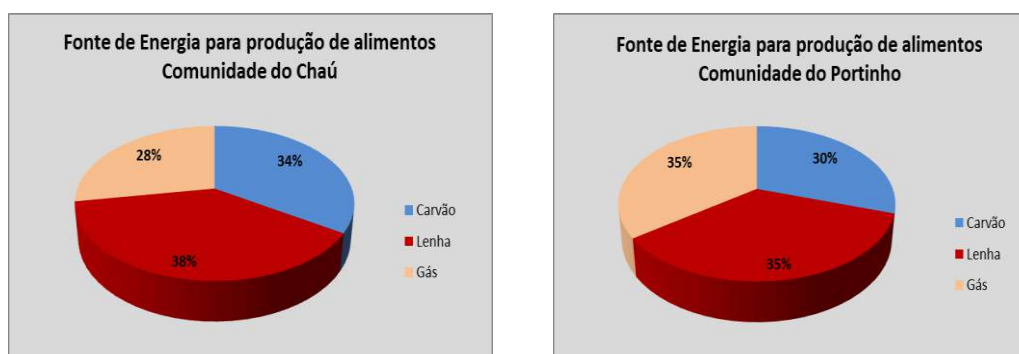
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.7.2 Fontes de Energia

Existe abastecimento regular de energia elétrica nas comunidades do Chaú e Portinho, cujo consumo é pago para a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A, com dois níveis de tensão nominal de 127 e 220 volts. De classificação residencial pleno - monofásico, de grupo e subgrupo de tensão: B/B1, com tipo de tarifa rural monômnia e tensão nominal (v) 127 volts, monofásico, para as residências e tensão nominal de 220 volts, trifásica para a rede mestre que se encontra à beira das estradas. Não foram relatados problemas ou reclamações relacionadas ao abastecimento de energia elétrica nas localidades.

Quando perguntados sobre a energia utilizada para produção de alimentos, com base na figura 36, lenha e carvão correspondem às fontes mais utilizadas, conjuntamente, quando comparado com o gás de cozinha.

Figura 36. Fontes de energia utilizadas para produção de alimentos nas comunidades.

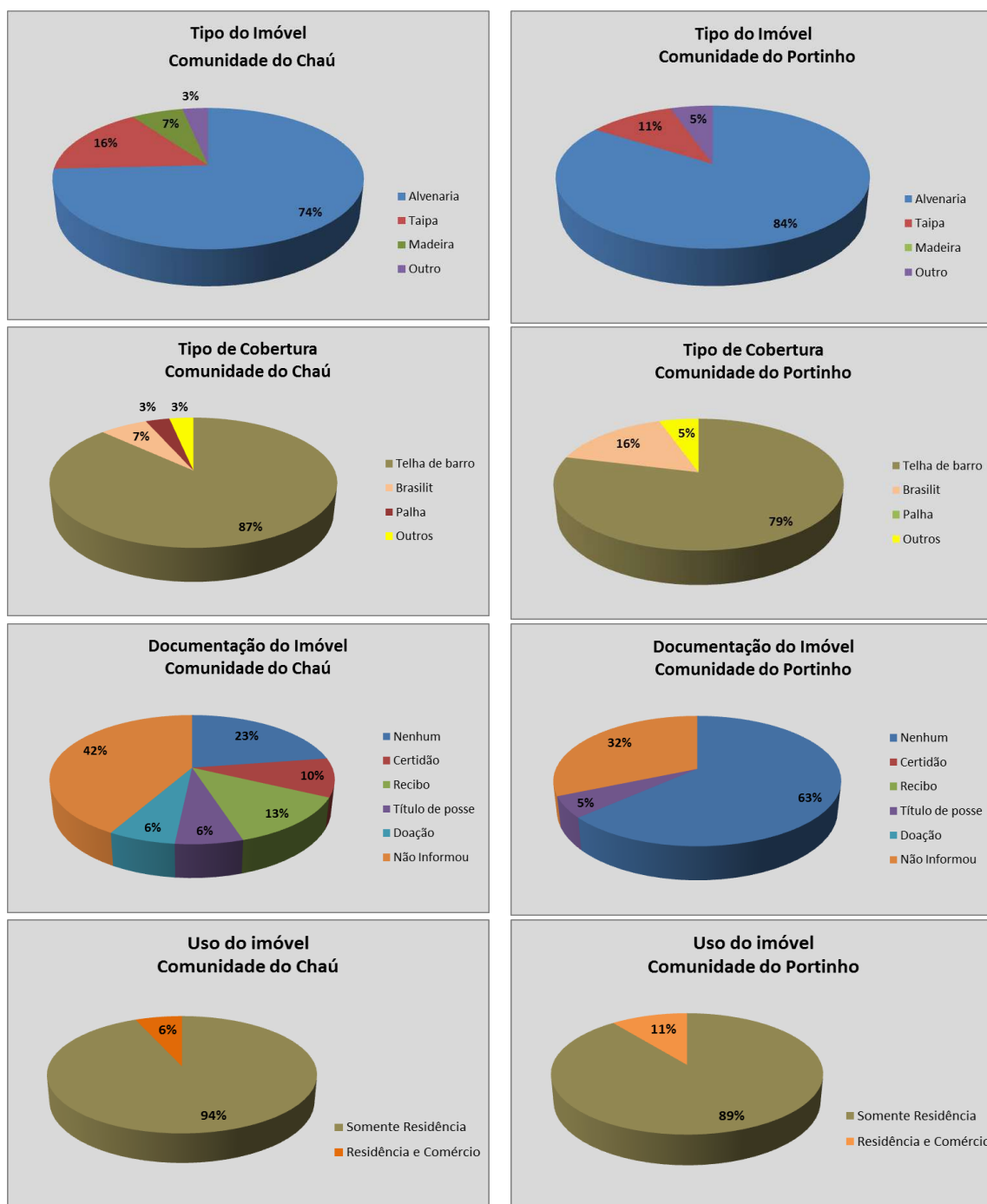


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.7.3 Aspectos relacionados aos imóveis

Em relação aos imóveis visitados, foram obtidas informações, a partir dos questionários, relacionadas aos materiais usados na construção (paredes e telhado), situação (próprio, alugado ou cedido), documentação e tipo de uso (moradia e/ou atividade produtiva). Destacam-se alvenaria e taipa (ou pau-a-pique, que é um sistemas de vedação que tem como princípio básico o uso de argila associada a uma estrutura em madeira para formar as paredes de uma edificação) como os materiais mais utilizado para construção dos imóveis; como cobertura, telha de barro e telha de fibrocimento (popularmente conhecida como "brasilit"); imóvel em sua grande maioria próprios; sobre documentação, a maioria dos moradores não tem nenhum tipo de documento de posse; e sobre o uso do imóvel, foram encontrados usos somente residenciais e usos residenciais e comerciais (Figura 37).

Figura 37. Características dos imóveis visitados nas comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

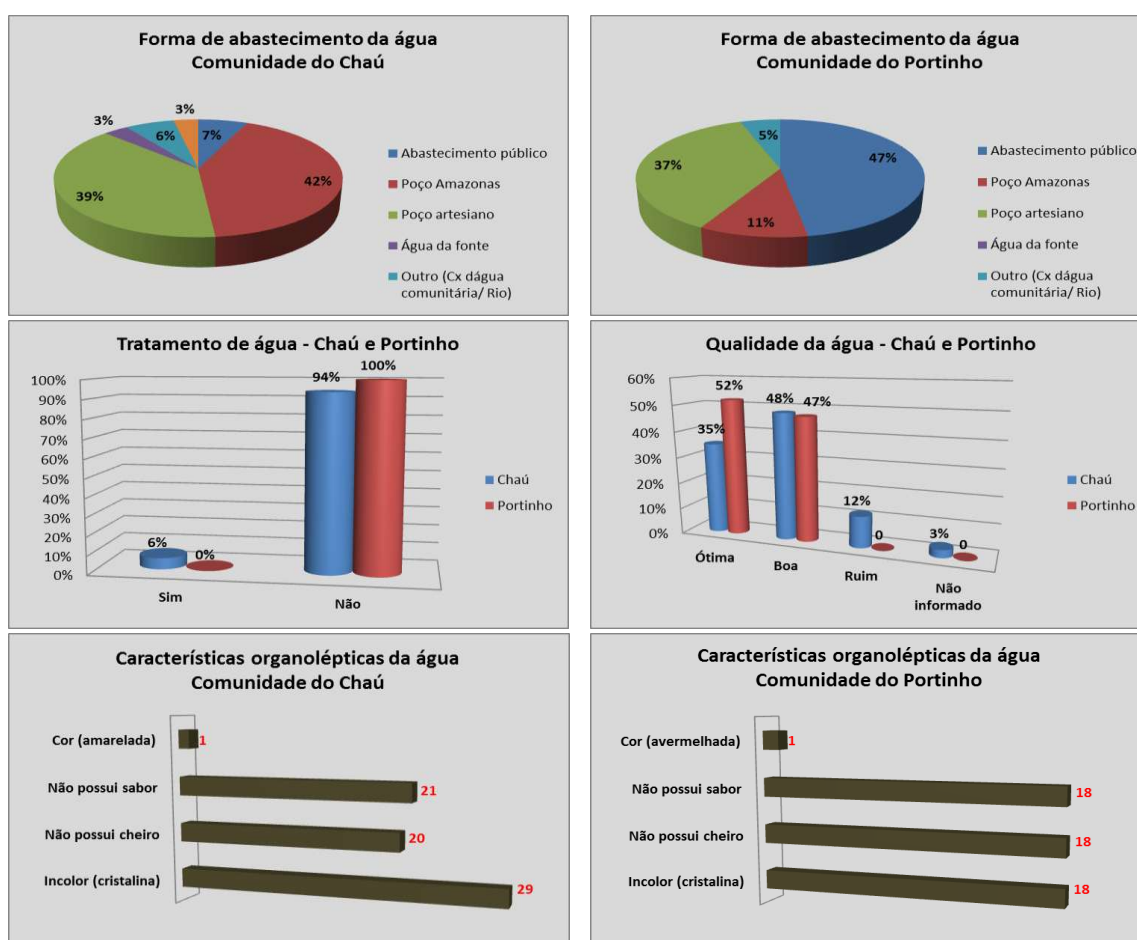
6.2.7.4 Abastecimento de água

Sobre questões relacionadas ao abastecimento e consumo de água pelas comunidades, a pesquisa investigou aspectos sobre a forma de captação, tratamento realizado, qualidade da água e características organolépticas. Em geral, nas comunidades não há sistemas abrangentes de tratamento de água. Com exceção da comunidade do Portinho, na qual 47% dos entrevistados afirmaram haver abastecimento público, as demais edificações, de ambas as comunidades, não

dispõem de abastecimento público de água, sendo este abastecimento feito de forma particular através de poço artesiano ou “amazonas”, ou proveniente da água dos diversos igarapés que existem na região.

De acordo com os dados, observa-se que a captação através de poços (artesiano e “poço amazonas”) representa a principal fonte de água para as comunidades do Chaú e Portinho. A grande maioria das residências não faz nenhum tipo de tratamento de água, entretanto considera a qualidade da água entre ótima e boa. Sobre as características organolépticas, onde os entrevistados puderam assinalar mais de uma característica, somente 02 (dois) entrevistados afirmaram que água possui coloração amarelada e avermelhada, nas comunidades do chaú e portinho, respectivamente (Figura 38).

Figura 38. Aspectos relacionados ao abastecimento e consumo de água nas comunidades.



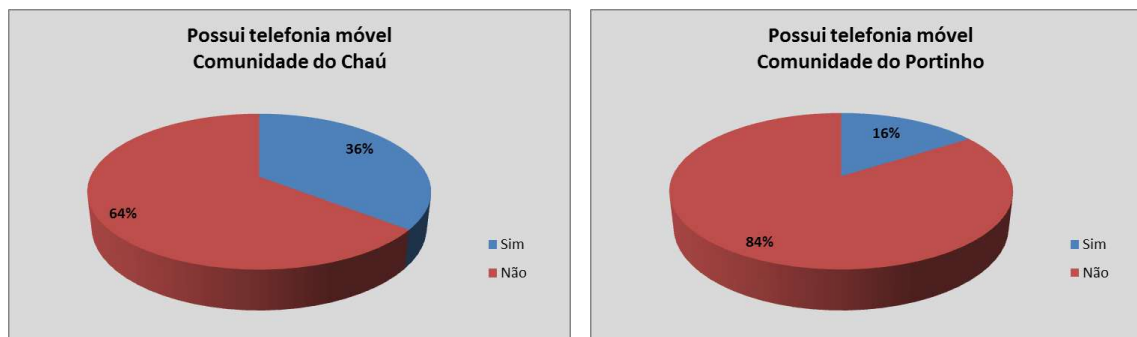
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.7.5 Comunicação: telefonia celular e internet

A comunicação nas comunidades do Chaú e Portinho por telefone celular é bastante difícil, em função do sinal de operadoras ser de péssima qualidade. Nesse contexto, a grande maioria dos moradores não possui telefone próprio, ficando a comunicação devendo ser feita exclusivamente de forma presencial (Figura 39). Além

disso, os entrevistados afirmaram não possuir acesso à internet, estando totalmente à margem do processo de transformação digital que o país vem passando para a digitalização dos serviços públicos.

Figura 39. Serviço de telefonia móvel nas comunidades.



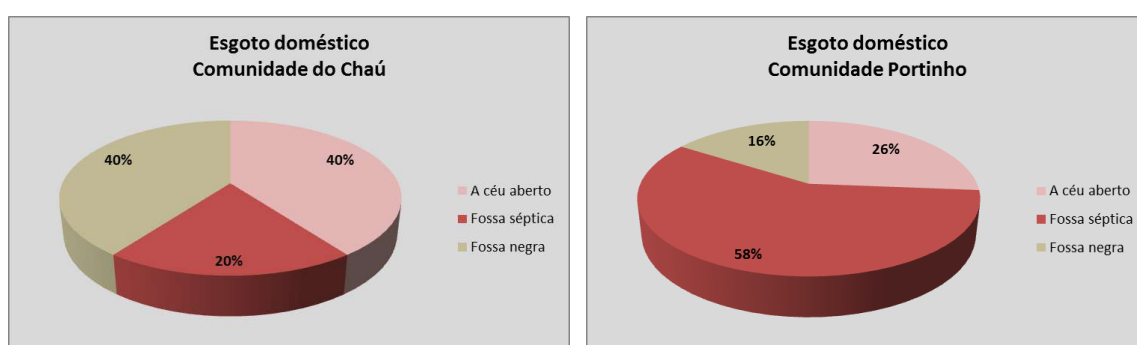
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

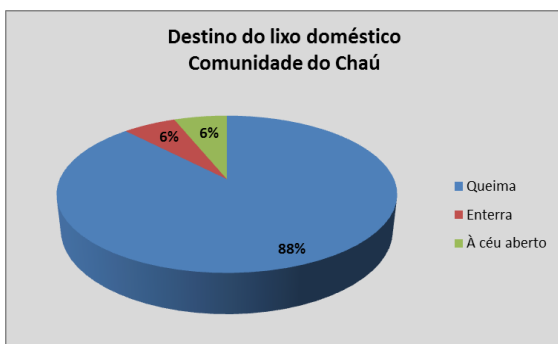
6.2.7.6 Esgoto e lixo doméstico

A pesquisa apontou que não há sistemas abrangentes de tratamento de esgoto doméstico por parte do poder público. Na área estudada, em geral, os banheiros são popularmente conhecidos como “sintina”, “retrete”, “fossa sanitária”, construídos de forma suspensa. De acordo com os entrevistados, os efluentes sanitários são depositados em fossas sépticas, fossas negras e à céu aberto. No caso da fossa negra e à céu aberto, os dejetos são depositados diretamente no solo, sem nenhum tipo de impermeabilização contra a infiltração (Figura 40).

Sobre o lixo doméstico produzido pelas famílias, a grande maioria dos entrevistados afirmou realizar a queima desses resíduos, prática comum em áreas rurais onde não há coleta regular.

Figura 40. Aspectos relacionados a destinação de esgoto doméstico.



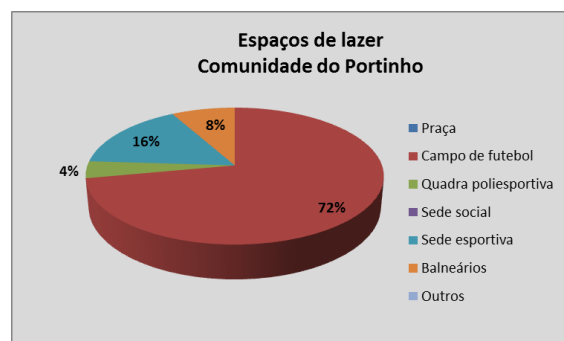
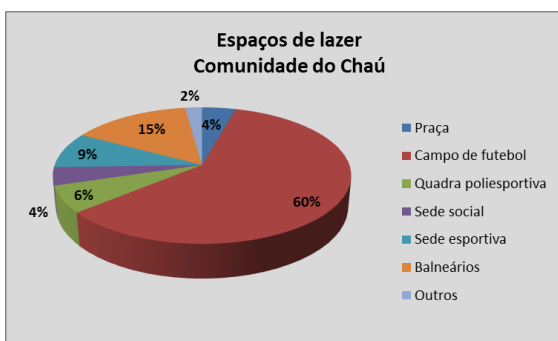


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.7.7 Espaços de lazer

De acordo com os entrevistados, nas comunidades do Chaú e Portinho, os espaços de lazer utilizados pelos moradores são: Campo de futebol, balneários, praças, quadra poliesportiva, sede social e sede esportiva (Figura 41).

Figura 41. Espaços de lazer nas comunidades.

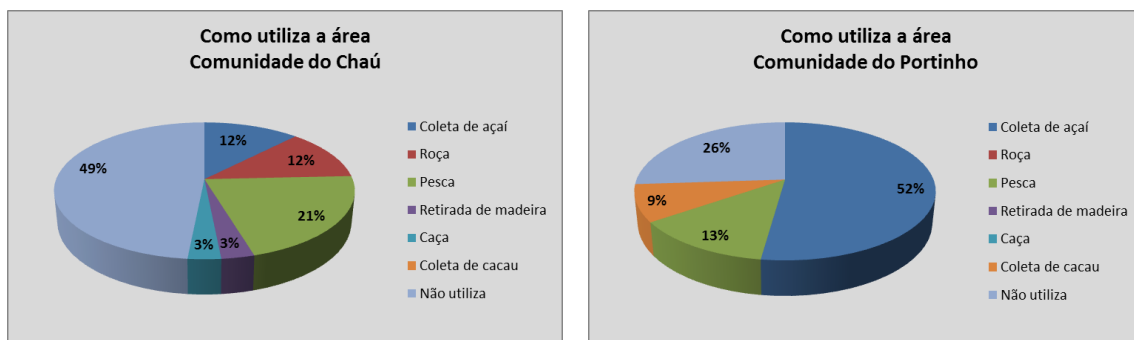


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.2.7.8 Utilização da área

Os entrevistados também foram questionados sobre a forma de utilização da área destinada à criação da UC, de forma geral, em relação aos aspectos econômicos, sociais e culturais. Destacam-se atividades como o extrativismo de açaí, pesca, roça, retirada de madeira, caça e coleta de cacau, além daqueles que afirmaram não ter relação com a área (Figura 42).

Figura 42. Formas de utilização da área destinada a criação de UC.



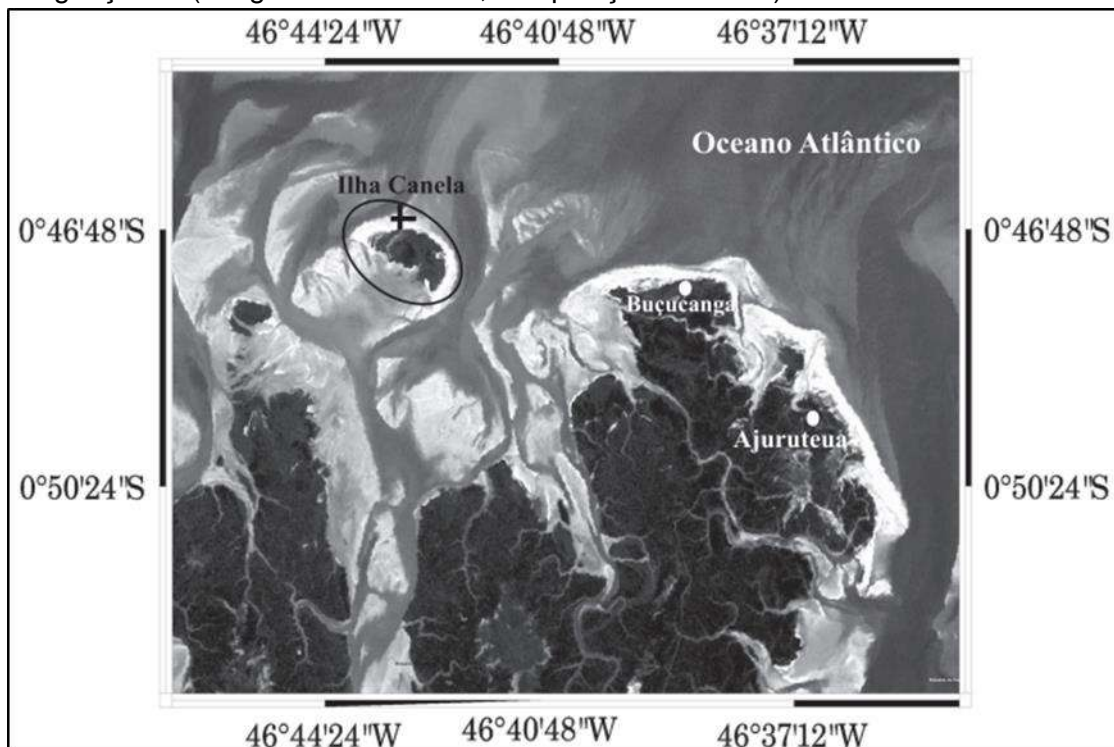
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.3 Caracterização da área de estudo 02: Ilha Canela

6.3.1 Contextualização e localização

A Ilha Canela ($00^{\circ}46'45''-00^{\circ}47'06''\text{S}$ e $46^{\circ}41'02''-46^{\circ}43'04''\text{W}$) é uma pequena ilha litorânea com cerca de 5 km^2 de extensão pertencente ao município de Bragança, do qual dista 30 km em linha reta e 10 km da sua costa, sendo banhada por águas atlânticas e pela bacia vertente do rio Taperaçú (Figura 43).

Figura 43. Mapa de localização da Ilha Canela, na zona costeira do município de Bragança-PA (Imagem TM-Landsat 5, composição 1R2G3B).



Fonte: Adaptado de SOUZA et al. (2008).

Encontra-se inserida na Planície Costeira Bragantina, Nordeste do Estado do Pará, a qual abrange a faixa costeira do município de Bragança, região que se estende da ponta do Maiaú até a foz do rio Caeté ($00^{\circ}46'00''-1^{\circ}00'00''\text{S}$ e $46^{\circ}36'00''-46^{\circ}44'00''\text{W}$), perfazendo uma área de aproximadamente 1.570 km^2 (Souza Filho e El-Robrini, 1996).

O clima da região é úmido, megatérmico com temperaturas médias do ar superior a 25°C e precipitação anual de 2.500 mm a 3.000 mm (Martorano et al. 1993), com um período seco de agosto a dezembro e uma estação chuvosa de janeiro a julho, que representa mais 90% da precipitação total anual (Moraes et al. 2005).

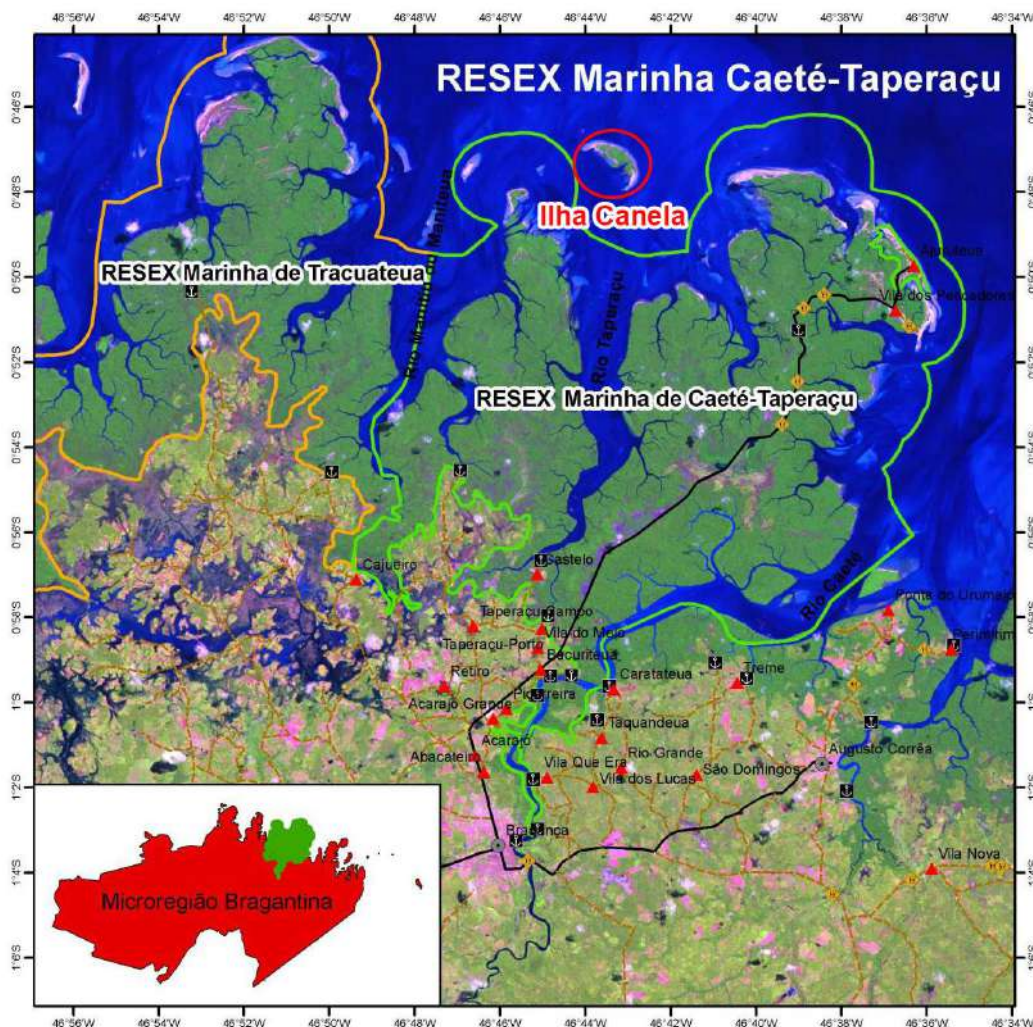
A ilha Canela é cercada por uma área de superfícies arenosa e lamosa-arenosa, as quais são influenciadas pelas marés. Sua vegetação é predominantemente formada pela floresta de mangue jovem, com o domínio da espécie *Rhizophora mangle* Linneus, abrigando inúmeras espécies de aves marinhas

e funcionando como local de descanso e reprodução para uma numerosa população de guarás (*Eudocimus ruber* Linnaeus) o que a fez ser considerada uma Área de Proteção Ambiental (Schorries & Gorayeb, 2001).

A península Bragantina é uma área caracterizada como de grande importância para aves migratórias no Brasil (ABDALA, 2012). Segundo os estudos da Rede Hemisférica de Reservas de Aves Praieiras (RHRAP), um sítio singular e de maior abundância de aves costeiras foi o Lombo Grande na Ilha Canela. A espécie que mostrou maior abundância foi o maçariquinho (*Calidris pusilla*). Há uma riqueza de espécies distribuídas na Ilha de Canelas, com moderados contingentes da gaivota (*Leucophaeus atricilla*) na praia do Maciel. A Ilha é também conhecida pelas altas concentrações do guará (*Eudocimus ruber*), espécie residente que usa a ilha como sítio reprodutivo (ABDALA, 2012). Muitas áreas na costa são habitadas e há uma tendência de aves evitarem sítios muito povoados.

Destaca-se que, apesar de estar próxima geograficamente, não faz limite direto com as áreas das UC's federais RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu e RESEX Marinha de Tracuateua, de acordo com o Plano de Manejo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu vol.I – Diagnóstico (ABDALA, 2012). Entretanto, se considerarmos todas as confrontações, mesmo aquelas de forma indireta (apenas proximidade, sem limite físico), tem-se: ao norte: Oceano Atlântico; ao sul: Oceano Atlântico, Resex Marinha Caeté-Taperaçu (indireto), Zona Prioritária para Conservação (ZPC) da Resex Marinha Caeté-Taperaçu (indireto), Rio Taperaçu (indireto); ao leste: Oceano Atlântico, Zona Prioritária para Conservação (ZPC) da Resex Marinha Caeté-Taperaçu (indireto); à oeste: Oceano Atlântico, Zona Prioritária para Conservação (ZPC) da Resex Marinha Caeté-Taperaçu (indireto) e Resex Marinha de Tracuateua (indireto) (Figuras 02 e 03).

Figura 44. Mapa de localização das Reservas Extrativistas Federais e da Ilha Canela, Bragança-PA.



Fonte: Adaptado de ABDALA (2012).

Em 29 de outubro de 1997, em Bragança-PA, foi sancionada a Lei Municipal N°3280 de 29/10/1997 (Apêndice 01), a qual destaca no seu Art. 1º “Fica declarada “Área de Proteção Ambiental Permanente”, pelo Município de Bragança a “Ilha do Canela”, Ilha marítima de propriedade da União, localizada no litoral Norte do País, no prolongamento dos limites territoriais e jurisdicionais do Município de Bragança”. A lei ainda trouxe uma série de regras e restrições para uso e ocupação do território, como: a proibição de construção de imóvel, com utilização de material de qualquer espécie, exceto para nativos da ilha com finalidade de moradia; atividades turísticas na Ilha passam a ser disciplinadas pela Prefeitura Municipal de Bragança; A Prefeitura Municipal de Bragança assegurará a visita à Ilha do Canela, pelo menos uma vez por mês de membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA; entre outros.

Entretanto, tomando-se como referência a Lei Federal N° 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a nomenclatura utilizada para a Ilha Canela não encontra definição no

supracitado sistema. Dessa forma, necessita ser recategorizada com base no SNUC, cumprindo todos os estudos técnicos e procedimentos obrigatórios para criação de Unidade de Conservação da Natureza, no âmbito municipal.

Dessa forma, o IDEFLOR-Bio, em parceria com a Prefeitura de Bragança e Secretaria de Meio Ambiente de Bragança, realizou diversos estudos técnicos para elaboração dos diagnósticos ambientais da Ilha Canela. Na ocasião, serão apresentados os resultados do diagnóstico socioeconômico e da situação fundiária.

6.3.2 Características da População da Ilha Canela

As informações populacionais apresentadas a seguir, referente às pessoas encontradas na Ilha Canela, representam dados amostrais baseados em pesquisa de campo de expedição realizada no ano de 2021, pelos técnicos do IDEFLOR-Bio e SEMMA-Bragança. Além de pesquisa de campo, também foram obtidas informações secundárias, como artigos científicos, documentos do ICMBio e informações de imagens de satélites, para apoio na identificação e mapeamento dos locais de interesse.

A coleta de informações consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas com perguntas fechadas e abertas, e observação direta, abordando a história da comunidade relatada pelos entrevistados. Essa técnica permite momentos na realidade da comunidade através da convivência com os membros do grupo e da interação em suas atividades diárias, reconhecendo o estilo de vida, ideias e motivações dos membros da pesquisa (AMOROZO e VIERTLER, 2010).

As entrevistas foram realizadas com uma amostra de 7 entrevistados, conduzidas na residência dos próprios entrevistados e ocorreram, com uma pessoa da família que estivesse no local e que possuía informações a respeito daquele grupo familiar independente do sexo, desde que fosse maior de 18 anos.

6.3.2.1 População

Na expedição ocorrida em 2021, foram observadas aproximadamente 28 construções do tipo “rancho de pesca”, em sua maioria desocupados. Dessa forma, foram visitados 7 imóveis, os quais eram os únicos com moradores na ocasião da visita. Em todos os domicílios foi realizada a aplicação dos questionários, totalizando um universo de 19 pessoas, identificadas através de suas condições socioeconômicas (Tabela 45).

Tabela 45. Número de famílias e pessoas da área de estudo.

Ilha Canela			
Imóveis Visitados	Famílias Entrevistadas	População da Pesquisa	Número médio de pessoas por família
7	7	19	2,7

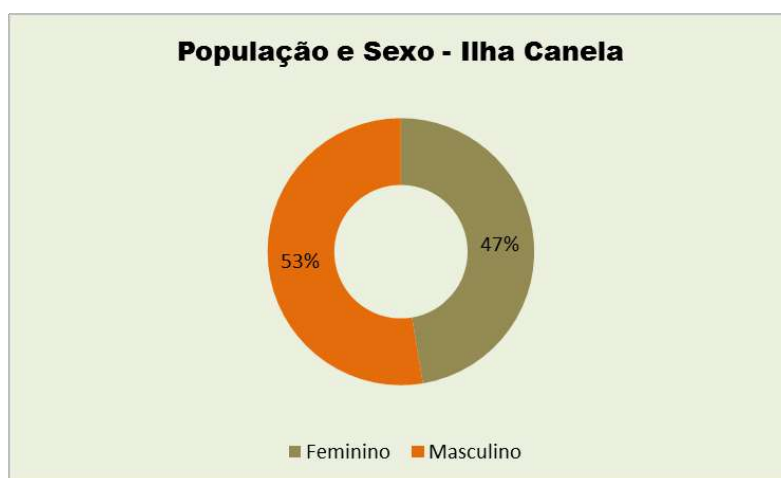
Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Em geral, as construções observadas na Ilha Canela, caracterizadas como “ranchos de pesca”, possuem ocupação em caráter sazonal (temporário), sendo utilizados como estrutura de apoio para realização da pesca artesanal na região. Tem como finalidade a guarda de barcos e canoas de pesca, quando couber, petrechos e demais equipamentos necessários para exercer a atividade de pesca artesanal, garantindo condições dignas de trabalho.

6.3.2.2 Sexo

De acordo com os dados amostrais da pesquisa de campo, conforme a Figura 45, a população do sexo masculino representa 53%, enquanto do sexo feminino 47%.

Figura 45. Divisão por sexo da população da Ilha Canela.

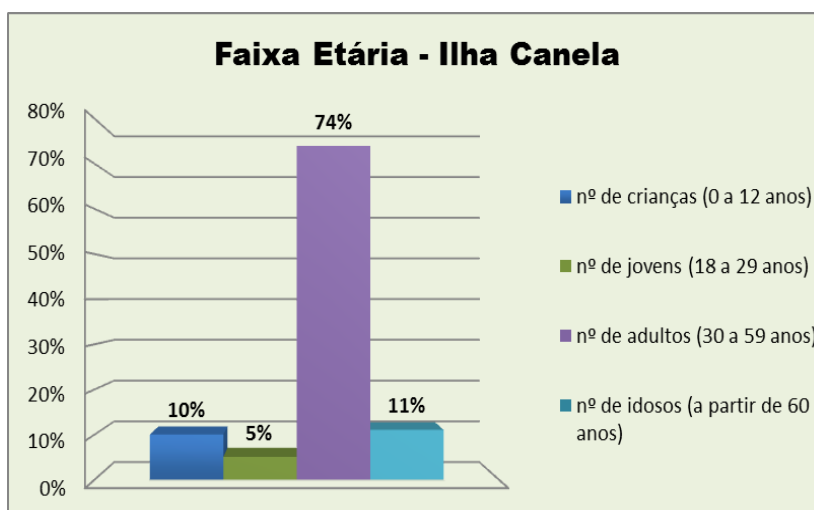


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.3.2.3 Faixa Etária

Quanto a faixa etária da população, podemos observar na Ilha Canela que 74% são adultos (30 a 59 anos), 11% são idosos (60 anos ou mais), 10% são crianças (0 a 12 anos), de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente e, por fim, 5% estão na faixa etária dos jovens (18 a 29 anos). Não foram encontrados indivíduos com idade entre 13 e 17 anos, classificados como adolescentes (Figura 46).

Figura 46. Faixa Etária da População amostrada.

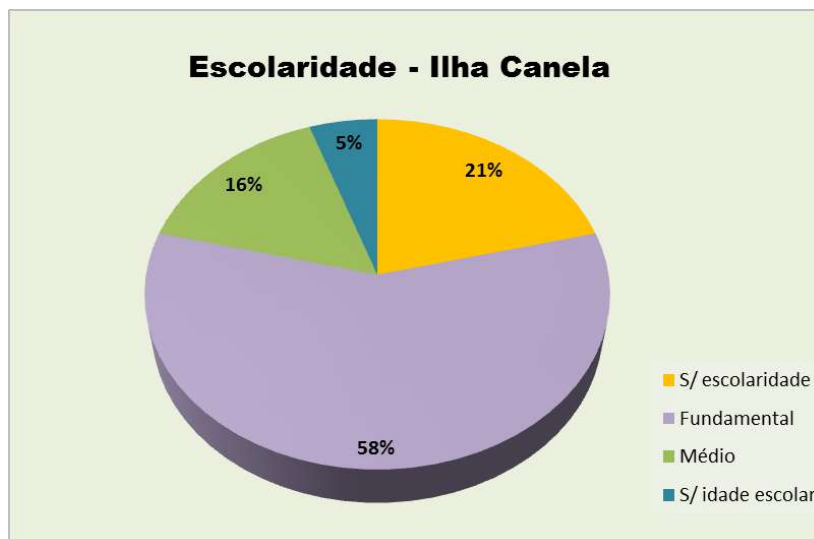


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.3.2.4 Escolaridade

Em relação à escolaridade, o estudo identificou que 58% dos moradores possuem o nível fundamental, 21% não possuem escolaridade, 16% possuem ensino médio e 5% estavam sem idade escolar (Figura 47).

Figura 47. Nível de Escolaridade da População amostrada.

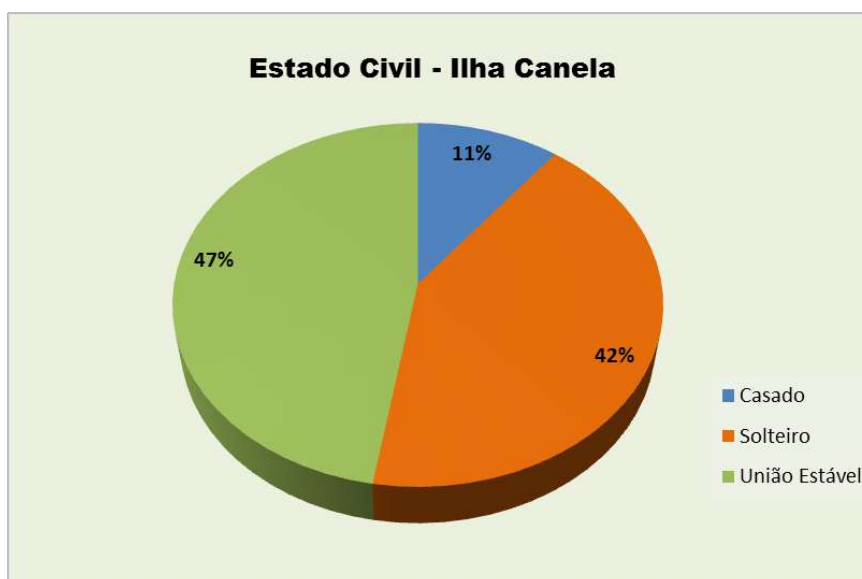


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.3.2.5 Estado Civil

Quanto ao estado civil, a pesquisa apontou que 42% dos entrevistados são solteiros, 47% possuem união estável e 11% são casados (Figura 48).

Figura 48. Estado Civil da população.

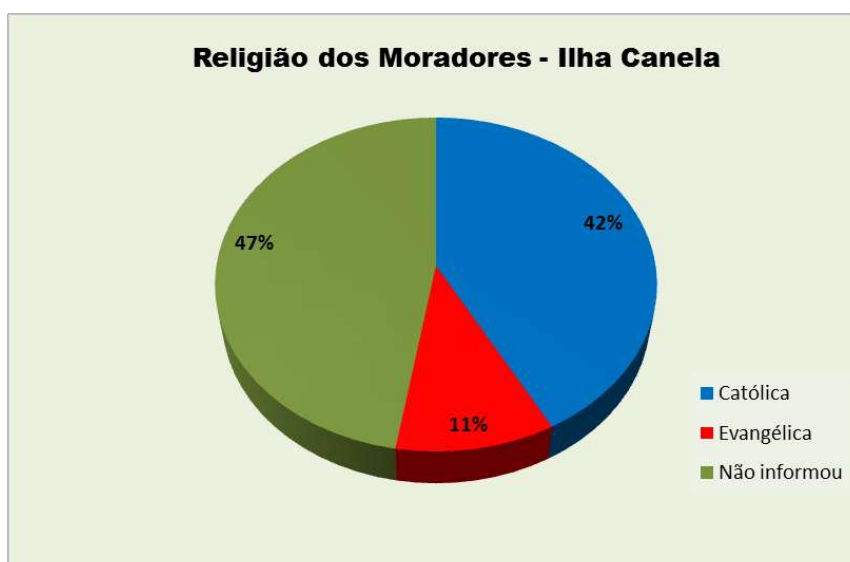


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.3.2.6 Religião

Quanto à religião dos moradores, segundo a pesquisa realizada, a maioria dos entrevistados optaram por não informar (47%), enquanto que 42% afirmaram seguir a religião católica e 11% a religião evangélica (Figura 49).

Figura 49. Religião da população entrevistada.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.3.3 Padrão de Ocupação: origem dos moradores, tempo de residência e intenção de se mudar.

A pesquisa também levantou informações sobre a origem dos moradores, tempo de residência no local e pretensão de mudança para outro lugar, os quais representam dados importantes no planejamento desses núcleos populacionais e quais medidas deverão ser tomadas após a criação da Unidade de Conservação da Natureza, para melhoria da qualidade ambiental dos locais.

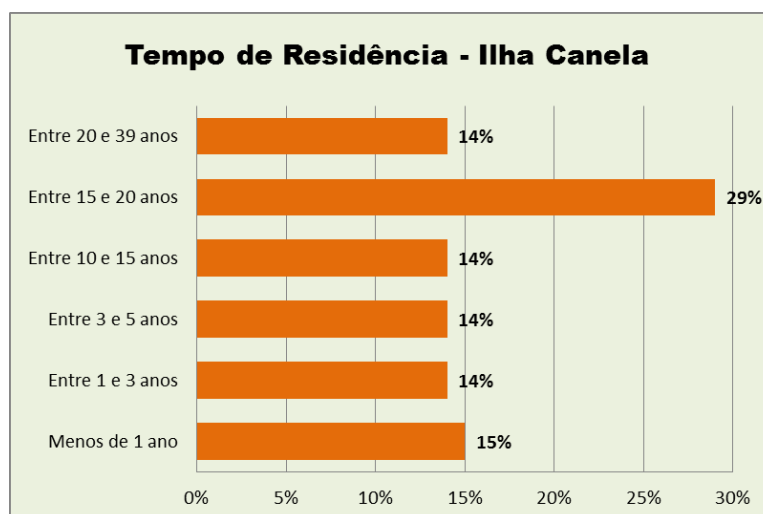
6.3.3.1 Origem dos moradores

De acordo com os dados amostrais, a origem dos moradores está dividida entre Bragança (29%), Maranhão (14%), Santarém (14%), sendo que alguns optaram por não informar (43%).

6.3.3.2 Tempo de Residência no Local

Verificou-se que o tempo de residência dos moradores da Ilha Canela apresentam certa variação, que vai desde 1 ano ou menos de residência até 39 anos, como pode ser visualizado na figura 50.

Figura 50. Tempo de residência da população entrevistada.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.3.3.3 Pretensão de mudança para outro lugar

A pesquisa também demonstrou que os entrevistados, em sua grande maioria (86%), afirmaram que não pretendem se mudar da Ilha Canela.

6.3.4 Aspectos Sociais: educação, saúde, segurança alimentar, organização social, violência e problemas mais citados

6.3.4.1 Educação

Constatou-se através dos levantamentos sobre o acesso às escolas mais próximas da Ilha Canela foram mencionadas, as que se situam no povoado do Porto Castelo e Vila Taperaçú, entre elas estão: E. M. E. I. F. Prof.^a MARIA AUGUSTA CORREA DA SILVA, localiza-se na vila do Porto Castelo, possui turmas do ensino infantil, fundamental até o 5º ano; E. M. E. I. F. YOLANDA PEREIRA DA SILVA, localiza-se na Vila de Taperaçú Porto, cerca de 3 a 4 km da comunidade, possui turmas de ensino médio de 1º ao 5º ano; E. M. E. I. F. Prof. RAIMUNDO FERREIRA, LOCALIZA-SE NA Comunidade Acarpará, Taperaçú Campo, cerca de 3 km da comunidade e tem Ensino Infantil e Fundamental até o 5º ano; e a E. M. E. I. F. Brasileiro Felício da Silva, localizada cerca de 3 a 4 km da comunidade e tem Ensino Infantil e Fundamental até o 5º ano.

6.3.4.2 Saúde

O acesso à saúde básica para os moradores da Ilha Canela é realizado em geral na UBS Acarpará, localizada na Comunidade do Acarpará – meio rural do município de Bragança/Pará.

A Ilha de Canela foi integrada recentemente (meados de 2019) ao território da equipe de Saúde da Família Acarpará, contando com aproximadamente 50 pessoas distribuídas em 15 moradias classificadas como rancho (casas de madeira, semelhante a palafitas). Não há profissionais da saúde de forma permanente nesse local, os atendimentos de saúde acontecem dentro de um cronograma, a cada dois meses. As idas a essa ilha são programadas e articuladas entre Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Pesca.

Os profissionais da equipe de Saúde da Família Acarpará possuem vínculos empregatícios diversos, sendo: Enfermeiro 01, técnica de enfermagem, dentista, auxiliar de saúde bucal, equipe de apoio (vigia, serviços gerais, auxiliar administrativo) são temporários; Médica é integrante do Programa Mais Médicos e; Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e enfermeiro 02 possuem vínculo efetivo.

Em relação às doenças mais frequentes na Ilha Canela que requerem constante atendimento, destaca-se (doenças e agravos): Tabagismo, doenças crônicas (Hipertensão, Diabetes), uso abusivo de álcool e outras drogas, sintomas relacionados à doenças do estômago e problemas de saúde bucal. Não existem registros de mortalidade materna, nascidos vivos, mortalidade infantil e mortalidade em geral na Ilha Canela, em relação ao ano de 2020.

Por conta do acesso, os atendimentos emergenciais são encaminhados diretamente para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h. No caso, se for necessário realizar internação, o usuário é encaminhado para a rede hospitalar de Bragança (Hospital Santo Antônio Maria Zacaria, Hospital Geral de Bragança e Hospital das Clínicas de Bragança). Os atendimentos de rotina ou casos de urgência sem risco maior são feitos na UBS Acarpará. Não há ambulância exclusiva para a UBS Acarpará, quando necessário, é acionado o Setor de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde.

Sobre o tipo de transporte utilizado, nos atendimentos de rotina são utilizadas embarcações de pequeno porte com motor. Nos casos de urgência o transporte é feito

de barco até os portos mais próximos (Porto do Castelo, aproximadamente 22 km) e daí até a UBS Acarpará ou UPA 24h.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a responsabilidade em executar os serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) é de responsabilidade do município, sendo que o custeio para manter as equipes de Saúde da Família e conseqüentemente as estruturas físicas das Unidades Básicas de Saúde (UBS) é advindo do Governo Federal com contrapartida dos municípios (PNAB; BRASIL, 2017).

A UBS Acarpará, inaugurada no ano de 2013, possui uma equipe de Saúde da Família que tem como particularidade a tipologia Ribeirinha, considerada uma ação estratégica do Ministério da Saúde no contexto da Atenção Primária à Saúde, sendo assim ela possui um enfermeiro a mais na equipe, justamente para ajudar no atendimento das áreas mais distantes sem deixar o serviço da UBS pendente, totalizando dois enfermeiros em uma equipe de saúde da família.

Neste ano de 2022, a ESF adentrou no Programa Planificação SUS (fase de expansão), o qual tem como objetivo a organização dos processos de trabalho da APS, por meio de um suporte educacional e intervenções da gestão municipal, fomentando a formação permanente de todos os profissionais da equipe, assim como buscando a melhoria dos serviços (estrutural, recursos humanos, insumos, equipamentos, oferta de serviços, entre outros) visando a resolutividade da APS no território e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O ponto de apoio da ESF Acarpará para a Ilha de Canela é a comunidade do Castelo (que já foi uma ilha, com o tempo foram aterrando o local), distante aproximadamente 10 km da comunidade do Acarpará. A localidade do Castelo dispõe de dispositivos como escola, igreja católica e evangélica, porto para embarque e desembarque de embarcações de pequeno porte. Ressalto que a Ilha de Canela tem sua acessibilidade totalmente dependente da dinâmica da maré e isso dificulta alguns atendimentos emergenciais de saúde aos moradores.

Nas idas de rotina dos profissionais da ESF Acarpará são disponibilizados os seguintes: imunização (em especial o esquema vacinal COVID-19), testagem rápida (HIV, hepatite B, hepatite C, sífilis e COVID-19), distribuição de preservativos, educação em saúde (saúde bucal, infecções sexualmente transmissíveis, cuidados gerais de higiene e outros), atendimento médico, atendimento de enfermagem, aferição de pressão arterial e glicemia casual, distribuição de medicamentos e hipoclorito.

Figura 50: Unidade Básica de Saúde do Acarpará (UBS Acarpará) e registro da atividade da equipe na Ilha Canela.

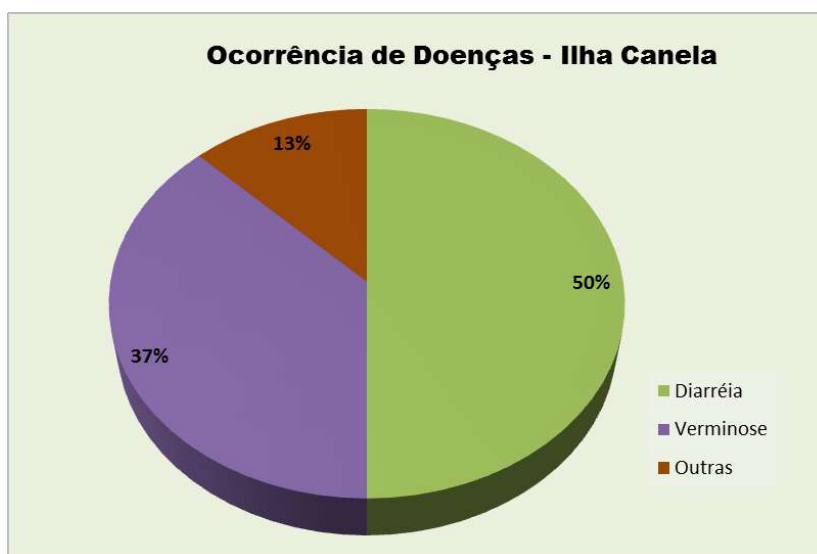


Fonte: Maricília Prestes, Nutricionista e Gerente da Atenção Primária à Saúde - meio rural de Bragança/PA / Pesquisa de Campo, 2022.

As informações acima relatadas foram disponibilizadas pela servidora Maricília Nascimento Prestes, Nutricionista e Gerente da Atenção Primária à Saúde - meio rural de Bragança/PA.

Na abordagem realizada por meio de aplicação de formulários aos residentes da ilha, os quais responderam de forma espontânea, foram identificados alguns tipos de enfermidades de ocorrência na área. Conforme a figura 51, as enfermidades citadas foram: diarreia (50%), verminose (37%) e outras (13%). Em relação à infecções por Sars-CoV-2 (Corona vírus), os entrevistados não relataram casos.

Figura 51. Doenças ocorridas nas comunidades.

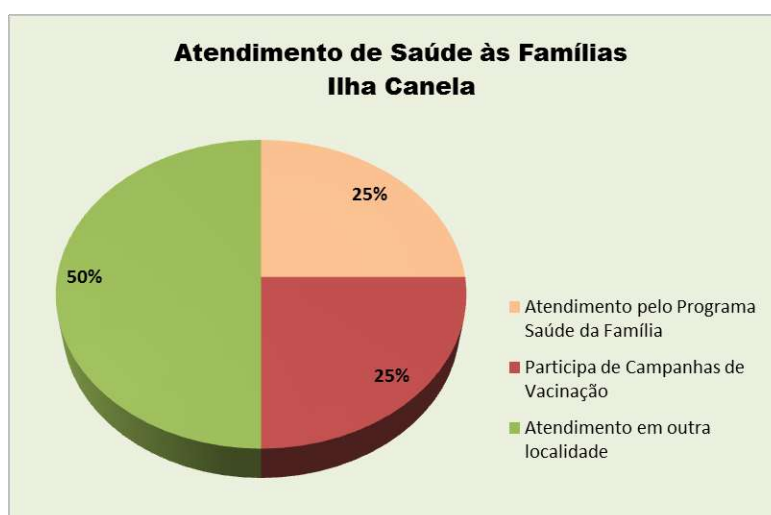


Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Em relação ao atendimento de saúde, 50% dos entrevistados relataram que ocorre somente em outras localidades, 25% relataram ter recebido visita de profissional pelo Programa Saúde da Família, enquanto os demais 25% relataram somente ter participado de campanha de vacinação, sem nenhum outro tipo de atendimento médico (Figura 52).

Dessa forma, a partir das observações e dos relatos dos moradores, o serviço de saúde é uma das principais demandas da Ilha, visto que, não há um atendimento na localidade.

Figura 52. Atendimento à saúde da população da Ilha Canela.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

6.3.4.3 Segurança Alimentar

Segundo a Lei nº 11.346, de 15/09/2006, art. 3º, a “Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

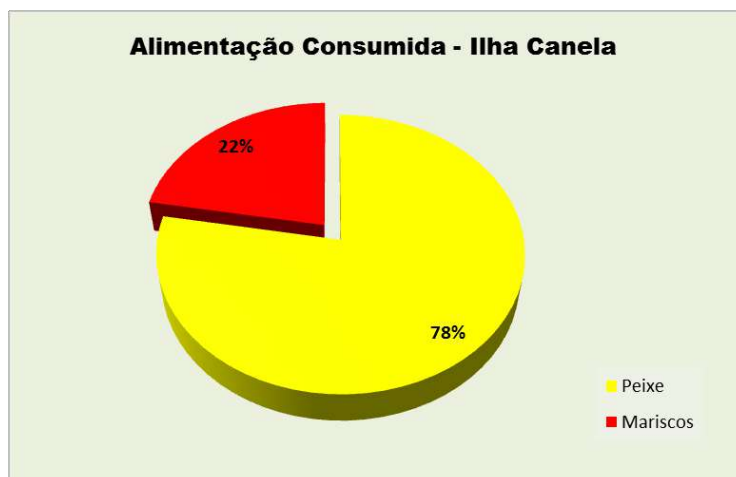
É consenso afirmar que a economia da Ilha Canela, apesar de poucos moradores, se baseia na pesca artesanal. O comércio na localidade é incipiente e não foram observados nenhum tipo de cultivo voltado para a geração de renda ou alimentação. Quando perguntado qual a alimentação mais consumida, as respostas foram peixe (78%) e marisco (22%) (Figuras 53 e 54).

Figura 53. Atividades produtivas no entorno da ilha.



Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2021).

Figura 54. Segurança alimentar da população das comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo (2021).

Na pesquisa de campo foi possível observar que os moradores da ilha realizam suas compras no centro comercial de Bragança, na comunidade de Bacuriteua e na Vila do Castelo, local onde localiza-se o Porto do Castelo (Figura 55). Não foi observado, com base nos dados levantados, relação com algum município vizinho.

Figura 55. Registros da situação atual do Porto do Castelo.



Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2021).

6.3.4.4 Organização Social

Somente 02 (dois) entrevistados relataram participar da Associação Colônia de Pescadores Z-17 de Bragança, que possui sede na Travessa João XXIII nº 984, Bairro Aldeia, Bragança - PA, CEP 68600-000. Entretanto, não foi relatado se a organização presta algum tipo de apoio aos pescadores ou se participa ativamente junto aos associados.

Figura 56. Sede da Colônia de Pescadores Z-17 de Bragança-PA



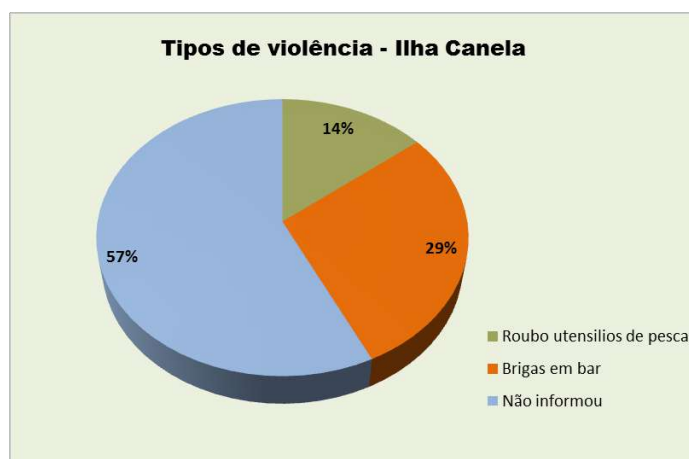
Foto: Arquivo de internet (2021).

6.3.4.5 Violência

Em que pese as definições de rural e urbano constantes na literatura vigente e longe de se basear em uma dicotomia entre o rural e o urbano, a comunidade residente na Ilha Canela é definida como rural, tanto pelas características como pela definição de rural trabalhada a partir de “três dimensões definidoras: proximidade com a natureza, ligação com as cidades e as relações interpessoais derivadas da baixa densidade populacional e do tamanho menor de suas populações, o que incorpora dinâmicas sociais e relações com o meio e assume a relação de interdependência existente entre meio rural e urbano como um pressuposto”. Assim como a definição de violência, também deve ser pautada por conflitos rurais, onde, “conflitos no campo são definidos pela CPT como assassinatos, ameaças, agressões ou prisões relacionadas a disputas por posse de terra, acesso a recursos naturais, assim como embates envolvendo relações trabalhistas, atividades ilícitas, como garimpo e extração de madeira, entre outros” (Atlas da Violência no Brasil, 2021). No ano de 2019, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes foi de 39,6% no Estado do Pará (Atlas da Violência no Brasil, 2021).

Na pesquisa realizada com os moradores, com a aplicação de formulários, 29% dos entrevistados relataram casos de violência relacionados a agressões em bares, geralmente relacionado ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, 14% relataram casos de roubo de utensílios de pesca e 57% optaram por não informar (Figura 57).

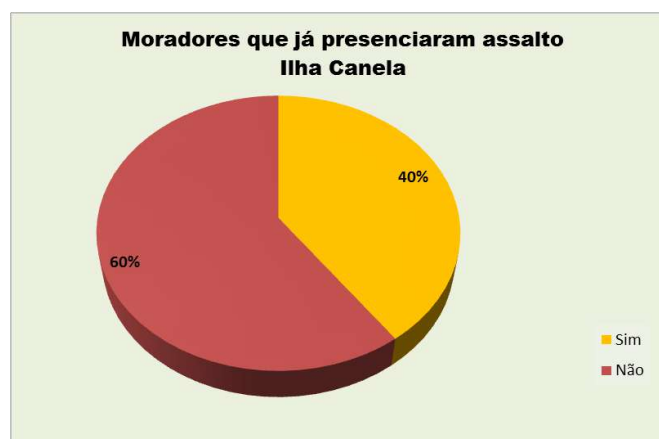
Figura 57. Tipos de violência relatados.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Quando questionado aos moradores se já tinham presenciado algum tipo de assalto na área, 40% informaram que sim (Figura 58). Apesar dos valores elevados, pelos relatos apresentados pelos moradores, foi possível inferir que os níveis de violência são baixos, o que, para muitos, não representa motivo de preocupação.

Figura 58. Moradores que já presenciaram casos de assalto nas localidades.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

6.3.4.6 Problemas mais citados

Dentre os problemas mais relatados pelos moradores da ilha, a questão do atendimento à saúde básica é unânime entre todos como o maior problema. Também foram citados como problemáticas locais a questão do transporte público, pois, de acordo com os entrevistados, deveria haver transporte gratuito oferecido pela prefeitura, limpeza pública, educação e outros (Figura 59).

Figura 59. Problemas enfrentados pela população das comunidades.

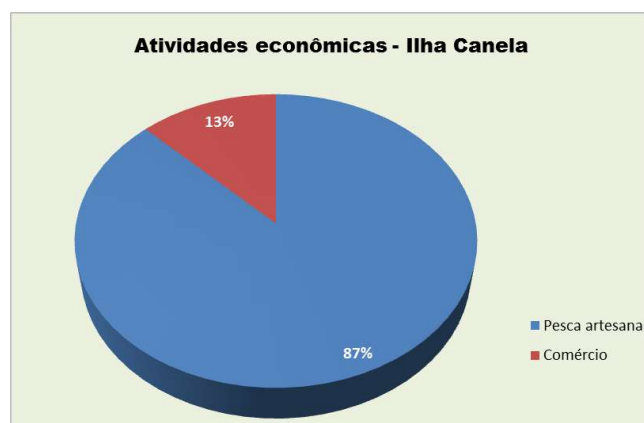


Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

6.3.5 Aspectos Econômicos

A economia predominante na Ilha Canela se pauta nas atividades de pesca artesanal, utilizando a produção de peixes e mariscos para comércio e consumo próprio. As relações sociais, culturais e econômicas dos moradores, utilização de serviços, comercialização de produtos e compras diversas são estabelecidas com o centro comercial de Bragança, na comunidade de Bacuriteua e na Vila do Castelo, local onde se localiza o porto do castelo. De acordo com os moradores, 87% das atividades econômicas referem-se à pesca artesanal e 13% para o comércio, conforme a figura 60.

Figura 60. Atividades produtivas locais.



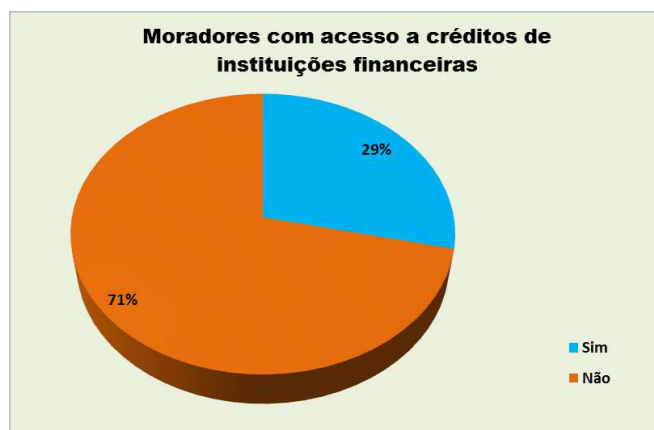
Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

6.3.5.1 Acesso ao Crédito e Renda Familiar

O acesso ao crédito e a renda familiar dos moradores também foram pesquisados, entretanto ressalta-se que, em geral, são difíceis de chegar a dados confiáveis, considerando o tempo da pesquisa e a confiança na disponibilidade de dados por parte dos entrevistados.

Segundo os dados obtidos, 71% dos moradores afirmaram já ter recebido algum tipo de crédito (Figura 61). Em relação ao tipo de crédito obtido, 100% afirmaram ter recebido empréstimo bancário.

Figura 61. Acesso ao crédito da população da Ilha Canela.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

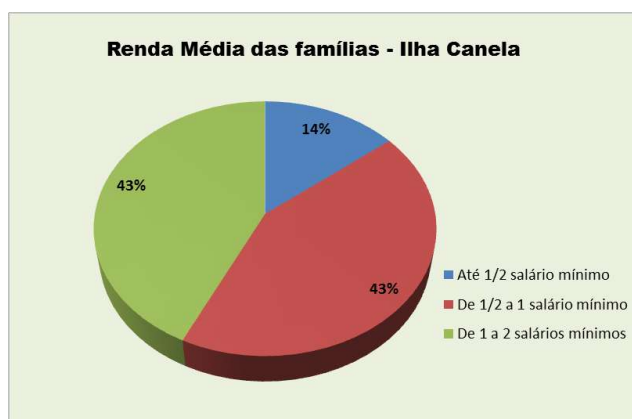
6.3.5.2 Renda Média Mensal Familiar

Quanto à renda média mensal familiar, podemos verificar que varia entre $\frac{1}{2}$ e 02 salários mínimos (Figura 62). De acordo com os entrevistados da Ilha Canela, 14% possuem renda média mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 43% entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo e 43% afirmaram receber entre 01 e 02 salários mínimos. Utilizou-se como referência o salário mínimo praticado em 2021, de R\$1.100,00.

As faixas de renda representam o total recebido pelas famílias mensalmente. Adotando o conceito de renda *per capita*, que considera o número total de pessoas por família para o cálculo, essa renda diminui ainda mais. Utilizando-se como exemplo faixa de renda que considerou quem recebe até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$ 550,00), para famílias de, em média 2,7 pessoas, a renda per capita gira em torno de R\$ 203,70.

De acordo com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) publicada no final de 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 os 5% mais pobres da população tinham uma renda per capita média de até 55 reais por mês.

Figura 62. Renda média mensal da população.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

6.3.6 Potencialidades e Problemas Ambientais

Foram observados problemas ambientais como queimadas, esta que estava ocorrendo no momento da visita dos técnicos, descarte irregular de resíduos sólidos por vários pontos da ilha, lançamento de dejetos à céu aberto, além da abertura de poços para consumo de água com baixa profundidade e sem proteção, representando risco à saúde humana (Figura 63). Cita-se também a crescente população de animais domésticos (cães), que tendem a se reproduzir sem controle, os quais, sem o devido cuidado, podem ser reservatórios de bactérias, vírus e parasitas que podem ser transmitidos para as pessoas através de lambidas ou mordidas, ou por meio da liberação do agente infeccioso em suas fezes. Cita-se como mais comuns: micoses, leptospirose, doença de *Lyme*, larva *migrans*, raiva e Infecção por *Capnocytophaga canimorsus*.

Figura 63. Problemas ambientais encontrados na Ilha Canela.





Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2021).

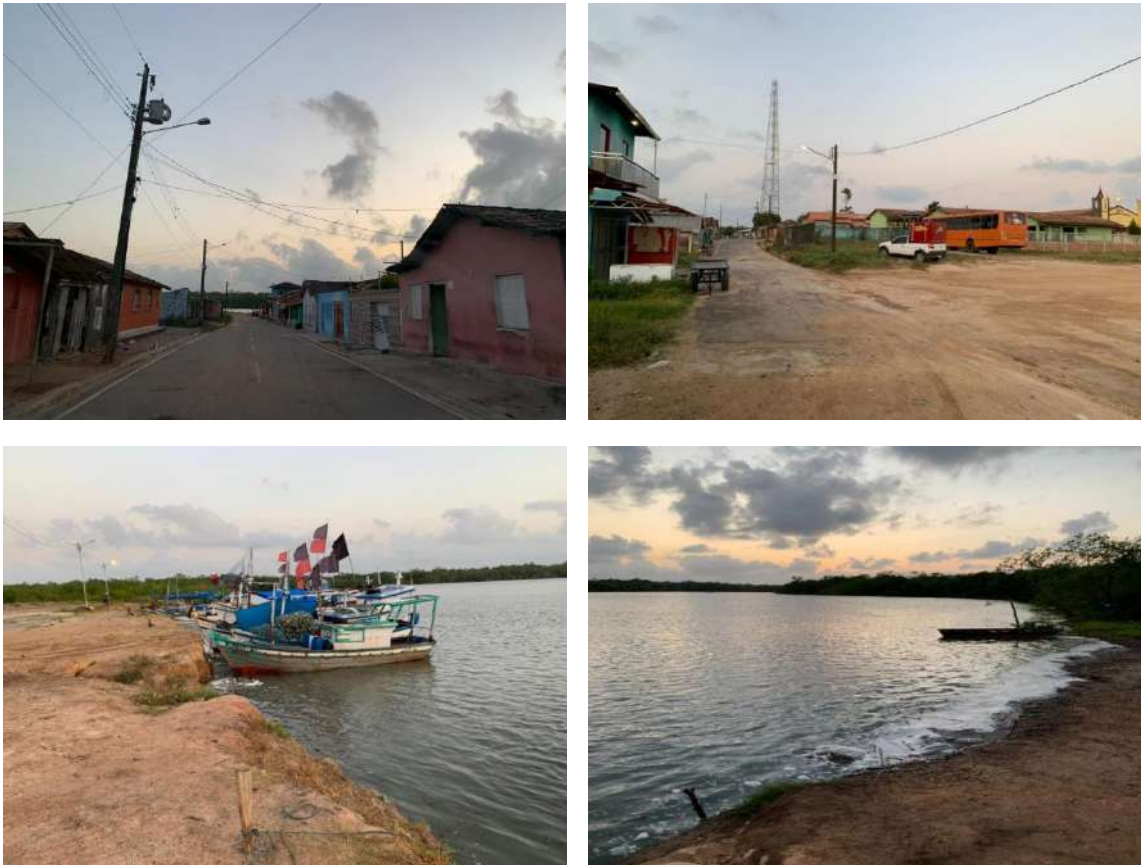
6.3.7 Infraestrutura e Saneamento Básico

6.3.7.1 Estradas, porto e meio de transportes

A estrada central que dá acesso ao Porto do Castelo, local de onde os barcos saem, é a estrada denominada de “Passagem Santos Dumont” (Figura 64). As estradas vicinais na região alternam entre asfalto e piçarra (chão) com poeira no verão e com condições ruins de trafegabilidade no inverno amazônico. O Porto do Castelo, localizado na comunidade de Vila do Castelo, não possui estrutura de embarque e desembarque e é utilizado por pequenas embarcações que realizam pesca artesanal na região, representando um local de comércio diário de peixes e mariscos. A distância entre o Porto do Castelo e o centro de Bragança-PA é de aproximadamente 15km, por via terrestre.

Não há, de acordo com a população local, transporte hidroviário regular oferecido pela prefeitura municipal, sendo este realizado exclusivamente com as embarcações privadas locais.

Figura 64. Estrada de acesso ao Porto do Castelo e estrutura local.



Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2021).

6.3.7.2 Fontes de Energia

Na ilha Canela não há abastecimento de energia elétrica. Verificou-se somente 01 (uma) residência com placa solar, porém não foi informado se estaria funcionando ou qual capacidade de geração. Pelas dimensões da área (m²) de captação da luz solar, infere-se que tenha baixa capacidade de geração de energia (Figura 65).

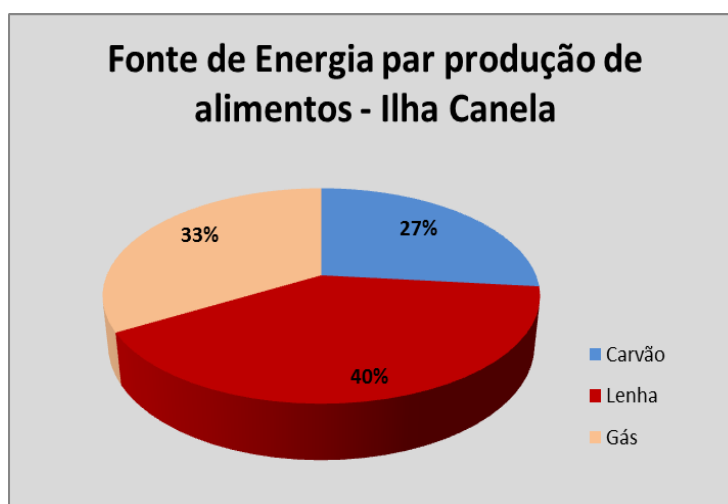
Figura 65. Instalação de placa solar na Ilha Canela.



Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2021).

Quando perguntados sobre a energia utilizada para produção de alimentos, com base na figura 66, lenha e carvão correspondem às fontes mais utilizadas, conjuntamente, quando comparado com o gás de cozinha.

Figura 66. Fontes de energia utilizadas para o preparo de alimentos.



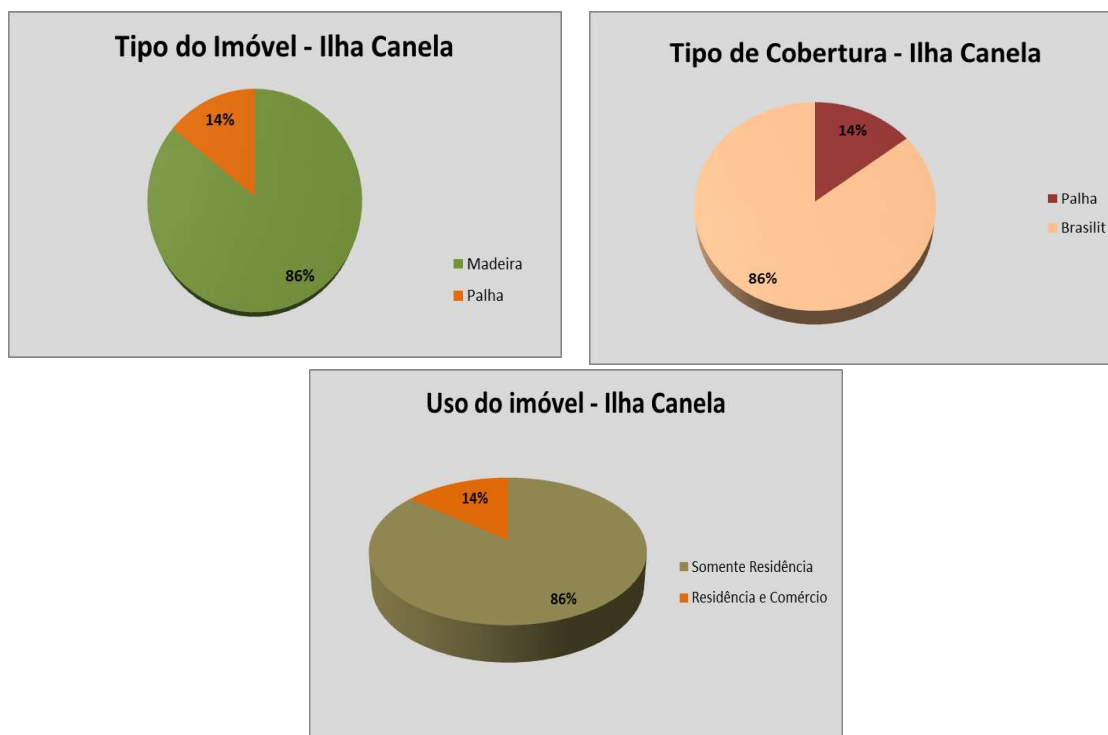
Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

6.3.7.3 Aspectos relacionados aos imóveis

Em relação aos imóveis visitados, foram obtidas informações, à partir dos questionários, relacionadas aos materiais usados na construção (paredes e telhado) situação dos imóveis, documentação e tipo de uso (moradia e/ou atividade produtiva). Destacam-se madeira e palha como os materiais utilizados para construção dos imóveis; como cobertura, telha de fibrocimento (popularmente conhecida como "brasilit") e palha; imóvel em sua totalidade próprios; sobre documentação, os

moradores não tem nenhum tipo de documento de posse ou autorização para moradia na ilha; e sobre o uso do imóvel, foram encontrados usos somente residenciais e comerciais (Figura 67).

Figura 67. Aspectos relacionados aos imóveis visitados na Ilha Canela.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

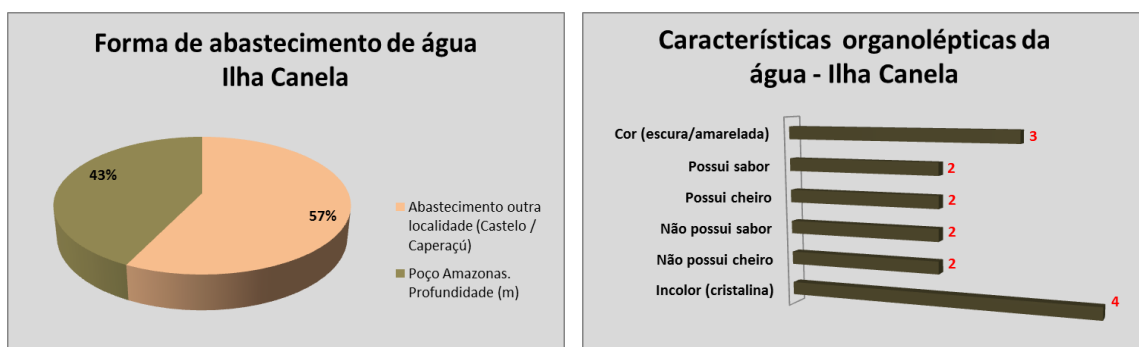
6.3.7.4 Abastecimento de água

Sobre questões relacionadas ao abastecimento e consumo de água pelas comunidades, a pesquisa investigou aspectos sobre a forma de captação, tratamento realizado, qualidade da água e características organolépticas.

A pesquisa apontou que não há sistemas de tratamento de água, ou seja, na área estudada as casas não dispõem de abastecimento de água nem tratamento. Foram visualizados poços do tipo amazônico, de uso comunitário, porém apresentam baixas profundidades e sem proteção, fornecendo água de baixa qualidade, não indicadas para o consumo humano. Não há fonte de água potável na Ilha Canela.

De acordo com os dados, observa-se que o abastecimento em outra localidade (Vila do Castelo e Taperaçú) e a captação através de poços (“poço Amazonas”) representam as únicas fontes de água para os moradores da Ilha Canela. Somente 01 (uma) residência visitada afirmou realizar tratamento de água com cloro. A pesquisa identificou que 43% dos entrevistados consideram a qualidade da água ruim (salobra). Sobre as características organolépticas, onde os entrevistados puderam assinalar mais de uma característica, os entrevistados assinalaram características como cor (escura/amarela), sabor e cheiro (Figuras 68 e 69).

Figura 68. Aspectos relacionados ao abastecimento e consumo de água.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Figura 69. Poços comunitários para captação de água na Ilha Canela.



Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2021).

6.3.7.5 Comunicação: telefonia celular e internet

A comunicação na Ilha Canela se dá por meio de telefone celular, com sinal das operadoras Claro e Vivo, entretanto, de péssima qualidade, funcionando em raros momentos. Não há internet à rádio ou à satélite.

6.3.7.6 Esgoto e lixo doméstico

A pesquisa apontou que não existem sistemas abrangentes de tratamento de esgoto doméstico por parte do poder público. Na área estudada, em geral, os banheiros são popularmente conhecidos como “sintina”, “retrete”, “fossa sanitária”, construídos de forma suspensa e de uso comunitário, pois os imóveis não possuem banheiros. De acordo com os entrevistados, no caso da fossa negra e à céu aberto, os dejetos são depositados diretamente no solo, sem nenhum tipo de impermeabilização contra a infiltração (Figura 70).

Sobre o lixo doméstico produzido pelas famílias, 50% dos entrevistados afirmaram realizar a queima desses resíduos, prática comum em áreas rurais onde não há coleta regular, e o restante afirmou depositar à céu aberto.

Figura 70. Banheiro de uso comunitário na Ilha Canela.

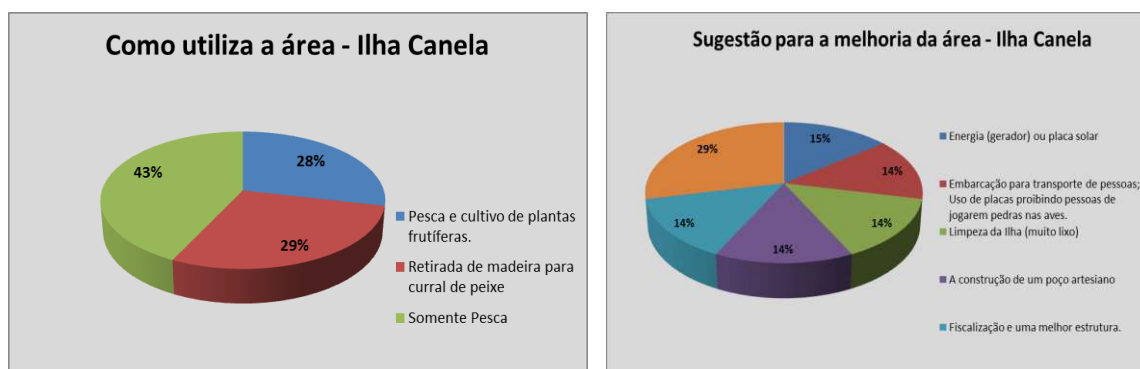


Fonte: Acervo DGBio/IDEFLOR-Bio / Pesquisa de Campo (2021).

6.3.7.7 Utilização da área

Os entrevistados também foram questionados sobre a forma de utilização da área destinada à criação da UC, de forma geral, em relação aos aspectos econômicos, sociais e culturais. Destacam-se as atividades de pesca, cultivo de espécies frutíferas e retirada de madeira para construção de curral de peixe. Os moradores também foram questionados sobre sugestões para melhoria da qualidade de vida no local e levantaram aspectos como energia elétrica, embarcações para transporte regular de pessoas, limpeza regular da ilha e construção de um poço artesiano (Figura 30).

Figura 71. Formas de utilização e sugestão de melhorias para a área destinada a criação de UC.



Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

7. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DAS ÁREAS

A área em estudo, na Ilha Chaú, para criação de Unidade de Conservação da Natureza Municipal com vocação, *à priori*, para enquadramento em categoria de Proteção Integral, do tipo Refúgio da Vida Silvestre (REVIS), localizada na Ilha Chaú, às margens do rio Caeté, apresenta alterações nos ecossistemas naturais relacionados à ocupação humana desordenada, entretanto mantém características que a qualificam como área de relevante importância ambiental para conservação da biodiversidade, como local de desova de várias espécies de peixes, fundamental para o equilíbrio biológico do rio Caeté e estuário, bem como a presença de diversas nascentes d'águas. Além disso, ressalta-se que o local é fonte de subsistência para as comunidades do entorno, que fazem o uso sustentável dos recursos naturais, mesmo com baixo nível de conhecimento, em função da densidade populacional ainda ser considerada baixa.

Apesar da presença de pessoas utilizando a área, ainda com baixa densidade populacional, recomenda-se a categoria de UC do tipo REVIS, com o objetivo de proteger o ambiente natural da Ilha Chaú, onde se asseguram condições para a existência e reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Refúgio de Vida Silvestre com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A visita pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita

às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

Salienta-se também que o rio Caeté precisa, obrigatoriamente, ter suas matas ciliares, que são “Áreas de Preservação Permanentes (APPs)” conservadas. A Lei Federal nº 12.651, de 25/05/2012, Art. 3º, conceitua APP da seguinte forma:

II - Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. (BRASIL, 200, Art. 3).

Ainda de acordo com a lei supracitada, no seu Art. 4º, considera-se como APP, em zonas rurais ou urbanas:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura; e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de: a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros; b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas;

(...)

IV - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

IV – As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros; (Redação dada pela Medida Provisória nº 571, de 2012).

IV - As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros;

VI - As restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

VII - os manguezais, em toda a sua extensão;(…) (BRASIL, 2012, Art. 4).

A ilha Canela é uma pequena ilha litorânea com cerca de 5 km² de extensão pertencente ao município de Bragança, do qual dista 30 km em linha reta e 10 km da sua costa, banhada por águas atlânticas e pela bacia vertente do rio Taperaçú. Encontra-se inserida na Planície Costeira Bragantina, Nordeste do Estado do Pará, a qual abrange a faixa costeira do município de Bragança, região que se estende da ponta do Maiaú até a foz do rio Caeté. A ilha Canela é cercada por uma área de superfícies arenosa e lamosa-arenosa, as quais são influenciadas pelas marés. Sua vegetação é predominantemente formada pela floresta de mangue jovem, com o domínio da espécie *Rhizophora mangle* Linneus, abrigando inúmeras espécies de aves marinhas e funcionando como local de descanso e reprodução para uma numerosa população de guarás (*Eudocimus ruber* Linnaeus) o que a fez ser considerada uma Área de Proteção Ambiental.

Apesar de estar próxima geograficamente, a Ilha Canela não faz limite direto com as áreas das UC's federais RESEX Marinha de Caeté-Taperaçú e RESEX Marinha de Tracuateua, de acordo com os mapas presentes no Plano de Manejo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçú. Entretanto, se considerarmos todas as confrontações, mesmo aquelas de forma indireta (apenas proximidade, sem limite físico), tem-se: ao norte: Oceano Atlântico; ao sul: Oceano Atlântico, Resex Marinha Caeté-Taperaçú (indireto), Zona Prioritária para Conservação (ZPC) da Resex Marinha Caeté-Taperaçú (indireto), Rio Taperaçú (indireto); ao leste: Oceano Atlântico, Zona Prioritária para Conservação (ZPC) da Resex Marinha Caeté-Taperaçú (indireto); à oeste: Oceano Atlântico, Zona Prioritária para Conservação (ZPC) da Resex Marinha Caeté-Taperaçú (indireto) e Resex Marinha de Tracuateua (indireto).

Em 29 de outubro de 1997, em Bragança-PA, foi sancionada a Lei Municipal N°3.280 de 29/10/1997 (ver Apêndice 01), na qual destaca-se:

Art. 1º: “Fica declarada “Área de Proteção Ambiental Permanente”, pelo Município de Bragança a “Ilha do Canela”, Ilha marítima de propriedade da União, localizada no litoral Norte do País, no prolongamento dos limites territoriais e jurisdicionais do Município de Bragança”.

A lei trouxe, ainda, uma série de regras e restrições para uso e ocupação do território, como: a proibição de construção de imóvel, com utilização de material de qualquer espécie, exceto para nativos da ilha com finalidade de moradia; atividades turísticas na Ilha passam a ser disciplinadas pela Prefeitura Municipal de Bragança; A Prefeitura Municipal de Bragança assegurará a visita à Ilha do Canela, pelo menos uma vez por mês de membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA; entre outros.

Entretanto, tomando-se como referência a Lei Federal N° 9.985, de 18 de Julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal de 1988, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a nomenclatura utilizada para a Ilha Canela não encontra definição no supracitado sistema. Dessa forma, necessita ser recategorizada com base no SNUC, cumprindo todos os estudos técnicos e procedimentos obrigatórios para criação de Unidade de Conservação da Natureza, no âmbito municipal.

Dessa forma, o IDEFLOR-Bio, em parceria com a Prefeitura de Bragança e Secretaria de Meio Ambiente de Bragança, realizou diversos estudos técnicos para elaboração dos diagnósticos ambientais da Ilha Canela.

A área em estudo para recategorização de categoria de UC, na Ilha Canela, possui vocação, *à priori*, para enquadramento em categoria de Proteção Integral, do tipo Monumento Natural, dessa forma adequando a Ilha Canela conforme às categorias de UC estabelecidas pelo SNUC. Apesar das problemáticas ambientais já citadas no presente documento, características como a presença de espécies da avifauna migratória, área dormitório e ninhal para várias espécies, beleza cênica e paradisíaca e característica florestais típicas de ilha marinha (mangue e restinga), qualificam a Ilha Canela para UC do tipo Monumento Natural.

Considerando a presença de pessoas utilizando a área, ainda com baixa densidade populacional, recomenda-se a categoria de UC do tipo Monumento Natural, com o objetivo de proteger o ambiente natural da Ilha Canela, onde se asseguram condições para a existência e reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

De acordo com a Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o Monumento Natural tem como objetivo:

“Art. 12. O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica”. (BRASIL, 2000, Art. 12).

O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

Entretanto, para que todas essas propostas e ações ocorram, torna-se de primordial importância o conhecimento e a clareza da situação fundiária das áreas em estudo, Ilha Chaú e Ilha Canela, localizadas no município de Bragança, Estado do Pará.

Nesse contexto, após levantamento geral com observações e entrevistas com os diversos segmentos sociais locais, realizou-se uma consulta ao Instituto de Terra do Pará (ITERPA) por meio do Ofício nº 460/2021/DGBio/PRESI/IDEFLOR-Bio de 29/10/2021, solicitando informações sobre a situação fundiária, Assentamentos agroextrativistas, Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEX), Territórios Quilombolas (TQ), além de outras modalidades pertinentes à questão (ANEXO I) mas até a data do fechamento deste diagnóstico não foi possível obter essa informação.

Na oportunidade, também foram enviados ofícios no âmbito municipal, sendo o Ofício nº 006/2021/DGBio/IDEFLOR-Bio, de 01/10/2021, ao Cartório 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Bragança - Pará, solicitando pesquisa documental acerca da existência do registro de imóveis em nome de particulares na Ilha Chaú e Ilha Canela (ANEXO II), mas até a data do fechamento deste diagnóstico não foi possível obter essa informação.

No âmbito federal, foram encaminhados ofícios ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

Para o ICMBio, foi encaminhado o Ofício nº 461/2021/DGBio/GAB/PRESI/IDEFLOR-Bio/ Processo nº 2021/1275521 de 9/10/2021 (ver Apêndice 02), especificamente à unidade descentralizada do Núcleo de Gestão Integrada (NGI)/ICMBio Bragança, solicitando manifestação do chefe da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçú sobre possíveis implicações para a criação das referidas UCs na Ilha Chaú e Ilha Canela (ANEXO III).

Para o INCRA, foi encaminhado o Ofício nº 463/2021/DGBio/PRESI/IDEFLOR-Bio de 29/10/2021 (ver Apêndices 03 e 04), solicitando informações sobre a situação fundiária, Assentamentos agroextrativistas, Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEX), Territórios Quilombolas (TQ), além de outras modalidades pertinentes à questão (ANEXO IV).

Ao SPU, responsável pela gestão de terrenos de marinha, de acordo com a Instrução Normativa Nº 4, de 14 de agosto de 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União, foi encaminhado o Ofício nº 462/2021/DGBio/PRESI/IDEFLOR-Bio de 29/10/2021, solicitando informações sobre a situação fundiária para criação da UC na Ilha Canela (ANEXO V).

Da resposta aos ofícios encaminhados, até o fechamento deste diagnóstico, apenas o ICMBio e o INCRA encaminhou a seguinte resposta:

Processo nº 02122.001146/2021-54. Ofício SEI nº 30/2022-ICMBio Bragança. Interessado: IDEFLOR-BIO, DESPACHO, O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade SR (01). Encaminha-se arquivo Ofício SEI nº 30/2022 (...) Manifesto de acordo com a implantação das futuras Unidades de Conservação Municipais na Ilha do Chaú e na Ilha do Canela, com a sugestão de que preferencialmente pertençam a categorias de proteção integral. A nível de informação, citamos que os dados públicos cartográficos podem ser acessados e realizados o download através da página <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador 10805799 e o código CRC 4C9CC284.

Ofício nº 463/2021-INCRA. Interessado: IDEFLOR-BIO, DESPACHO, O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária SR(01). Encaminha-se arquivos em Ofício 463-2021, Ofício IDEFLOR-Bio e o Mapa. (...) comunicamos que: 1.1. No município de Bragança, o INCRA somente reconheceu a RESEX Marinha Caeté – Taperaçú (código SIPRA PA0046000) como um projeto, conforme Portaria nº. 51/SR-01 G, de 29/11/2005, publicada no DOU nº. 229, seção, de 30/11/2005,

aplicando às comunidades locais, políticas da reforma agrária, nos termos da Portaria Interministerial MDA/MMA nº. 13, de 19/09/2002, publicada no DOU nº. 187, seção I, de 26/09/2002; 1.2. Os imóveis objetos de análise, então denominados ILHA DO CANELA e ILHA CHAU, ambos localizados no município de Bragança – PA, não sobrepõem a glebas federais, projetos de assentamento ou territórios quilombolas, conforme exposto em mapa anexo 12180748.. A nível de informação, citamos que os dados públicos cartográficos podem ser acessados e realizados o download através da página https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 12389057 e o código CRC D5198E3C.

Dessa forma, conclui-se que as áreas supracitadas não possuem implicações, no âmbito fundiário, que impeçam a criação das Unidades de Conservação da Natureza Municipais, na Ilha Chaú e Ilha Canela, do tipo REVIS e Monumento Natural, respectivamente.

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8.1 ILHA CHAÚ

Este diagnóstico teve como objetivo subsidiar a tomada de decisão na criação da Unidade de Conservação da Natureza no âmbito municipal. Entretanto, não tem a intenção de esgotar as temáticas levantadas, e sim, dar visibilidade a um território que carece de uma agenda de políticas públicas voltadas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental.

De acordo com a o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará, instituído pela Lei nº 6.745, de 06 de maio de 2005, visando subsidiar o planejamento estadual na elaboração e fixação de políticas, programas e projetos, objetivando à ordenação do território e à melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, a área da Ilha Chaú possui vocação ecológica e condições socioeconômicas para Zona de Conservação.

No âmbito econômico, observou-se a pesca artesanal e o extrativismo vegetal como atividades econômicas mais representativas das comunidades do Chaú e Portinho.

Problemas ambientais ocasionados pela ocupação humana desordenada, como falta de saneamento, descarte irregular e acúmulo de resíduos sólidos, falta de acesso à água potável, entre outros, foram observados e tendem a se agravar em função do aumento da densidade populacional, caso não sejam executadas políticas públicas para melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

A partir das visitas às comunidades do Chaú e Portinho, nas expedições realizadas e entrevistas com moradores, assim como reuniões com lideranças e autoridades municipais, foram elaboradas recomendações para melhor gestão da área. São elas:

- I. Recomenda-se a criação de Unidade de Conservação da Natureza (UC), no âmbito municipal, do tipo Refúgio da Vida Silvestre (REVIS), de Proteção Integral, na área denominada de Ilha Chaú, nas margens do rio Caeté, zona rural de Bragança-PA, de acordo com às categorias de UC estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal N° 9.985, de 18 de julho de 2000;***
- II. Apesar das problemáticas ambientais já citadas relacionadas à ocupação humana desordenada, a Ilha Chaú é importante para desova de várias espécies de peixes, com relatos e referências indicando uma relativa diversidade biológica, sendo esse ecossistema importante para o equilíbrio biológico do rio Caeté e estuário; as comunidades do Chaú e Portinho, no entorno da ilha, utilizam a área para a pesca de subsistência, as quais podem contribuir para o manejo sustentável dos recursos naturais; e foram identificadas diversas nascentes importantes para o equilíbrio e qualidade ambiental. Tais características qualificam a Ilha Chaú para UC do tipo REVIS;***
- III. A criação de Unidade de Conservação, além de conservar a biodiversidade visa melhorar a qualidade de vida das pessoas, por isso, recomendamos que toda ação desenvolvida na futura UC possa vir acompanhado de melhorias para os moradores locais, seja na educação, saúde, geração de trabalho e renda, segurança, infraestrutura e saneamento básico;***
- IV. Referente à situação da educação, saúde, infraestrutura e meio ambiente na Ilha Chaú, recomenda-se visita das secretarias competentes para avaliar a situação dos moradores locais, possíveis fragilidades e vulnerabilidades, de modo a planejar ações efetivas para o atendimento dessas demandas. O IDEFLOR-Bio encaminhou ofícios às secretarias municipais responsáveis por cada fragilidade encontrada;***
- V. Referente à organização social, recomenda-se a valorização da Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares e Extrativistas dos Caetés (COOMAC), a qual possui enorme potencial de crescimento e geração de renda para os moradores locais, de forma a cumprir sua função social, ambiental, assim como seus objetivos e metas;***
- VI. Após a criação da Unidade de Conservação da Natureza, recomenda-se as ações relacionadas à implementação e gestão, conforme Portaria N° 2.640 de 29.11.2010 da SEMAS/PA, com destaque para: Plano de Manejo; Educação Ambiental; Conselho Gestor; Infraestrutura; Manejo de Recursos Naturais; Desenvolvimento e Valorização de Comunidades Locais; Monitoramento e Fiscalização; Pesquisa; e Capacitação.***

8.2 ILHA CANELA

Este diagnóstico tem como objetivo subsidiar a tomada de decisão na recategorização de Unidade de Conservação da Natureza, no âmbito municipal. Entretanto, não tem a intenção de esgotar as temáticas levantadas, e sim, dar visibilidade a um território que carece de uma agenda de políticas públicas voltadas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental.

De acordo com o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará, instituído pela Lei nº 6.745, de 06 de maio de 2005, visando subsidiar o planejamento

estadual na elaboração e fixação de políticas, programas e projetos, objetivando à ordenação do território e à melhoria da qualidade de vida das populações urbanas e rurais, a área da Ilha Canela possui vocação ecológica e condições socioeconômicas para Zona de Conservação.

No âmbito econômico, observou-se a pesca artesanal como atividade econômica mais representativa da Ilha Canela.

Problemas ambientais ocasionados pela ocupação humana desordenada, como falta de saneamento, descarte irregular e acúmulo de resíduos sólidos, falta de acesso à água potável, entre outros, foram observados e tendem a aumentar caso não sejam feitas políticas públicas de assistência social e controle para chegada de novos residentes ao local.

A partir da visita à Ilha Canela nas expedições realizadas e entrevistas com moradores, assim como reuniões com lideranças e autoridades municipais, foram elaboradas recomendações para melhor gestão da área. São elas:

- I. Recomenda-se a recategorização da “Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela” (Lei Municipal N° 3.280 de 29 de outubro de 1997) para Unidade de Conservação do tipo Monumento Natural, categoria de Proteção Integral, adequando a Ilha Canela conforme às categorias de UC estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei Federal N° 9.985, de 18 de julho de 2000;***
- II. Apesar das problemáticas ambientais já citadas no presente documento, características como a presença de espécies da avifauna migratória, área dormitório e ninhal para várias espécies, beleza cênica e paradisíaca e característica florestais típicas de ilha marinha (mangue e restinga), qualificam a Ilha Canela para UC do tipo Monumento Natural;***
- III. A criação de Unidade de Conservação, além de conservar a biodiversidade visa melhorar a qualidade de vida das pessoas, por isso, recomendamos que toda ação desenvolvida na futura UC possa vir acompanhado de melhorias para os moradores locais, seja na educação, saúde, geração de trabalho e renda, segurança, infraestrutura e saneamento básico;***
- IV. Referente à situação da educação, saúde, infraestrutura e meio ambiente na Ilha Canela, recomenda-se visita das secretarias competentes para avaliar a situação dos moradores locais, possíveis fragilidades e vulnerabilidades, de modo a planejar ações efetivas para o atendimento dessas demandas. O IDEFLOR-Bio encaminhou ofícios às secretarias municipais responsáveis por cada fragilidade encontrada;***
- V. Recomenda-se que haja controle e fiscalização para a construção de novos ranchos de pesca na Ilha Canela, bem como a fixação de novos residentes;***
- VI. Referente à organização social, recomenda-se a valorização da Associação Colônia de Pescadores Z-17 de Bragança-PA, a qual não possui representatividade dentre a população entrevistada na Ilha***

Canela, de forma a cumprir sua função social, ambiental, assim como seus objetivos e metas;

- VII. Após a criação da Unidade de Conservação da Natureza, recomenda-se as ações relacionadas à implementação e gestão, conforme Portaria Nº 2.640 de 29.11.2010 da SEMAS/PA, com destaque para: Plano de Manejo; Educação Ambiental; Conselho Gestor; Infraestrutura; Manejo de Recursos Naturais; Desenvolvimento e Valorização de Comunidades Locais; Monitoramento e Fiscalização; Pesquisa; e Capacitação.**

REFERÊNCIAS

- ABDALA, G.; SARAIVA, N.; WESLEY, F. 2012. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu - Volume II - Planejamento das Unidades. Brasília: ICMBio. 162 p.
- AMOROZO, M. C. de M.; VIERTLER, R. B. Métodos Participativos na Pesquisa Etnobotânica. In.: ALBUQUERQUE, U.P de; LUCENA, R. F. P de; CUNHA, V. F. C de. Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica. São Paulo: NUPEEA, 2010. p. 65-82.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL 2021. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Ministério da Economia. São Paulo: FBSP, 108p., 2021.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia paraense: estrutura produtiva e desempenho recente. (Boletim Regional, abr. 2016). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2016/04/br201604b1p.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2021.
- BEZERRA NETO, José Maia. A economia escravista na Província Paraense: uma breve caracterização. Escravidão negra na Amazônia (Sécs. XVII-XIX). Belém: Pakatatu, 2001.
- BRASIL. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 10 fev. 2022.
- BRASIL. Lei Nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17661.htm>. Acesso em 10 fev. 2022.
- BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em 10 fev. 2022.
- CORDEIRO, I. M. C. C.; RANGEL-VASCONCELOS, L. G. T.; SCHWARTZ, G.; OLIVEIRA, F. de A. Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias. Belém: EDUFRA, 323p., 2017.
- FONSECA, A.; JUSTINO, M.; CARDOSO, D.; RIBEIRO, J.; SALOMÃO, R.; SOUZA JR., C.; VERÍSSIMO, A. 2019. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (fevereiro de 2019) SAD (p. 1). Belém: Imazon.
- FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). Estatísticas Municipais Paraenses: Bragança. / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação – Belém, 69f., n.2, 2020.
- FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). Região de Integração Rio Caeté: Perfil Socioeconômico e Ambiental (Atualização 2021) / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. 34p., 2021.

IMAZON. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (fevereiro de 2019) SAD. Disponível em: <<https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-fevereiro-2019-sad/>>. Acesso em 17 fev. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Fauna Brasileira. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira>>. Acesso em 15 fev. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). I3Geo. 2016. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/> .Acesso em: 25 ago. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Prodes. 2014. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>>. Acesso em: 18 set. 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Publicações. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/adv-search?content_type=publicacoes_isa>. Acesso em 17 fev. 2022.

MORAES, B.C.; COSTA, J.M.N; COSTA, A.C.L.; COSTA, M.H. Variação espacial e temporal da precipitação no Estado do Pará. Acta Amazonica 35: pp.207-214, 2005.

PARÁ (Estado). Lei Nº 8.096, de 01 de janeiro de 2015. Dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=351387>>. Acesso em 23 fev. 2022.

PARÁ. Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Técnica e Tecnológica. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará. Produto interno bruto municipal. Belém: FADESPA, 2013. 24p.

SCHORIES, D.; GORAYEB, I. 2001. CD-1: A Biodiversidade e a comunidade de pescadores na ilha Canela Belém, MCT/Museu Paraense Emílio Goeldi.

SOUZA FILHO, P.W.M.; EL-ROBRINI, M. Morfologia, processos de sedimentação e litofácies dos ambientes morfosedimentares da Planície Costeira Bragantina - Nordeste do Pará (Brasil). Geonomos 4: pp.1-16, 1996.

SOUZA, E. B. de; COSTA, V. B. da; PEREIRA, L. C. C.; COSTA, R. M. da. Microfitoplâncton de águas costeiras amazônicas: Ilha Canela (Bragança, PA, Brasil). Acta Botânica Brasílica, v.22, n.3, 2008.

VEDOVETO, M.; ORTEGA, V.; PEREIRA, J.; VERÍSSIMO, A. Desafios para a consolidação das Unidades de Conservação Estaduais do Pará: Financiamento e Gestão / Mariana. - Belém, PA: Imazon, 2014.

» 3280 SEMAS | Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Cassio Diego Campos

3280

Data: 29 de outubro de 1997

Declara a Ilha do Canela Área de Proteção e Preservação Ambiental Permanente e dá Outras Providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º – Fica declarada “Área de Proteção Ambiental Permanente”, pelo Município de Bragança a “Ilha do Canela”, Ilha marítima de propriedade da União, localizada no litoral Norte do País, no prolongamento dos limites territoriais e jurisdicionais do Município de Bragança.

Parágrafo Único – A declaração objeto desta Lei visa especialmente a preservação dos Mangues e a manutenção das características de mineral e habitação permanente das aves Guarás e outras.

Artigo 2º – Fica proibida a construção de imóvel, com utilização de material de qualquer espécie, na Ilha do Canela.

§ 1º – Exclui-se da proibição do “caput” deste artigo, a construção de casas por, comprovadamente, nativos da Ilha, destinados à residência própria.

§ 2º – A construção de imóvel na Ilha do Canela para finalidade diversa da prevista no § 1º deste artigo, dependerá da prévia aprovação pela Câmara Municipal de Bragança e Prefeitura Municipal de Bragança, em cujos atos autorizativos constarão a justificativa e a finalidade do imóvel.

Artigo 3º – A atividade turística na Ilha do Canela será disciplinada pela Prefeitura Municipal de Bragança.

Artigo 4º – A Prefeitura Municipal de Bragança assegurará a visita à Ilha do Canela, pelo menos uma vez por mês de membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, encaminhará relatório mensal para a Câmara Municipal e para a Prefeitura Municipal de Bragança, sobre a situação da Ilha do Canela.

Artigo 5º – A Prefeitura Municipal de Bragança adotará junto ao serviço do Patrimônio da União as providências cabíveis para obtenção da cessão da Ilha do Canela, objetivando a plena execução desta Lei.

Artigo 6º – A Prefeitura Municipal de Bragança poderá expedir atos normativos visando a regulamentação e plena execução desta Lei.

Artigo 7º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bragança, em 29 de Outubro de 1997.

JOSÉ JOAQUIM DIOGO
Prefeito Municipal

APÊNDICE 02

02122.001146/2021-54
Número Sei: 10805799
INTEGRA+
Programa de Integridade do ICMBio MMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
ICMBIO BRAGANÇA

Avenida Nazeazeno Ferreira sem número, entre Vigário Mota e 07 de Setembro, - Bragança/PA - CEP 68600-000

Telefone:

Ofício SEI nº 30/2022-ICMBio Bragança

Bragança/PA, 31 de março de 2022

A Senhora

KARLA LESSA BENGTON

Presidente IDEFLORBio

Av João Paulo II, s/nº, Curio-Utinga, Belém-PA

CEP 66610-770

Assunto: **Solicitação de Informações.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02122.001146/2021-54.

Prezada Presidente,

1. Em atenção ao Ofício 461/2021 - DGBIO/GAB/PRESI/IDEFLOR-Bio, e como executor da política nacional de unidades de conservação da natureza, na esfera federal, é com grande satisfação que este Instituto Chico Mendes, recebe a notícia de criação de novas Unidades de Conservação.
2. Manifestamos nosso de acordo com a implantação das futuras Unidades de Conservação Municipais na Ilha do Chá e na Ilha do Canela, com a sugestão de que preferencialmente pertençam a categorias de proteção integral.

Atenciosamente,

JOSIEL BARBOSA VASCONCELOS

Chefe do NGI ICMBio Bragança



Documento assinado eletronicamente por **Josiel Barbosa Vasconcelos**, Chefe, em 31/03/2022, às 10:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador 10805799 e o código CRC 4C9CC284.



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



APÊNDICE 03



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
Rodovia Maracatum, s/nº, Entrada da CEASA - Bairro Souza, Belém/PA, CEP 66610-900
<https://www.incra.gov.br>

OFÍCIO Nº 26731/2022/SR(01)PA+G/SR(01)PA/INCRA+INCRA

Belém, 23 de abril de 2022.

À Sra.

KARLA LESSA BENGTON
Presidenta do IDEFLOR - BIO
Av. João Paulo II, S/N, Curú-Utinga - Belém - PA. CEP. 66.610.770
dgbiodiversidade@gmail.com
91-98438-7906 / 91-98242-4258

Assunto: OFÍCIO 463-2021-IDEFLOR BIO-PA.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.031613/2022-31.

Senhora Karla Bengton,

1. Em resposta ao Ofício 463 - 2021 - IDEFLOR BIO PA, comunicamos que:

1.1. No município de Bragança, o INCRA somente reconheceu a RESEX Marinha Caeté-Taperaçú (código SIPRA PA0046000) como um projeto, conforme Portaria nº.51/SR-01 G, de 29/11/2005, publicada no DOU nº.229, seção I, de 30/11/2005, aplicando às comunidades locais, políticas da reforma agrária, nos termos da Portaria Interministerial MDA/MMA nº.13, de 19/09/2002, publicada no DOU nº.187, seção I, de 26/09/2002;

1.2. Os imóveis objetos de análise então denominados ILHA DO CANELA e ILHA CHAU, ambos localizados no município de Bragança - PA, não sobrepõem a glebas federais, projetos de assentamento ou territórios quilombolas, conforme exposto em mapa anexo 12180748.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por Evandro Farias Neres Júnior, Superintendente Substituto(a), em 23/04/2022, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

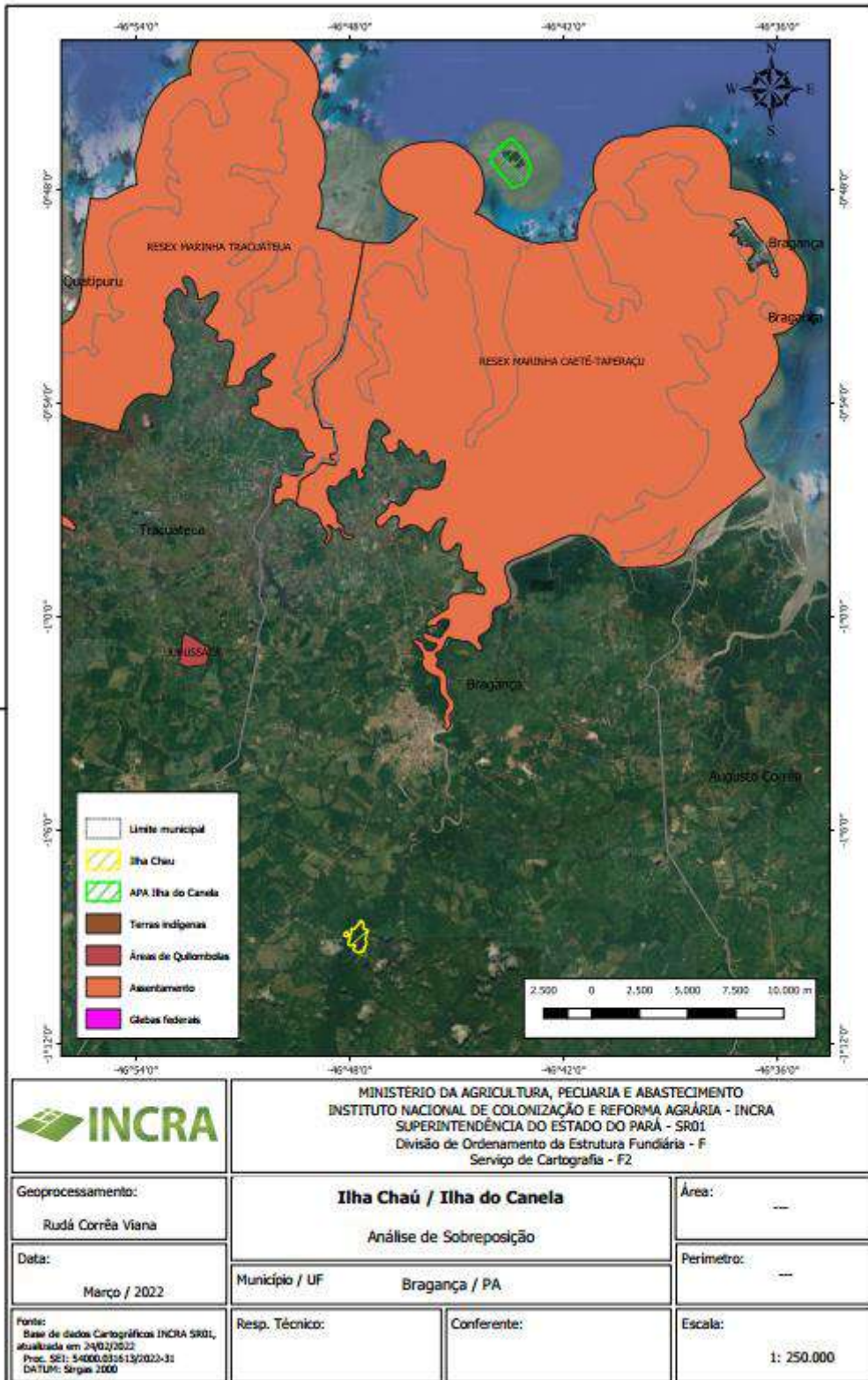


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0, informando o código verificador 12389057 e o código CRC 05198E3C.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 54000.031613/2022-31.

SEI nº 12389057

APÊNDICE 04



		MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ - SR01 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - F Serviço de Cartografia - F2	
Geoprocessamento: Rudá Corrêa Viana	Ilha Chau / Ilha do Canela Análise de Sobreposição		Área: ---
Data: Março / 2022	Município / UF Bragança / PA		Perímetro: ---
Fonte: Base de dados Cartográficos INCRA SR01, atualizada em 24/02/2022 Proc. SEI: 54000.031613/2022-31 DATUM: Srgas 2000	Resp. Técnico:	Conferente:	Escala: 1: 250.000

ANEXO I



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

Ofício nº 460/2021- DGBIO/GAB/IDEFLOR-Bio

Belém, 28 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor,

Bruno Yoheiji Kono Ramos

Presidente do Instituto de Terras do Pará

End.: Rod. Augusto Montenegro, km 09 s/n- Bairro: Parque Guajará - Icoaraci.

CEP: 66.821-000 - Belém/PA

E-mail: graca.cavada@iterpa.pa.gov.br

ASSUNTO: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.

Senhor Presidente,

Honrada em cumprimentá-lo, faço referência ao Projeto "Apoio à Criação de Unidades de Conservação Municipais", de reponsabilidade deste Instituto de Desenvolvimento Floresta e da Biodiversidade - IDEFLOR-Bio e a Diretoria de Gestão da Biodiversidade - DGBio.

Atualmente, estamos executando ações no município de Bragança, relevantes para o alcance dos objetivos da conservação e proteção da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais no estado do Pará/Região de Integração do Rio Caeté, que contribuirão diretamente para o cumprimento das metas do Plano Estadual Amazônica Agora.

Nesse sentido, para concluirmos o diagnóstico da situação fundiária, solicitamos desse renomado Instituto de Terras do Pará - ITERPA, manifestação sobre a situação fundiária, Assentamentos Agroextrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas - PAEX, assim como Territórios Quilombolas - TQ e outras modalidades pertinentes à questão.

Em anexo, os seguintes documentos:

- 1. Memorial Descritivo da proposta de criação de Unidade de Conservação Municipal na Ilha Chau/Rio Caeté;**

Av. João Paulo II, s/nº, Curió-Utinga – Belém-PA - CEP: 66.610-770
www.ideflorbio.pa.gov.br

Codificação de autenticação: 5810219_2878_P2C_9608a51c20d47c75
Código de autenticação deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
nº de Protocolo: 2021/1239459 Assinatura: [assinatura]

ARQUIVADO ELETRONICAMENTE PELO DEFLOR-BIO (Del. 11.413/2004)
Data: 28/10/2021 13:38 (Data: 28/10/2021) - Assinatura: 2284123403-BTMA_28000001780047_0079-IND02010004



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

2. Memorial Descritivo da proposta de recategorização da Unidade de Conservação Municipal "Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela (Lei Estadual n° 3.280/1997)".

Os shapex das áreas serão enviados para o e-mail institucional do ITERPA graca.cavada@iterpa.pa.gov.br (chefe de gabinete), para que seja dado o devido encaminhamento.

Agradecemos a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas pelos contatos: [dqbiodiversidade@gmail.com/](mailto:dqbiodiversidade@gmail.com) (91) 98438-7906/ 98242-4258. Na oportunidade, renovamos protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

Karla Lessa Bengtson
Presidente

Av. João Paulo II, s/n°, Curió-Utinga – Belém-PA - CEP: 66.610-770
www.ideflorbio.pa.gov.br

Identificação de autenticação: 861019_3076_P2C_9688a71226b17c7f76
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>
N° de Protocolo: 2021/1239-653 Assa/30-quemal: 2

IMPRESSÃO AUTOMÁTICA PARA FIM DE VALIDAR: Karla Lessa Bengtson, Cel. 11.41370000
Rua 24/10/2021, 13:48 (Data: 2021-10-24) - Assa/30 - 3076/2021 - 9688a71226b17c7f76

ANEXO II



IDEFLOR-Bio
Governo do Estado do Pará
Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

Ofício nº 006/2021 – DGBio/IDEFLOR-Bio

Belém, 01 de outubro de 2021.

A Sua Senhoria, o Senhor,

Cartório Antônio da Silva Pereira

Antônio Pereira.

Tabelião do Cartório 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Bragança - Pará

End: Av. Visconde Rio Branco, Nº 10 - Centro - Bragança, PA.

CEP: 68600-000.

Assunto: Pesquisa Documental

Senhor Tabelião,

Honrado em cumprimentá-lo, informo que o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio) em parceria com a Prefeitura de Bragança/Secretaria Municipal de Meio Ambiente, encontram-se realizando estudos para a criação de Unidades de Conservação Municipais na Ilha Chaú no rio Caeté e Recategorização da Área de Proteção e Preservação Ambiental Permanente Ilha Canela.

Ante o exposto, solicitamos pesquisa documental desse conceituado Cartório de Registro de Notas e Registro de Imóveis de Bragança, para verificação se existe registro de imóveis em nome de particulares, nas referidas ilhas, a fim de concluirmos o Diagnóstico Socioeconômico e Fundiário das referidas áreas.

Em anexo, seguem o mapa e as coordenadas geográficas.

Para mais informações seguem os nossos contatos: (91) 98438-7906/ 98242-4258, e-mail: dgbiodiversidade@gmail.com.

Atenciosamente,

Crisomar Lobato
Diretor de Gestão da Biodiversidade

Crisomar Lobato
Diretor de Gestão da Biodiversidade
DGBio / IDEFLOR - Bio

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio
Av. João Paulo II, 5/N, - Curió-Utinga – CEP: 66610-770 - Belém - Pará - Brasil.
Fone: (91) 988951617
ideflorbio.pa.gov.br

ANEXO III



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

Ofício nº 461/2021- DGBIO/GAB/PRESI/IDEFLOR-Bio

Belém, 29 de outubro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor,

Josiel Barbosa Vasconcelos

Chefe do Núcleo de Gestão Integrada

Núcleo de Gestão Integrada - NGI

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio Bragança

End: Rua Gonçalves Dias, 571 - Padre Luiz, Bragança – PA - CEP: 68.600-000

E-mail: josiel.vasconcelos@icmbio.gov.br

ASSUNTO: MANIFESTAÇÃO SOBRE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC) MUNICIPAL E RECATEGORIZAÇÃO DE UC MUNICIPAL.

Senhor Chefe,

Honrada em cumprimentá-lo, faço referência ao Projeto "Apoio à Criação de Unidades de Conservação Municipais", de reponsabilidade deste Instituto de Desenvolvimento Floresta e da Biodiversidade - IDEFLOR-Bio e a Diretoria de Gestão da Biodiversidade - DGBio.

Atualmente, estamos executando ações no município de Bragança, relevantes para o alcance dos objetivos da conservação e proteção da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais no estado do Pará, região de Integração do Rio Caeté, que contribuirão diretamente para o Plano Estadual Amazônia Agora.

Ante ao exposto, solicitamos manifestação dessa conceituada Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú, em função da área proposta para recategorização, a Unidade de Conservação Municipal "Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela (Lei Municipal N°3.280/1997)", estar localizada na Zona de Amortecimento da referida RESEX, de acordo com o **PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉTAPERAÇU (PA) VOLUME I: DIAGNÓSTICO**, disponível no site oficial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, através do link: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de->

Av. João Paulo II, s/nº, Curió-Utinga – Belém-PA - CEP: 66.610-770
www.ideflorbio.pa.gov.br



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

manejo/resex_caete_taperacu_pm_diag.pdf, bem como sobre a criação de Unidade de Conservação Municipal na Ilha Chaú.

Em anexo, os seguintes documentos:

1. Memorial Descritivo da proposta de criação de Unidade de Conservação Municipal na Ilha Chaú/Rio Caeté;
2. Shape da área proposta de criação de Unidade de Conservação Municipal na Ilha Chaú/Rio Caeté;
3. Memorial Descritivo da proposta de recategorização da Unidade de Conservação Municipal "Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela (Lei Estadual nº 3.280/1997)";
4. Shape da área proposta de recategorização da Unidade de Conservação Municipal "Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela (Lei Estadual nº 3.280/1997)".

Agradecemos a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas pelos contatos: dgbiodiversidade@gmail.com/ (91) 98438-7906/ 98242-4258. Na oportunidade, renovamos protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,


Karla Lessa Bengtson
Presidente

Av. João Paulo II, s/nº, Curió-Utinga – Belém-PA - CEP: 66.610-770
www.ideflorbio.pa.gov.br

ANEXO IV



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

Ofício nº 463/2021- DGBIO/GAB/PRESI/IDEFLOR-Bio

Belém, 29 de outubro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor,

Neil Duarte de Souza

Superintendente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária

Instituto de Colonização e Reforma Agrária

End.: Rodovia Murucutum s/nº - Estrada da Ceasa - Bairro: Souza

CEP: 66.610-903 - Belém/PA

E-mail: coronel.neil@blm.incra.gov.br

ASSUNTO: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.

Senhor Superintendente,

Honrada em cumprimentá-lo, faço referência ao Projeto "Apoio à Criação de Unidades de Conservação Municipais", de reponsabilidade deste Instituto de Desenvolvimento Floresta e da Biodiversidade - IDEFLOR-Bio e a Diretoria de Gestão da Biodiversidade - DGBio.

Atualmente, estamos executando ações no município de Bragança, relevantes para o alcance dos objetivos da conservação e proteção da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais no estado do Pará/Região de Integração do Caeté, que contribuirão diretamente para o Plano Estadual Amazônia Agora.

Nesse sentido, para concluirmos o diagnóstico da situação fundiária, solicitamos desse renomado Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, manifestação oficial sobre a situação fundiária, Assentamentos Agroextrativistas e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas - PAEX, assim como Territórios Quilombolas (TQ) e outras modalidades pertinentes à questão.

Em anexo, os seguintes documentos:

- 1. Memorial Descritivo da proposta de criação de Unidade de Conservação Municipal na Ilha Chau/Rio Caeté;**

Av. João Paulo II, s/nº, Curió-Utinga – Belém-PA - CEP: 66.610-770
www.ideflorbio.pa.gov.br



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

2. Shape da área proposta de criação de Unidade de Conservação Municipal na Ilha Chaú/Rio Caeté;
3. Memorial Descritivo da proposta de recategorização da Unidade de Conservação Municipal “Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela (Lei Estadual nº3.280/1997)”;
4. Shape da área proposta de recategorização da Unidade de Conservação Municipal “Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela (Lei Estadual nº3.280/1997)”.

Agradecemos a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas pelos contatos; [dgbiodiversidade@gmail.com/](mailto:dgbiodiversidade@gmail.com) (91) 98438-7906/98242-4258. Na oportunidade, renovamos protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,


Karla Lessa Bengtson
Presidente

ANEXO V



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

Ofício nº 462/2021- DGBIO/GAB/PRESI/IDEFLOR-Bio

Belém, 29 de outubro de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor,

Flávio Augusto Ferreira da Silva

Superintendente do Patrimônio da União no Pará

Superintendência do Patrimônio da União no Pará

End.: Av. Senador Lemos, Passagem São Luís, nº 4.700 - Sacramento

CEP: 66.123-650 - Belém/PA

E-mails: spupa@economia.gov.br / spugabpa@economia.gov.br

ASSUNTO: SITUAÇÃO FUNDIÁRIA PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.

Senhor Superintendente,

Honrada em cumprimentá-lo, faço referência ao Projeto "Apoio à Criação de Unidades de Conservação Municipais", de responsabilidade deste Instituto de Desenvolvimento Floresta e da Biodiversidade - IDEFLOR-Bio e a Diretoria de Gestão da Biodiversidade - DGBio.

Atualmente, estamos executando ações no município de Bragança, relevantes para o alcance dos objetivos da conservação e proteção da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais no estado do Pará/Região de Integração do Rio Caeté, que contribuirão diretamente para o Plano Estadual Amazônia Agora.

Nesse sentido, para concluirmos o diagnóstico da situação fundiária, solicitamos dessa renomada Superintendência do Patrimônio da União - SPU, manifestação oficial sobre a jurisdição das áreas em estudos para criação das Unidades de Conservação da Natureza municipais, e caso seja de competência da SPU, solicitamos adicionalmente, a autorização prévia e as providências que devem ser tomadas em relação ao cumprimento dos objetivos acima descritos.

Em anexo, os seguintes documentos:

- 1. Memorial Descritivo da proposta de criação de Unidade de Conservação Municipal na Ilha Chaú/Rio Caeté;**

Av. João Paulo II, s/nº, Curió-Utinga – Belém-PA - CEP: 66.610-770
www.ideflorbio.pa.gov.br



IDEFLOR-Bio

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará

-
2. Shape da área proposta de criação de Unidade de Conservação Municipal na Ilha Chauí/Rio Caeté;
 3. Memorial Descritivo da proposta de recategorização da Unidade de Conservação Municipal "Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela (Lei Estadual nº3.280/1997)";
 4. Shape da área proposta de recategorização da Unidade de Conservação Municipal "Área de Proteção Ambiental Permanente Ilha do Canela (Lei Estadual nº3.280/1997)".

Agradecemos a atenção dispensada e colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas pelos contatos: dgbiodiversidade@gmail.com/ (91) 98438-7906/ 98242-4258. Na oportunidade, renovamos protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,


Karla Lessa Bengtson
Presidente